



INPI INSTITUTO
NACIONAL
DA PROPRIEDADE
INDUSTRIAL

Relatório de Gestão de 2005

COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - CGPO



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – CGPO

Relatório de Gestão Janeiro a Dezembro de 2005

Autoridades

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

Ministro de EstadoLuiz Fernando Furlan

Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI

PresidenteRoberto Jaguaribe

Vice-Presidente.....Jorge de Paula Costa Ávila

Chefe de Gabinete.....Josefina Sales de Oliveira

OuvidoraDenise Fonseca Belém

Procurador-GeralMauro Sodré Maia

Auditor-ChefeCarlos Augusto Bittencourt

Coordenadora-Geral de Planejamento

e OrçamentoNasareth Sandra Dias Jorge

Diretor de PatentesCarlos Pazos Rodriguez

Diretora de MarcasTerezinha de Jesus Guimarães

Diretor de Contratos de Tecnologia

e Outros Registros.....Breno Bello de Almeida Neves

Diretora de Articulação e

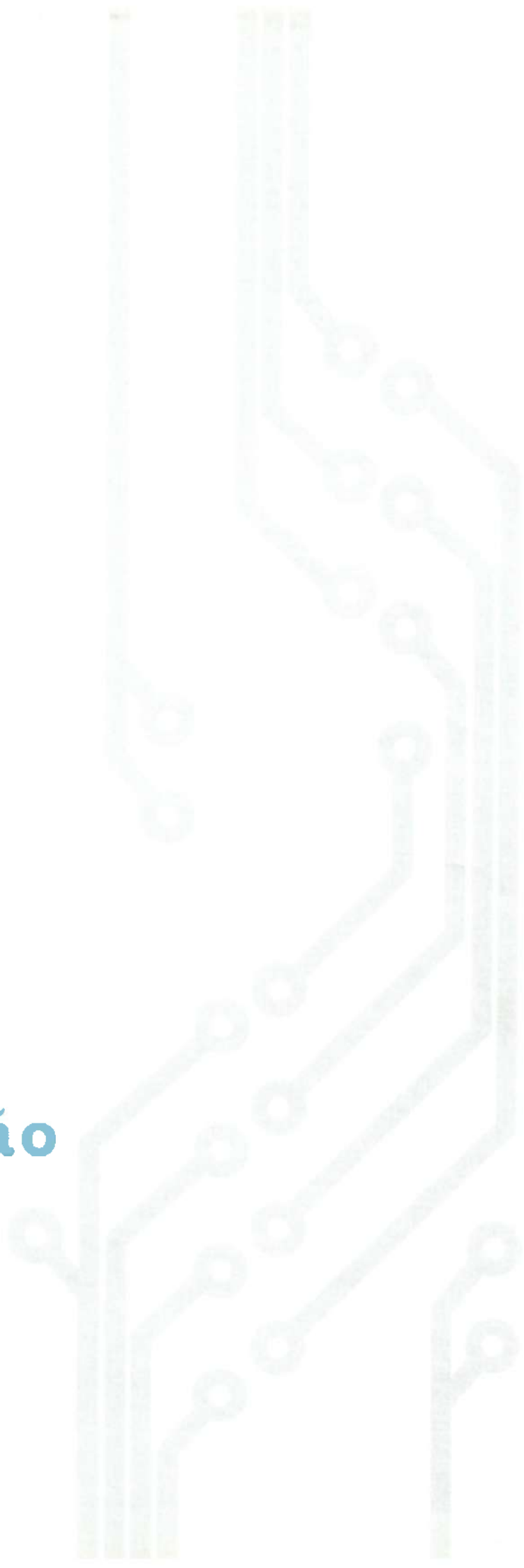
Informação Tecnológica.....Maria Beatriz Amorim Páscoa

Diretor de Administração e ServiçosHélio Meirelles

Sumário

Introdução	7
Diretoria de Patentes	11
Diretoria de Marcas	23
Diretoria de Contratos de Tecnologia e Outros Registros	35
Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica	51
Ouvidoria	79
Serviço de Comunicação Social	89
Procuradoria Federal	93
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento	99
Diretoria de Administração e Serviços	113
Coordenação-Geral de Recursos Humanos	116
Coordenação-Geral de Administração	135
Coordenação-Geral de Modernização e Informática	150
Considerações Finais	155
Lista de Siglas	159
Glossário	167
Lista de Tabelas, Gráficos e Quadros	177
Anexo I	183
Anexo II	189
Anexo III	193

Introdução



Para dar prosseguimento à reestruturação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, iniciada em 2004, a Administração definiu, como ações estratégicas em 2005 e 2006, a agilização dos processos de concessão de marcas e patentes, a disseminação da cultura da Propriedade Intelectual, a promoção do uso da informação tecnológica das patentes e o aperfeiçoamento da comunicação com a sociedade.

Essa redefinição de objetivos abrange também a renovação do parque computacional do Instituto e a contratação e a capacitação de servidores. A comunicação eletrônica está sendo privilegiada com o desenvolvimento de sistemas informatizados de registro de marcas (em um primeiro momento) e de patentes (em uma segunda etapa), aliado à construção do portal do INPI na internet e à edição da Revista da Propriedade Industrial Eletrônica.

A informatização começou com a aquisição de novos equipamentos e a racionalização dos seus serviços. Com apoio do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, o INPI iniciou a revisão de seus processos de marcas e de patentes e avançou na especificação dos novos sistemas. Sua implantação deve ocorrer entre abril (formulário de marcas) e novembro de 2006 (patentes e demais componentes do portal).

No que se refere à cooperação institucional, o INPI procura consolidar seus laços com as principais instituições do Sistema Nacional de Inovação – associações empresariais, federações, universidades e agências de desenvolvimento. Com a Confederação Nacional da Indústria - CNI e outras federações, o INPI busca promover a efetiva participação das empresas brasileiras no desenho e na execução das ações de Propriedade Intelectual. Voltada às micro e pequenas empresas, a parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE tem se mostrado o melhor caminho no contexto das produções locais.

Para desenvolver competência nas áreas de Propriedade Intelectual, Cooperação Tecnológica e Comercialização de Tecnologia, o INPI busca parceria com as principais universidades federais, estaduais e privadas. A viabilização da participação de universidades e institutos de pesquisa é realizada, por sua vez, graças aos programas em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e as Fundações de Amparo à Pesquisa - FAPs.

A articulação do INPI ao Sistema Nacional de Inovação deve ser constantemente desenvolvida e reforçada, com a constituição de uma rede de cooperação para fomento à geração e proteção da Propriedade Industrial com a Confederação Nacional da Indústria – CNI, as Federações das Indústrias, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, o SEBRAE e as principais universidades do País. Programas amplos de capacitação em Propriedade Industrial serão desenvolvidos por meio de planejamento e execução de cursos, seminários e oficinas.

Os reflexos dessa nova visão do INPI, mais moderna e voltada para o atendimento de seus objetivos de forma consistente, serão comprovados ao longo dos anos, com a mudança da postura dos agentes econômicos diante da Propriedade Intelectual como instrumento de desenvolvimento e inovação.



**Diretoria de
Patentes-D I R P A**

O desempenho da Diretoria de Patentes está relacionado com o processamento dos pedidos de patentes (invenção, modelo de utilidade e certificado de adição).

Em 2005, a Diretoria de Patentes passou a trabalhar de acordo com a nova estrutura definida pelo Decreto nº 5.147, de 21 de julho de 2004.

Em função da mudança, foram criadas:

- duas Coordenações-Gerais de Patentes
 - Coordenação-Geral de Patentes I – CGPAT I, com a finalidade de orientar, coordenar e supervisionar tecnicamente as ações das Divisões de Patentes de Química I, Química II e Biotecnologia; e
 - Coordenação-Geral de Patentes II – CGPAT II, com finalidade de orientar, coordenar e supervisionar tecnicamente as ações das Divisões de Patentes de Mecânica, Física/Eletricidade e Engenharia Civil/Geral;
- uma Divisão de Patentes de Biotecnologia – DIBIOTEC, com a finalidade de atender à especificidade da matéria, ao número de pedidos depositados referentes a essa área técnica (cerca de 10% do total) e à perspectiva de aumento desses depósitos;
- uma Coordenação de Recursos e Processos Administrativos de Nulidade, com a finalidade de coordenar a instrução de recursos e de processos administrativos de nulidade de patentes;
- uma Coordenação-Geral de Processamento de Patentes – CGPROP, com a finalidade de orientar, coordenar e supervisionar a operacionalização e os procedimentos administrativos de pedidos e de patentes das seções administrativas;
- uma Seção de Apoio ao Exame Técnico – SEAPET, com a finalidade de proceder ao exame formal dos pedidos de patente, instruídos, com as petições anexadas e com eventuais transferências e alterações de nome já decididas, e em condições de serem analisados (por exemplo, publicado, com exame requerido e sem débito com anuidades); e
- uma Seção de Processamento de PCT, com a finalidade de exercer, no Brasil, as atividades inerentes, como escritório receptor de pedidos internacionais, e proceder ao exame preliminar dos pedidos internacionais para fins de entrada na fase nacional.

1 EXAME TÉCNICO E DECISÕES

As atividades relativas ao exame técnico, isto é, deferimento, indeferimento, exigência técnica e ciência de parecer técnico, apresentaram, no período de janeiro a dezembro de 2005, um aumento de mais de 16%, em comparação ao ano anterior.

Os bons resultados obtidos nas atividades se relacionam com a revisão do Mapa de Produtividade, instituído pela Orientação Normativa/DIRPA nº 01/2002, com a implementação, a partir de janeiro de 2005, de novo critério para a avaliação da “produção técnica”.

No que diz respeito ao exame técnico, o resultado foi significativo quanto ao indeferimento de pedidos, que apresentou a maior taxa de crescimento em 2005 (50%), comparando-se com a queda verificada em 2004, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Atividade Técnica

Decisões	2004	2005	Δ%
Ciências de Parecer	1.686	1.987	18
Deferimentos	3.105	3.329	7
Exigências Técnicas	2.608	2.992	15
Indeferimento	891	1.335	50
Total	8.290	9.643	16

Fonte: RPI.

Além disso, os técnicos dedicaram-se a atividades como atendimento a usuário, treinamento, reuniões de trabalho e cursos de mestrado e doutorado.

2 PLANO PLURIANUAL – PPA

As atividades relativas ao Plano Plurianual – PPA correspondem à “Concessão de Patentes”, tendo como produto “Patentes Decididas”, que é o resultado da soma dos deferimentos, pedidos arquivados, cartas patentes expedidas e extinção.

Nos pedidos arquivados, encontram-se aqueles que não efetuaram o pagamento das anuidades e respectiva restauração, que não pagaram o pedido de exame, não cumpriram a exigência técnica, não pagaram a retribuição para expedição da carta patente e não apresentaram a procuração.

A meta de 13.000 decisões, estabelecida para o ano de 2005, foi ultrapassada em 2,18%, apesar das dificuldades e de o quantitativo de examinadores manter-se praticamente inalterado. A parcela responsável pela obtenção do resultado está vinculada aos pedidos arquivados, que representam 69% dos pedidos decididos.

Além do crescimento do número de pedidos indeferidos, a concessão de patentes também apresentou uma reação e superou, em 14%, o resultado obtido em 2004 (Tabela 2).

Tabela 2 – Produto do PPA

Decisões	2004	2005*	Δ%
Patentes Arquivadas	19.448	9.114	-53
Patentes Indeferidas	891	1.335	50
Patentes Concedidas	2.481	2.833	14
Patentes Extintas	1	1	-
Total	22.821	13.283	-42

Fonte: RPI.

*Dados não-consolidados.

No total, as atividades relacionadas na Tabela 2 apresentam um decréscimo de 42%, em comparação com o ano de 2004.

Essa diferença não significa menor desempenho da área administrativa e se justifica porque, do total dos arquivamentos de 2004, 82% referem-se ao arquivamento definitivo por falta de pedido de exame, que começou a ser efetuado a partir de um Parecer da Procuradoria do INPI, de 2 de dezembro de 2003, já revogado, que atingiu os pedidos já arquivados por falta de pedido de exame e para os quais não tinha sido requerido o desarquivamento.

No geral, os dados relativos ao PPA mostram um bom desempenho da Diretoria, em comparação ao ano anterior.

As Tabelas 3 a 7 destacam as atividades da Diretoria relacionadas ao processamento dos pedidos de patentes (invenção, certificado de adição de invenção e modelo de utilidade).

Depósito	2004	2005*	Δ%
Privilégio de Invenção – PI	6.271	7.703	23
Modelo de Utilidade – MU	3.470	4.176	20
Certificado de Adição – CA	115	154	34
Tratado de Cooperação de Patentes – PCT	10.381	9.154	-12
Total	20.237	2.1187	5

Fonte: Banco de Dados, Mapas das Divisões Regionais, das Representações, dos Postos Avançados e da Sede.

*Dados não-consolidados.

Com a implantação do novo sistema de arrecadação, os pedidos de patentes passaram a ser totalizados pelo código de serviço (200), sendo único para qualquer tipo de depósito de patentes. Com isso as Divisões Regionais, Representações, Postos Avançados e a Sede deixaram de encaminhar os mapas classificando os depósitos pelos tipos de pedidos.

Os dados de 2004 constam na base de dados do INPI (SINPI) e correspondem aos pedidos que foram processados e receberam números definitivos.

Tabela 4 – Despachos de Patentes

Despachos	2004	2005	Δ%
Restauração	119	259	118
Restauração (arquivamento)	30	175	483
Transferências e Alterações	2.639	5.252	99
Total	2.788	5.686	104

Fonte: RPI.

As atividades relativas a recursos e nulidades (Tabela 5) apresentaram dados inferiores ao ano anterior, uma vez que as decisões de Desenhos Industriais, em 2005, passaram para a Diretoria de Contratos e Outros Registros.

Tabela 5 – Recursos e Nulidades de Patentes

Despachos	2004	2005	Δ%
Nulidade (decisão)	464	96	-79
Nulidade (notificação)	97	69	-29
Recurso (decisão)	219	208	-5
Recurso (notificação)	89	160	80
Total	869	533	-39

Fonte: RPI.

Tabela 6 – Pedidos de Patentes Publicados

Pedidos Publicados	2004	2005	Δ%
PCT – Fase Nacional	12.144	10.451	-14
Demais Pedidos Publicados	9.927	10.504	6
Total	22.071	20.955	-5

Fonte: RPI.

Tabela 7 – Decisões de Pipelines

Artigos 230 e 231	2004	2005	Δ %
Arquivados	40	6	-85
Concessões	61	25	-59
Deferidos	62	16	-74
Indeferidos	22	1	-95
Nulidades	0	1	100
Recursos	22	2	-91
Total	207	51	-75

Fonte: RPI.

Cabe ressaltar que diversas iniciativas contribuíram para os resultados obtidos em 2005:

- A revisão do Mapa de Produtividade, instituído pela Orientação Normativa/DIRPA nº 01/2002, com a implementação, a partir de janeiro de 2005, de novo critério para a avaliação da “produção técnica”;
- O planejamento, iniciado na Seção de Controle de Pagamento de Anuidades – SECPAN, visando a levantar e, conseqüentemente, arquivar todos os pedidos que se encontram em débito de anuidade e dar continuidade a esse procedimento, para evitar que pedidos, a princípio abandonados, sejam objeto de exame técnico; e
- O planejamento, iniciado na Seção de Anotação e Expedição da Carta Patente – SEANEX, visando a encaminhar os pedidos com petição de transferência ou alteração de nome para essa Seção, examinar as petições e dar continuidade ao procedimento, para evitar que decisões e/ou despachos sejam publicados com o nome do antigo interessado ou do cedente, o que, paralelamente à locação de mais dois técnicos na Seção, resultou em um aumento de 99% nas publicações de alterações de nome/sede.

O arquivamento por falta de pedido de exame representa a ação que mais tem contribuído para atingir e ultrapassar as metas estabelecidas. Durante o primeiro semestre de 2005, com o auxílio da Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI, foi efetuado o levantamento dos pedidos depositados até dezembro de 2001 que não solicitaram exame e ainda não foram arquivados, para providenciar seu

arquivamento a partir do mês de agosto. Essa medida resultou no aumento significativo das decisões durante o segundo semestre.

O novo controle de produtividade das Divisões Técnicas da Diretoria de Patentes, implantado em janeiro de 2005, foi o responsável pelo aumento de cerca de 16% na produção técnica (Tabela 1). Apesar desse resultado, é necessário contratar examinadores e técnicos para a área.

Conclui-se que, embora a meta de 13.000 decisões tenha sido alcançada, se for mantido o mesmo número de examinadores e não houver acúmulo de pedidos a serem arquivados por falta de pedido de exame, a meta prevista para 2006 poderá estar comprometida.

3 AÇÕES DA DIRPA

3.1 Exame Prioritário

A partir de janeiro, a Diretoria de Patentes deixou de atender às solicitações de prioridade para exames técnicos, conforme a Orientação Normativa nº 003, de 14 de outubro de 2003, que disciplinava, internamente, as condições para a sua concessão.

Essa medida se impôs por força de comunicação do Ministério Público Federal que recomendou ao INPI abster-se de priorizar o exame de pedidos de patentes com apoio na Orientação Normativa. Se fosse o caso, o Instituto deveria emitir nova orientação que expressasse critérios objetivos para que todos os depositantes pudessem pleitear o benefício, ou, então, deixar que os pedidos de patente seguissem seu trâmite na forma ordinária.

Diante disso, a Diretoria vem desenvolvendo discussão sobre o tema com a Procuradoria Federal, a fim de apontar critérios seguros que justifiquem e autorizem o exame prioritário de pedidos de patentes.

3.2 Resolução nº 118, de 15 de junho de 2005

A Resolução nº 118, de 15 de junho de 2005, revogou o Ato Normativo nº 152, de 9 de setembro de 1999, que dispôs sobre a apresentação de auxílio voluntário para o exame técnico, em relação a Patentes e Certificados de Invenção, por serem suas regras totalmente prescindíveis e, até certo ponto, inconvenientes.

Essa medida considerou que o Ato em nada inovou ao facultar ao depositante o oferecimento de auxílio voluntário ao exame técnico. Independentemente da nomenclatura que se queira atribuir, os subsídios ao exame técnico são voluntários por força da Lei, sejam eles apresentados por terceiros ou pelo próprio depositante do pedido de patente, nos exatos termos do art. 31 da Lei da Propriedade Industrial – LPI.

O Ato, além de ser obviamente desnecessário, gerava, ainda, a expectativa – totalmente falsa – de que a apresentação de subsídios pelo depositante, por meio do formulário distinto, por ele instituído, resultaria em algum tipo de privilégio ou de tratamento diferenciado no exame do pedido de patente, como a sua priorização, o que, de modo algum, ocorreu.

3.3 Impossibilidade de Restauração de Pedido Arquivado Definitivamente

Em atenção à consulta da Diretoria de Patentes, a Procuradoria Federal do INPI exarou o PARECER/INPI/PROC/DICONS/Nº 001/2005, ao qual foi atribuído efeito normativo pelo Presidente do Instituto, firmando entendimento quanto aos fatos alcançados pela restauração.

No Parecer, a Procuradoria Federal reviu a matéria e entendeu que a interpretação do art. 87 da LPI, acolhida em parecer anterior, não se avistava como a mais autorizada, argumentando, desde logo, que o fato de a Lei abrigar a regra especial, concernente à restauração de pedidos de patente e de patentes em um capítulo particular, não declarava, absolutamente, a intenção do legislador em determinar a sua incidência a todo e qualquer pedido de patente arquivado, sobretudo àquele arquivado definitivamente, e mesmo à patente extinta.

Com base no Parecer, estamos revisando o item 10 do Ato Normativo 127, de 5 de março de 1997, que trata do pagamento de anuidades e da restauração do pedido de patente e da patente concedida. Em função da análise dos fatos alcançados pela restauração, deverá ser emitida uma Resolução que discipline os procedimentos referentes a essa matéria.

3.4 Notificação de Ação Judicial

A partir de julho, passamos a notificar, na Revista da Propriedade Industrial – RPI, a interposição de ações judiciais perante a Justiça Federal, nas quais o INPI atue, independentemente da sua condição de autor, réu, oponente ou assistente, e que têm

por objeto obter provimento jurisdicional no plano de pedidos de patentes ou de patentes concedidas.

Essa providência administrativa permite dar cumprimento ao princípio da publicidade, cientificando eventuais interessados e a sociedade em geral de que determinado pedido de patente ou patente é alvo de demanda judicial.

O decurso do prazo legal de proteção das patentes implica, automaticamente, colocação do seu objeto em domínio público, ou seja, livremente disponível a todo e qualquer interessado, incondicionalmente. Ocorre, ainda, que, em face das recentes mudanças legislativas, algumas ações judiciais foram interpostas visando a estender o prazo de vigência das patentes de invenção concedidas sob a égide da antiga Lei da Propriedade Industrial, ou seja, de quinze para vinte anos, tal como é concedido pela legislação em vigor.

Como, até então, a sociedade não era notificada da interposição dessas medidas judiciais no órgão oficial de divulgação, era inequívoco o fim da exclusividade legal, o que minimamente representava risco para qualquer interessado em empregar, de imediato, o objeto da patente em sua atividade econômica, ante a possibilidade eventual de caracterizar ato de violação ao direito de propriedade sobre a patente, punível civil e criminalmente, na hipótese, ainda que remota, de provimento judicial definitivo favorável à extensão do prazo de proteção do privilégio.



Diretoria de Marcas-
DIRMA

No primeiro semestre de 2005, completou-se a nova Diretoria do INPI, com a posse da nova Diretora de Marcas.

Seguindo uma dinâmica de descentralização e delegação de tarefas, a DIRMA foi reestruturada, com a criação de cinco Coordenações (Coordenação-Geral de Marca I – CGMAR I, Coordenação-Geral de Marca II – CGMAR II, Coordenação Administrativa de Marcas – CADMAR, Coordenação Técnica de Recursos e Processos Administrativos de Nulidade – COTREMA e Coordenação de Processamento de Prorrogação e Anotação – COPRA), por meio das quais o fluxo de trabalho passou a ser mais racional e o processamento das demandas, mais eficaz. Para aumentar o número de turmas responsáveis pela análise dos pedidos, criou-se, ainda, a Divisão de Marcas VI – DIMAR VI.

Uma das primeiras ações da nova Diretoria, paralelamente à reestruturação, foi implementar mecanismos mais eficazes para acompanhar e planejar a produção dos examinadores e do pessoal de apoio, tendo em vista tanto o cumprimento das metas dispostas no PPA 2004 – 2007 quanto a necessidade de reversão do atual quadro de atraso na concessão dos registros de marca. A consciência de que o aumento na produtividade era fundamental para a consecução desses dois objetivos se fez acompanhar de resultados expressivos em termos de melhoria da média de despachos, tal como ainda apresentaremos. Isso, somado a ações já concretizadas (como a modernização e o incremento no número de equipamentos de informática) e a outras ainda em curso (como o desenvolvimento de um novo Sistema de Marcas em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI), tem apontado para a recuperação do desempenho da Diretoria de Marcas quanto aos objetivos inscritos no Programa de Propriedade Intelectual do PPA 2004 - 2007.

Apresentamos a seguir os resultados da DIRMA no ano de 2005, referentes aos indicadores e metas do PPA, assinalando, ao longo da exposição, os principais fatos implicados em cada número, assim como os mais importantes fatores envolvidos na superação da meta de 100.000 marcas decididas.

1 O PLANO PLURIANUAL 2004 – 2007 E SEUS INDICADORES

Desde 2004, as atividades da DIRMA passaram a se pautar pelo disposto no PPA 2004 – 2007, segundo o que prescreve a ação “Concessão de Registro de Marca”, constante do programa “Propriedade Intelectual”. Tal ação tem como produto final o item “marca decidida” que, por seu turno, é composto pelo somatório de quatro variáveis, a saber, marca concedida, arquivada, extinta e prorrogada. Além disso, para o ano de 2005, determinou-se que um novo indicador seria considerado: a taxa de variação de pedidos de registro de marcas depositados por residentes.

Compreende-se a intenção do Governo Federal em envidar esforços para acompanhar a crescente demanda pelos registros marcários, uma vez que o tema da Propriedade Intelectual nunca esteve tão em evidência. A conjugação da meta da ação “Concessão de Registro de Marcas” com o indicador “Prazo Médio de Concessão do Registro”, utilizado no ano de 2004, implica admitir que o aumento na capacidade de processamento, medida em número de decisões, deve vir acompanhado pela celeridade na análise dos processos, daí a necessidade de se levar aquele prazo médio em consideração. Assim, existe uma relação diretamente proporcional entre celeridade na análise e capacidade de processamento, o que se refere não apenas à apuração de indicadores, mas também à superação de uma delicada situação, cujos obstáculos felizmente já começam a ser transpostos.

2 METAS E RESULTADOS

Para 2005, a meta e o indicador estabelecidos pelo PPA 2004 – 2007, no que se refere à ação “Concessão de Registro de Marca”, continuam da ordem de 100.000 marcas decididas. No que concerne a tais números, a DIRMA, durante o ano de 2005, superou a meta proposta em mais de 9%, tendo demonstrado, portanto, eficiência em sua tarefa de lutar contra o atraso já mencionado. Observemos as Tabelas a seguir.

Tabela 8 – Composição dos Indicadores no Resultado Obtido na Ação “Concessão de Registro de Marca” em 2005

Produto da Ação	Publicações na RPI
Pedidos de Registro Arquivados	23.516
Registros de Marca Concedidos	17.878
Registros de Marca Extintos	55.855
Registros de Marca Prorrogados	12.098
Total	109.347

Fonte: SINPI.

Para uma melhor compreensão do conjunto, observe-se, a seguir, a Tabela 9, que contém a evolução comparada daquelas quatro variáveis, entre 2002 e 2005.

Tabela 9 – Evolução dos Resultados Obtidos entre 2002 e 2005, Referentes à Decisão de Marcas

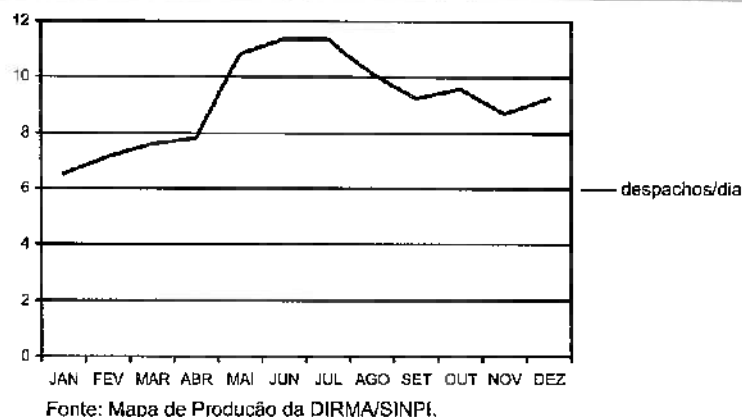
Produto da Ação	2002	2003	2004	2005	$\Delta\%$ 2005/2004
Pedidos de Registro Arquivados	9.626	32.773	9.147	23.516	157
Registros de Marca Concedidos	17.255	10.541	12.262	17.878	46
Registros de Marca Extintos	23.591	37.663	1.707	55.855	3172
Registros de Marca Prorrogados	3.575	3.324	5.270	12.098	129
Total	54.047	84.301	28.386	109.347	285

Fonte: SINPI.

Pode-se depreender da leitura das Tabelas de 8 a 12 que, no ano de 2005, ocorreu uma recuperação em praticamente todos os níveis de atuação da Diretoria. Obviamente, o incremento nos números a seguir representa muito mais o produto de ações concertadas com a finalidade de lutarmos contra a inércia que o crônico atraso impôs à Diretoria ao longo dos últimos anos, do que mero fruto do acaso. Dessa maneira, existem sólidas razões para crermos num cenário mais dinâmico, em que a perspectiva de supressão do *backlog* referente aos pedidos de registro ainda não examinados já se faz entrever. Ainda que em estado inicial, algumas dessas ações já têm surtido efeito positivo: a implementação de um modelo de gestão mais racional dos procedimentos administrativos vinculados ao nosso objetivo final – a decisão de marcas; a reavaliação de antigas rotinas em favor de práticas inteligentes de

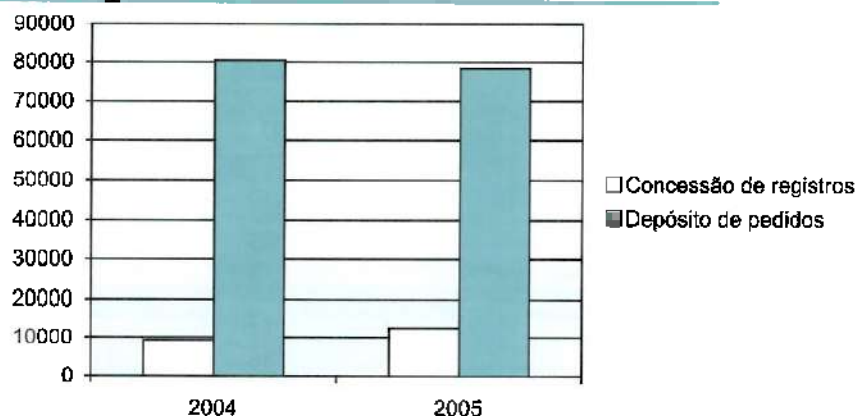
planejamento e controle da produção; o incessante diálogo entre técnicos, examinadores e gerentes em busca das melhores saídas para os desafios que a modernização da DIRMA impõe, acompanhado por uma motivação essencial que somente o trabalho em equipe pode trazer; a negociação com determinados órgãos de excelência (SERPRO, por exemplo) com a finalidade de se estabelecer parcerias técnico-consultivas nas áreas de sistema, organização e gestão da informação; e o fôlego trazido pelas ações da atual administração do INPI que, lutando em vários flancos pela melhoria da Autarquia como um todo, tem criado um clima organizacional mais favorável às mudanças e reformas necessárias para, por exemplo, uma Diretoria de Marcas com serviços mais eficientes e eficazes. Parte dessa mudança pode ser resumida na leitura do Gráfico 1, em que se pode visualizar que a produtividade média dos examinadores aumentou de pouco mais de 6 despachos/dia para quase 10 despachos/dia, passando por um pico de praticamente 12 despachos/dia em junho.

**Gráfico 1 – Evolução da Produtividade da Diretoria de Marcas em 2005,
Medida em Despachos/Dia**



No que concerne à taxa de variação de concessões de registro para residentes, conforme se pode observar no Gráfico 2, houve um aumento de 36,08%, já que, em 2004, tivemos 9.236 registros concedidos para nacionais, enquanto, em 2005, aquele número subiu para 12.568. Por outro lado, no que se refere à variação de pedidos depositados por residentes no mesmo período, houve uma ligeira diminuição de 2,49%, já que, em 2004, tivemos 80.376 pedidos depositados por nacionais, enquanto, em 2005, aquele valor decresceu para 78.373.

Gráfico 2 – Variação de Depósitos e Concessões por Residentes entre 2004 e 2005



Fonte: SINPI.

Tabela 10 – Pedidos Depositados e Despachos em Pedidos de Marcas

Decisões/Despachos	2004	2005	Δ%
Pedidos de Registros Depositados/Despachos em Pedidos			
Pedidos depositados	96.785	101.146*	1,6
Pedidos decididos	21.409	41.394	93
Marcas arquivadas	9.147	23.516	157
Marcas concedidas	12.262	17.878	46
Despachos de mérito	32.780	50.020	53
Deferimentos	23.447	33.535	43
Indeferimentos	6.024	11.069	84
Sobrestamentos	3.309	5.416	64
Publicações diversas	136.810	125.465	-8
Pedidos comunicados	106.019	90.873	-14
Exigências	5.963	11.134	87
Oposições	18.679	15.667	-16
Outros	6.149	7.791	27

Fonte: RPI e mapas estatísticos das Divisões Regionais, Representações, Postos Avançados e da Sede do INPI.

* Dados não-consolidados.

Tabela 11 – Despachos em Registros de Marcas

Decisões/Despachos	2004	2005	Δ%
Marcas extintas	1.707	55.855	3.172
Prorrogações	5.270	12.098	129
Exames de caducidade	940	1.780	89
Notificações	472	525	11
Exigências	12	10	-16
Declarações	398	1.191	199
Denegações	55	50	-9
Declarações parciais	3	4	33
Publicações diversas	3.529	5.084	44
Notificações	72	64	-11
Exigências	736	1.453	97
Outras	2.721	3.567	31

Fonte: RPI.

Tabela 12 – Despachos Relativos a Transferências e a Anotações Diversas

Decisões/Despachos	2004	2005	Δ%
Alteração de Nome/Sede/Endereço e Transferências	19.101	16.863	-12
Exigências	622	653	5
Sobrestamentos de Exame	46	92	100
Indeferimentos	39	82	145
Arquivamentos	184	158	110
Cancelamentos de Ofício	61	79	29
Alteração de Nome/Sede/Endereço	15.111	11.205	-26
Anotada			
Transferência Anotada	2.884	4.404	53
Outras	154	190	23

Fonte: RPI.

Ao término do primeiro semestre de 2005, já tínhamos como prever que conseguiríamos atingir a meta de 100.000 marcas decididas, principalmente por conta da progressiva adequação de todos os componentes da Diretoria aos novos modelos de gestão e processos de trabalho, além do fato de, tradicionalmente, a segunda metade do ano sempre apresentar melhores resultados do que a primeira, em termos de produção. Sendo assim, o segundo semestre representa o efeito de um esforço, apenas iniciado no primeiro período do ano passado, razão pela qual temos condições de supor uma espécie de mudança na cultura organizacional da Diretoria como um todo que, apresentando continuamente melhores resultados, já é capaz de aprender com os erros do passado e de se preparar melhor para a consecução de metas e objetivos. Algumas ações concretas merecem ser citadas como essenciais para que atingíssemos

o volume de decisões em 2005: a extinção de uma série de registros para os quais não foram solicitadas prorrogações, o arquivamento de pedidos cujas eventuais exigências não foram respondidas dentro do prazo legal e o acompanhamento cada vez mais estreito dos prazos e procedimentos em função dos quais se deve arquivar determinados pedidos. Finalmente, cumpre notar que a um aumento nos despachos de mérito deve necessariamente corresponder um aumento nas decisões finais, dentre as quais se destaca a concessão do registro, variável que também tem demonstrado, como apresentamos, uma boa evolução.

3 CONCLUSÃO

Apesar dos bons resultados alcançados em 2005, evidentemente ainda persistem algumas dificuldades:

- déficit de servidores para a realização do exame de marcas, muito embora haja uma previsão de contratação de mão-de-obra para 2006;
- infra-estrutura precária, sobretudo no que diz respeito às instalações físicas e prediais, prejudicando não apenas a guarda de documentos, mas o próprio ambiente de trabalho dos funcionários;
- crônica falta de segurança e de mecanismos eficazes de controle no que diz respeito à organização do Arquivo e à tramitação de documentos alocados naquele setor;
- inadequação do atual Sistema de Marcas para o pleno cumprimento das demandas técnicas e das soluções estratégicas que a Diretoria está preparando para o processamento e o exame dos pedidos em atraso; e
- aspectos transversais, como questões de ordem salarial ou relativas à carreira e à valorização do servidor público que, em geral, apesar de fugirem à órbita da Diretoria, também se constituem, juntamente com outras matérias, em pontos nodais para o êxito nas tarefas a serem enfrentadas.

Reiteramos, entretanto, que boa parte da melhoria nos resultados alcançados em 2005 se deve a algumas ações concretas, cujas diretrizes já foram comentadas. Existem ações que já estão em curso, enquanto há outras que se encontram em vias de se implantar. À guisa de prestação de contas, listamos a seguir as mais importantes mudanças que têm contribuído não somente para um aumento na produtividade dos

examinadores, como também para uma paulatina mudança na forma de se lidar com os inúmeros problemas que tomaram a tarefa da Diretoria de Marcas desafiadora:

- reestruturação administrativa da Diretoria de Marcas, com a criação das cinco Coordenações;
- implantação de dois importantes núcleos: a Central de Atendimento ao Usuário de Marcas e o Núcleo de Preparação de Processos, todos subordinados à Coordenação Administrativa de Marcas;
- descentralização administrativa e delegação de competências, por meio da divisão de tarefas entre as referidas coordenadorias;
- reorganização do Arquivo e maior controle no envio e na retirada de processos daquele setor;
- acompanhamento constante da produção e da produtividade dos examinadores e do pessoal de apoio, com adequado mapeamento estatístico e reuniões periódicas entre Diretoria, Coordenações e Chefias;
- gerenciamento da produção por meio de estratégias diferenciadas de processamento dos pedidos em atraso;
- criação de grupos de trabalho para discussão e elaboração das Diretrizes de Exame de Marcas e revisão do Manual do Usuário de Marcas;
- criação de fórum de discussão sobre as melhores táticas para enfrentar o problema do *backlog* dos pedidos ainda não examinados; e
- criação de grupos de trabalho para formulação de requisitos aos consultores do SERPRO, com a finalidade de chegarmos a um Sistema de Marcas mais adequado, paralelamente à inteligência produtiva sobre as melhores práticas e os procedimentos para um novo modelo de trabalho na Diretoria.

É importante frisar que, tendo ocupado praticamente toda a segunda metade do ano de 2005, as discussões acerca da construção do novo Sistema de Marcas, a ser implantado em 2006, envolveram e ainda têm envolvido Chefes e Coordenadores numa incessante reflexão acerca das melhores alternativas para o futuro da Diretoria de Marcas. De uma forma geral, o sistema eletrônico de gestão de marcas tem por finalidade reduzir os prazos de processamento dos pedidos dirigidos à Diretoria de Marcas com o uso de automação, minimizando o trabalho manual dos agentes envolvidos no processo. O sistema pretende aumentar o tempo dedicado pelos examinadores à análise técnica dos processos e disponibilizar para seus clientes, por meio da Internet, facilidades para a solicitação do registro de marcas e informações

sobre o andamento de seus processos. Portanto, trata-se de um horizonte de mais rapidez, segurança e eficiência, que inaugurará, com certeza, um outro paradigma em prestação de serviços aos nossos clientes, tanto internos quanto externos. Nesse sentido, o ano de 2005 representa o marco inaugural dessa nova etapa, em que o delineamento do arcabouço do futuro sistema surge como fase capital para o sucesso da ação empreendida.

Além das ações já em curso, é de extrema importância que se tenha em mente que, somente com a sinergia de todos os agentes envolvidos com a Diretoria de Marcas, podemos elaborar uma pauta conjunta, em que não só se discutam os problemas a se enfrentar, mas por meio da qual sejam apresentadas também as melhores soluções, que costumam ser as mais plausíveis. Encarar a atividade desta Diretoria como sendo estratégica dentro do atual cenário do desenvolvimento econômico nacional faz parte do novo momento que a Autarquia vive. A concessão do registro de marca, garantia contra a concorrência desleal, é um dos principais fomentos para que o empresariado brasileiro, não excluindo o estrangeiro aqui atuante, possa ser mais competitivo num mercado globalizado, sem, contudo, abrir mão de um direito que somente ao INPI, por intermédio da Diretoria de Marcas, compete conceder.



**Diretoria de
Contratos de
Tecnologia e Outros
Registros-D I R T E C**

A nova estrutura regimental do INPI, instituída pelo Decreto nº 5.147, de 21 de julho de 2004, agregou novas atribuições à Diretoria de Contratos de Tecnologia, que passou a ser intitulada Diretoria de Contratos de Tecnologia e Outros Registros – DIRTEC, com a competência de analisar e decidir não só quanto à averbação ou ao registro de contratos para exploração de patentes, uso de marcas e transferência de tecnologia e de franquia, mas também quanto ao registro de desenho industrial, de indicação geográfica (na forma da Lei nº 9.279, de 1996), de programa de computador (na forma da Lei nº 9.609, de 1998) e de tecnologias especiais.

O contrato de tecnologia deverá ser averbado no INPI para produzir efeitos em relação a terceiros e, ainda, conforme legislação de comércio exterior, cambial e tributária, legitimar transferências para o exterior a título de *royalties* e assistência técnica e permitir a dedução fiscal das despesas com tecnologia.

As ações relativas a contratos de transferência de tecnologia não se limitam à averbação e ao registro, dispondo a Diretoria, de equipe técnica capacitada para assessorar as empresas brasileiras interessadas em obter licenciamento ou adquirir tecnologia no Brasil e no exterior. Essa assessoria se verifica tanto no aspecto jurídico quanto na disponibilização, para as empresas, de dados e aconselhamento de técnicos habilitados na análise de contratos.

Como a Propriedade Intelectual é um tema de crescente importância para a economia do país e um canal de inserção na comunidade internacional, para garantir um lugar confortável num mercado competitivo, é preciso, principalmente, oferecer ao consumidor um produto atrativo e de boa qualidade, capaz de responder aos seus anseios, a um preço razoável. Tais elementos são essenciais para manter uma boa posição no mercado e melhorá-la em face da concorrência. Para que tais objetivos sejam atingidos, torna-se essencial a proteção intelectual da inovação com vista a garantir os direitos do titular.

Considera-se desenho industrial a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa, e servir de tipo de fabricação industrial.

O registro de desenho industrial é um título de propriedade temporária sobre um Desenho Industrial, outorgado pelo Estado aos autores ou a outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras dos direitos sobre a criação.

O titular tem, durante o prazo de vigência do registro e sem prévia autorização, o direito de excluir terceiros de atos relativos à matéria protegida, tais como fabricação, comercialização, importação, uso e venda.

No final dos anos 70, a então Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia – SCCT e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP empreenderam esforços conjuntos na área de *design*. Nos anos 80, iniciativas coordenadas pelos setores público e privado resultaram no reconhecimento do Desenho Industrial como ferramenta que, associada ao desenvolvimento tecnológico, se caracteriza como importante instrumento de modernização industrial. Uma dessas importantes iniciativas foi a criação do Programa Brasileiro do *Design* – PBD, resultante da união e da articulação entre organizações governamentais, agentes sociais e econômicos, com o objetivo de conscientizar a sociedade por intermédio da disseminação da informação, normalização e proteção legal.

O registro da indicação geográfica é reconhecido pelo INPI com base no parágrafo único do art. 182 da Lei nº 9.279, de 1996, em vigor. No âmbito internacional, o Brasil é signatário do Acordo de Madrid sobre Indicações de Origem e do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio – TRIPS.

A Lei nº 9.279, de 1996, considera como Indicação Geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem. Indicação de procedência é o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território, que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço. Denominação de origem é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço, cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos os fatores naturais e humanos.

Conforme especifica o art. 182 da Lei nº 9.279, de 1996, o uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de

qualidade. O período para o uso do direito é o mesmo período da existência do produto ou serviço objeto do reconhecimento do registro.

Competência do INPI, conforme determina o Decreto nº 2.556, de 1998, o registro de programa de computador é regido pela Lei nº 9.609, de 1998 (Lei do *Software*) e pela Lei nº 9.610, de 1998 (Lei dos Direitos Autorais).

No âmbito internacional, as diretrizes jurídicas para a proteção dos programas de computador encontram-se estabelecidas pela Convenção de Berna (relativas aos direitos do autor) e pelas disposições do Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio.

O prazo de validade dos direitos é de cinquenta anos, contados a partir de 1.º de janeiro do ano subsequente ao da “data da criação” do programa, garantindo-se sigilo, quando requerido pelo titular, das partes do programa trazidas para registro no INPI.

Apesar de não ser obrigatório, o registro constitui prova significativa perante o Judiciário, no caso de ser necessário comprovar a autoria da criação do programa de computador.

1 NOVA ESTRUTURA REGIMENTAL

Com a entrada em vigor da nova estrutura regimental do INPI, ocorreram alterações na rotina da DIRTEC:

- mudanças de competências, passando a decisão sobre os registros de desenho industrial e indicação geográfica, antes atribuída às Diretorias de Patentes de Marca, respectivamente, à DIRTEC;
- criação de cargos para as novas Coordenações (Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia – CGTEC, Coordenação-Geral de Outros Registros – CGREG, Coordenação de Exploração de Patente, Fornecimento de Tecnologia e Serviço de Assistência Técnica – COPATEC e Coordenação de Desenho Industrial e Indicação Geográfica – CODING); e
- criação da Divisão de Registro de Programa de Computador – DIREPRO, antes agregada à Divisão de Contratos de Uso de Marca e de Programa de Computador, e da Seção de Apoio Técnico de Outros Registros – SEATOR.

Os serviços agregados exigem adaptações de ordem estrutural, de recursos humanos e materiais. Assim, o fato de não ter cabido à DIRTEC uma Coordenação de

Processamento tem dificultado não só gerenciar os processos sob sua responsabilidade, mas também implantar procedimentos, indispensáveis às novas atribuições.

Visando a dar um maior equilíbrio entre as Divisões da Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia, existe, ainda, a necessidade de desmembrar, em duas Divisões, a Coordenação de Exploração de Patente, Fornecimento de Tecnologia e Serviço de Assistência Técnica.

Além disso, as novas competências não alcançaram, ainda, o resultado esperado quanto à resposta eficiente e eficaz ao usuário, uma vez que não houve provimento de recursos humanos nem materiais para atender às necessidades da Coordenação-Geral de Outros Registros.

A Coordenação de Desenho Industrial e Indicação Geográfica ressentiu-se, por exemplo, de um corpo técnico especializado para analisar os pedidos de registro de indicação geográfica. Para minimizar o aspecto deficitário do quantitativo de examinadores, os pedidos de registro de desenho industrial, os recursos, as nulidades administrativas e o pronunciamento nas ações judiciais estão sendo analisados pelo Coordenador.

A carência de profissionais é evidente não só na Divisão de Registro de Programa de Computador, onde apenas um técnico efetua as funções de protocolo, cadastramento, análise e guarda sigilosa dos pedidos, mas também na Seção de Apoio Técnico de Outros Registros, responsável hoje por tarefas administrativas relacionadas à indicação geográfica e ao programa de computador. Além de estar desprovida de recursos materiais básicos, a Seção conta com a mesma quantidade de técnicos da época em que atendia, apenas, a desenho industrial.

2 O PLANO PLURIANUAL 2004 – 2007 E SEUS INDICADORES

A Diretoria é responsável pelas seguintes ações do programa Propriedade Intelectual do PPA: Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia e de Franquia, Registro de Programas de Computador, Concessão de Registro de Desenho Industrial e Concessão de Registro de Indicação Geográfica (Tabela 13).

Tabela 13 – PPA 2005 – Demonstrativo de Execução Física

Ações	Produto	Metas (A)	Realizado (B)	Alcançado (B/A)
Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia e de Franquia	Contrato Averbado	1.807	1.468	81,24
Registro de Programas de Computador	Programa Registrado	753	686	91,10
Concessão de Registro de Desenho Industrial	Desenho Industrial Registrado	5.800	4.886	84,24
Concessão de Registro de Indicação Geográfica	Indicação Geográfica Registrada	4	1	25,00

Fonte: SIGPlan.

As Coordenações de Contrato de Transferência de Tecnologia e de Desenho Industrial trabalham atendendo a uma demanda por seus serviços, não tendo atraso para ser equacionado em suas decisões.

As metas físicas propostas para o período 2004 – 2007 foram baseadas em projeções, cujo comportamento independe de qualquer indicador econômico, não possibilitando, assim, sua fixação com a exatidão pretendida. Em função disso e para melhor aferição de outras atividades do processamento técnico do registro, a Diretoria solicitou alterações nas ações sob sua responsabilidade, nos produtos e nas unidades de medida e passará a contabilizar, em 2006, os requerimentos de averbação analisados e os pedidos de registros decididos. Para tal, serão consideradas, além dos contratos averbados e registros concedidos, as demais decisões finais como indeferido, arquivado, deferido, extinto e desistência.

Em relação aos contratos averbados, o número de requerimentos de averbação, verificado em 2005, não foi suficiente para o cumprimento da meta estabelecida, uma vez que existem outros tipos de decisão (indeferimento, arquivamento e exigência técnica) que acabam retardando a emissão do certificado.

No tocante a desenho industrial, a meta foi de 5.800 desenhos registrados, quando o número de pedidos depositados foi inferior à meta estipulada. Assim, o percentual de 84% da meta alcançada é irreal, uma vez que seria impossível registrar um número de pedidos de desenho industrial maior do que o número de pedidos depositados no ano, considerando a inexistência de atraso de exame na área.

Quanto à indicação geográfica, o fato de não termos alcançado a meta prevista de quatro registros concedidos deve-se a vários fatores. Até então, o exame dos pedidos de indicação geográfica e todos seus processamentos administrativos eram efetuados na Diretoria de Marcas, responsável pela atividade. A nova estrutura regimental remete o assunto para a DIRTEC, embora os técnicos habilitados, treinados e familiarizados com a matéria tenham permanecido lotados na Diretoria de Marcas.

No intuito de solucionar provisoriamente a questão, foram editadas as Portarias nº 024 e 025, de 2005, constituindo e nomeando Comissão Especial para subsidiar e assessorar o Diretor da DIRTEC na decisão dos pedidos de reconhecimento das Indicações Geográficas. Trata-se, entendemos, de um mecanismo de transição, e por sua própria natureza, de caráter provisório, uma vez que seus membros estão lotados em outras unidades administrativas do Instituto e incumbidos de outras atribuições.

Os trabalhos da Comissão apresentam dificuldades, não só em virtude da agenda dos membros e da não-especialização da maioria no assunto, mas também da logística e do tempo exigido para que todos avaliem os processos administrativos de instrução.

3 METAS E RESULTADOS

3.1 Transferência de Tecnologia

Ao longo de 2005, deram entrada na DIRTEC 2.617 processos, referentes a contratos, faturas novas, petições ligadas a contratos e consultas simples, tendo sido tomadas 2.337 decisões.

Comparando-se os resultados alcançados em 2004 e 2005, observa-se que as entradas de processos (Tabela 14) diminuíram 2%, em decorrência de um decréscimo nas faturas novas e petições. Cabe ressaltar que os contratos novos, que representam a negociação básica de aquisição e licenciamento de tecnologia, aumentaram 7%.

No que se refere às decisões (Tabela 14), destacamos que o decréscimo de 4% na emissão de certificados de averbação se deveu não só à redução verificada nos requerimentos de averbação, mas também ao aumento dos contratos arquivados e das exigências formuladas, o que retarda a obtenção dos certificados.

Tabela 14 – Fluxo de Processos

Discriminação	2004 (A)	2005 (B)	Δ % B/A
Entradas	2.658	2.617	-2
Consultas simples	210	211	-
Contratos novos	736	789	7
Faturas novas	385	330	-14
Petições	1.327	1.287	-3
Saídas	2.380	2.337	-2
Consultas respondidas	205	181	-12
Averbados	1.523	1.468	-4
Deferidos	38	26	-32
Indeferidos	70	69	-1
Arquivados	33	52	58
Exigências	511	541	6

Fonte: DIRTEC.

As averbações são decorrentes de três tipos de processos: contratos novos, faturas novas e petições ligadas aos contratos. As petições podem ser, por exemplo, de aditivo ao contrato, cumprimento de exigência e solicitação de alteração do Certificado de Averbação. Em 2005, os processos novos representaram 53% das averbações e as petições, 47%.

Com relação à categoria contratual (Tabela 15), Exploração de Patente e Franquia ampliaram a participação relativa nas averbações do período. Os contratos e as faturas de Prestação de Serviços de Assistência Técnica são responsáveis por 56% dos certificados emitidos.

Tabela 15 – Número de Certificados de Averbação por Categoria Contratual

Categoria Contratual	2004 (A)	2005 (B)	%	Δ % (B/A)
Uso de Marca	247	237	16	-4
Exploração de Patente	31	53	4	71
Fornecimento de Tecnologia	202	186	13	-8
Franquia	27	73	5	170
Serviços de Assistência Técnica	938	828	56	-12
Outros (duas ou mais categorias)	78	91	6	17
Total	1.523	1.468	100	-4

Fonte: DIRTEC.

A Tabela 16 tem o objetivo de apresentar uma visão dos principais setores de atividade que adquirem a tecnologia. Destacam-se os seguintes setores: Químico, Refino de Petróleo, Metalúrgico e Veículos Automotores.

Tabela 16 – Certificados de Averbação Segundo os Principais Setores de Atividade

Setores (IBGE)	2004	2005	%	Δ % (B/A)	
Comércio por Atacado e Intermediários do Comércio	42	49	3	17	
Eletricidade, Gás e Água Quente	48	49	3	2	
Extração de Minerais Metálicos	81	52	4	-36	
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	34	36	2	6	
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	77	64	4	-17	
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo	115	158	11	37	
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	97	83	6	-15	
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	27	23	2	-14	
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	31	35	2	13	
Fabricação de Produtos de Metal	56	37	2	-34	
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	44	47	3	7	
Fabricação de Produtos Químicos	182	158	11	-13	
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores	116	111	8	-4	
Metalúrgica Básica	164	142	10	-13	
Serviços Prestados Principalmente às Empresas	101	82	6	-19	
Demais Setores	308	342	23	11	
Total	Total	1.523	1.468	100	-4

Fonte: DIRTEC.

Na análise quanto à origem da tecnologia (Tabela 17), observa-se uma concentração em relação a um grupo restrito de países.

Tabela 17 – Número de Certificados de Averbação Segundo os Principais Países Fornecedores de Tecnologia

País	2004	2005	%	Δ % (B/A)
Alemanha	214	202	14	-6
Brasil	70	79	5	13
Canadá	58	45	3	-22
Espanha	48	39	3	-19
Estados Unidos	374	377	26	1
França	107	105	7	-2
Itália	81	61	4	-25
Japão	128	128	9	0
Reino Unido	85	77	5	-9
Suíça	55	47	3	-15
Demais Países	303	308	21	2
Total	1.523	1.468	100	-4

Fonte: DIRTEC.

Os Estados que mais obtiveram certificados de averbação foram **São Paulo e Rio de Janeiro, responsáveis por 66% do total do período. Cabe ressaltar o crescimento de 82% verificado no Amazonas, em relação ao mesmo período anterior (Tabela 18).**

Tabela 18 – Número de Certificados de Averbação por Unidade da Federação da Empresa Cessionária

Estados (UF)	2004 (A)	2005 (B)	%	Δ % (B/A)
Amazonas	22	40	3	82
Bahia	65	65	4	-
Espírito Santo	66	52	4	-21
Minas Gerais	180	133	9	-26
Paraná	61	80	5	31
Pernambuco	18	18	1	-
Rio de Janeiro	342	394	27	15
Rio Grande do Sul	42	35	3	-10
Santa Catarina	16	20	1	33
São Paulo	641	577	39	-9
Demais Estados	47	36	3	-20
Empresas Estrangeiras	23	18	1	45
Total	1.523	1.468	100	-4

Fonte: DIRTEC.

3.2 Desenho Industrial

A importância do *design* na economia do país está cada vez mais sendo consolidada pelas iniciativas tanto governamentais quanto privadas, com programas de disseminação e conscientização da cultura do desenho industrial, tornando-se um fator preponderante para a obtenção de vantagem competitiva no comércio. A necessidade de proteger a criação com vista a evitar a cópia ilegal do produto tem sido prática adotada mais freqüentemente pela sociedade, o que pode ser comprovado observando-se o aumento de 4% dos depósitos em relação ao ano anterior (Tabela 19).

Tabela 19 – Depósitos e Decisões Finais sobre Desenho Industrial

Discriminação	2004	2005	Δ%
Depósitos	4.921	5.142*	4
Decisões Finais	5.178	5.411	4
Arquivamento	534	497	-7
Indeferimento	78	28	-64
Registro	4.566	4.886	7

Fonte: RPI.

* Dado não-consolidado.

Em relação a desenho industrial, contamos atualmente com três pesquisadores titulares para examinar os pedidos de registro. Apesar das condições desfavoráveis, tivemos um acréscimo de 7% na concessão dos registros, em relação ao mesmo índice obtido no ano de 2004.

Os setores moveleiro, calçadista e de embalagens são os principais responsáveis pelo número significativo de depósito de nacionais, vindo a refletir os esforços das ações para promover o *design* brasileiro.

No setor moveleiro, para conseguir condições de competitividade com as empresas que obtêm o *design* com as líderes mundiais, as empresas nacionais costumam contratar importantes profissionais para elaboração dos seus projetos. No segmento de móveis residenciais, os fabricantes procuram realizar o desenvolvimento de projetos próprios, principalmente por meio da contratação de serviços de especialistas em *design*, que, em geral, são empregados das empresas ou apresentam uma dedicação quase exclusiva a estas. A maioria das empresas na área possui pessoas especializadas em

design, seja para desenvolver projetos próprios seja para coordenar a aquisição de projetos e adaptá-los às necessidades locais. Na maioria dos casos, esses especialistas estão subordinados à área de desenvolvimento de produtos. Cabe destacar, entretanto, que, no segmento de móveis para escritório, encontram-se estruturas mais amplas na área de *design*, possuindo algumas empresas entrevistadas uma diretoria exclusiva para a área.

Em relação ao setor calçadista, nota-se que os produtores procuraram defender sua posição no mercado, reforçando outros aspectos não diretamente relacionados ao custo de produção. A principal estratégia foi agregar valor aos produtos, aperfeiçoando a qualidade, o *design* e a sofisticação dos produtos, e, ao mesmo tempo, racionalizar a produção para aumentar a eficiência técnica e a produtividade. Dentro desse contexto, o *design* passou a cumprir um papel crucial, pela maior importância atribuída às atividades de desenvolvimento de modelagem para melhorar os atributos do produto e valorizá-lo. Outro aspecto relevante é a forma como as empresas integram as atividades de *design* com as outras etapas do processo produtivo e de comercialização.

No caso do setor de embalagens, o *design* é visto como elemento diferenciador, sendo um dos principais fatores determinantes na escolha do produto pelo público consumidor. As empresas da área vêm incorporando as atividades de *design* ao centro de P&D, no espaço destinado às inovações.

Tabela 20 – Depósito de Pedido de Registro de Desenho Industrial de Nacionais

Desenho Industrial	2004	2005	Δ%
Depósitos Nacionais	3.962	3.540	-11

Fonte: DIRTEC.

Em 2005, verificamos um aumento expressivo nos depósitos de pedidos de registro de desenho industrial no Espírito Santo e Amazonas, 364% e 58% respectivamente. A Bahia, por sua vez, apresentou o maior decréscimo em relação ao ano anterior (Tabela 21).

São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais mantiveram posição inalterada de liderança e juntos foram responsáveis por 80% dos pedidos de registro nacionais.

Tabela 21 – Desenho Industrial Nacional Depositado por Estado

Estados	2004	2005	Δ%
Amazonas	19	30	58
Bahia	30	11	-63
Ceará	106	93	-12
Distrito Federal	19	22	16
Espírito Santo	17	79	365
Minas Gerais	289	285	-1
Paraná	407	343	-16
Pernambuco	15	12	-20
Rio de Janeiro	147	127	-14
Rio Grande do Sul	546	467	-14
Santa Catarina	246	273	11
São Paulo	1.842	1.803	-2
Demais Estados	47	29	38
Total	3.730	3.574	-4

Fonte: DIRTEC.

3.3 Indicação Geográfica

A indicação geográfica repercute de forma positiva no comércio, uma vez que aumenta o valor agregado e preserva a qualidade dos produtos, criando confiança no consumidor que, sob a etiqueta da indicação geográfica, sabe que vai encontrar um produto com forte tipicidade, comprovado renome e caráter único. Tais fatores melhoram a comercialização desses produtos, facilitando o acesso aos mercados, uma vez que projetam imagem associada à garantia institucional da reputação e identidade.

Apesar da cultura da indicação geográfica ser bastante absorvida nos países europeus, ela ainda é tímida no Brasil. No sentido de disseminar e fomentar tal conhecimento, a DIRTEC, com a Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica – DART, vem participando de iniciativas com vista a promover a cultura da indicação geográfica perante os produtores e a sociedade em geral.

Atualmente, o número de depósitos ainda é baixo. Em 2005, foi depositado apenas um pedido de registro de indicação geográfica e foi concedido o registro intitulado “Região do Cerrado Mineiro” para o produto café. Foram também publicadas exigências em cinco pedidos de registro, embora não tenha sido possível a concessão de nenhum

deles, em virtude não só das dificuldades identificadas no item 2 como também da complexidade e novidade do assunto.

3.4 Registro de Programa de Computador

Apesar de a Lei nº 9.609, de 1998, que trata das disposições relativas a programa de computador, não exigir, o registro no INPI constitui prova de autoria perante o Judiciário, garantindo, também, a exclusividade na produção, no uso e na comercialização do programa.

No tocante à elaboração de políticas públicas, o registro do programa de computador no INPI permite a elaboração de estatísticas para subsidiar as iniciativas governamentais no setor. Ressalta-se, também, o fato de a economia e as barreiras do mercado de programa de computador diferirem significativamente das existentes na indústria manufatureira tradicional, facilitando o acesso ao código fonte do programa e tornando a cópia excessivamente fácil, em grande escala, desestimulando, assim, a produção independente. A guarda sigilosa garantida pelo INPI vem a minimizar os aspectos negativos mencionados.

Observa-se que a demanda por registro de programa de computador apresentou um decréscimo de 14% em comparação com o ano de 2004 (Tabela 22). O andamento mais eficiente e eficaz da Divisão certamente seria um elemento-chave para estimular o depósito dos registros de programa de computador perante o INPI. Assim, a DIRTEC reiniciou as publicações relativas a essa área, na Revista da Propriedade Industrial – RPI, no ano de 2005. Além disso, vem promovendo medidas com a Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI, para atualizar e finalizar o módulo de registro de programa de computador no Sistema da Propriedade Industrial – SINPI, a fim de agilizar a resposta ao usuário.

Tabela 22 – Demanda por Registro de Programa de Computador

Programas de Computador	2004	2005	Δ%
Pedido de Registro	794	686	-14
Total	3.730	3.574	-4


Fonte: DIRTEC.

Alguns Estados, como Santa Catarina e Minas Gerais, apresentaram grande acréscimo na demanda, seguidos por Ceará, Distrito Federal e São Paulo, com menor índice.

Outros apresentaram decréscimo, como Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, o que demonstra necessidade de sensibilização nesses Estados (Tabela 23).

Tabela 23 – Programa de Computador por Estado

Estados	2004	2005	Δ%
Bahia	22	10	-55
Ceará	9	10	11
Distrito Federal	37	39	5
Minas Gerais	50	68	36
Paraná	43	39	-9
Pernambuco	9	8	-11
Rio de Janeiro	239	136	-43
Rio Grande do Sul	72	35	-51
Santa Catarina	30	52	73
São Paulo	247	258	4
Demais Estados	36	31	-14
Total	794	686	-14



**Diretoria de
Articulação e
Informação
Tecnológica-DART**

Apesar do contexto histórico de desbalanceamento nas ações de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e da falta de uma política integrada de desenvolvimento industrial e tecnológico, o país sempre se posicionou pioneiramente na adoção de marcos reguladores de Propriedade Intelectual – PI. Assim, o Brasil integrou o grupo de primeiros signatários da Convenção de Paris e, em 1996, aprovou a atual Lei da Propriedade Industrial, adequando-se a requisitos apresentados em TRIPS, bem antes do prazo máximo permitido pela atual Organização Mundial do Comércio – OMC.

Tais fatos apontam, principalmente, para duas situações: o tratamento isolado dado à matéria de PI, desarticulado do contexto de esforços de desenvolvimento industrial e tecnológico; e a disponibilização de uma estrutura de base legal de “proteção” não levando necessariamente a níveis elevados de inovação.

Nesse contexto, a tímida participação dos principais atores nacionais de inovação nos indicadores de PI apresenta-se como um reflexo da incapacidade de se criar um Sistema Nacional de Inovação equilibrado e eficiente. Do total de depósitos de patentes, uma média de 20% provém de residentes, enquanto que, do total de concessões, apenas 10% destinam-se a residentes. Ademais, 75% desse total de depósitos são apresentados por pessoas físicas, fato que aponta para uma infra-estrutura de inovação imatura.

Somando à falta de procura dos atores residentes pelos mecanismos de proteção, ocorre o baixo uso da informação tecnológica disponível no INPI, especialmente a informação patentária.

O Banco de Patentes oferece oportunidades estratégicas para consultas, pois indica:

- tecnologias que já estão em domínio público (com prazo vencido) e podem, portanto, ser usadas livremente;
- tecnologias patenteadas em outros países que não foram depositadas no INPI brasileiro, podendo, assim, ser exploradas no mercado nacional;
- uso da informação para fins de pesquisa inclusive de tecnologias ainda com patente em vigor;
- uso da informação para monitorar a concorrência e apontar melhores rotas tecnológicas a serem seguidas; e
- uso para estudos de prospecção tecnológica.

Desse modo, visando a otimizar o papel do INPI no cenário de esforços para o desenvolvimento de uma política industrial e tecnológica, duas frentes se fazem necessárias: promover um melhor entendimento da matéria de PI e aumentar a participação de nacionais no sistema de Propriedade Industrial, seja por meio da proteção seja por meio do uso da informação tecnológica disponível no Instituto.

As atividades da DART, em sua maioria, permeiam mais de uma área da Diretoria, haja vista que as ações articuladoras passam freqüentemente por dimensões nacionais, internacionais e regionais, além de, ao mesmo tempo, incorporarem as oportunidades estratégicas existentes no uso da informação tecnológica. Nesse sentido, a estrutura do presente documento será organizada em torno de linhas de ação que, para serem exploradas, contaram com as competências existentes nas diversas unidades da Diretoria.

1 LINHAS DE AÇÃO

1.1 Treinamento e Capacitação de Parceiros

1.1.1 Seminários e Cursos para Gestores de Tecnologia nos Estados

Tendo em vista o incentivo do Governo com respeito ao desenvolvimento tecnológico (Lei de Inovação e "MP do Bem", por exemplo), cresceu, significativamente, o número de instituições interessadas em se capacitar para o uso dos mecanismos de proteção da Propriedade Intelectual.

Nesse sentido, não é viável para o Instituto proceder a um atendimento individual a cada entidade demandante. Com isso, o INPI organizou, no ano de 2005, seminários e cursos para gestores de tecnologia em diferentes Estados do País. Tal iniciativa vem sendo implementada em conjunto com as Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia com a participação da Federação das Indústrias e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. O modelo de atendimento prevê um dia de seminário de sensibilização com apresentação de casos de sucesso no uso da Propriedade Industrial, seguido de um curso de 40 a 64 horas para gestores de tecnologia ligados, por exemplo, a universidades, federações, associações comerciais,

SEBRAEs estaduais, centros de pesquisa, bancos de desenvolvimento, fundações de amparo à pesquisa e superintendências do Ministério da Agricultura.

Foram realizados 15 Seminários e 15 Cursos para Gestores de Tecnologia em 13 Estados: Amazonas (Manaus), Bahia (Salvador), Ceará (Fortaleza e Região do Cariri), Espírito Santo (Vitória), Maranhão (São Luís), Goiás (Brasília), Mato Grosso (Cuiabá), Mato Grosso do Sul (Campo Grande), Minas Gerais (Belo Horizonte), Paraná (Curitiba), Rio de Janeiro (Macaé), Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e São Paulo (Campinas e São José dos Campos).

Foram capacitados mais de 1.100 atores nos 15 seminários, em um total de 119 horas, e 574 gestores, nos cursos que corresponderam a 632 horas de aula, conforme demonstra a Tabela 24.

**Tabela 24 – Seminários e Cursos para Gestores de Tecnologia
Distribuídos por Região**

Região	Seminários		Curso para Gestores	
	Pessoas	h/Seminário	Concluintes	h/Curso
Norte	135	7	42	40
Sul	103	16	88	80
Centro-Oeste	134	25	97	120
Nordeste	327	32	146	200
Sudeste	414	39	201	192
Total	1.113	119	574	632

1.1.2 Cursos para Instituições Parceiras

Com o intuito de capacitar os funcionários de Instituições Parceiras que tratam com Propriedade Intelectual, estabeleceram-se, no ano de 2005, convênios que possibilitam, por exemplo, um programa de qualificação a fim de que noções de PI sejam inseridas tanto no suporte a ser dado aos usuários do sistema, quanto no contexto da avaliação de financiamentos de tecnologia. Essa iniciativa vem sendo estruturada com diversos parceiros como a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, a Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras – ANPEI e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. O modelo de atendimento previu um seminário e/ou um curso voltado especificamente para os funcionários da Instituição, para mostrar a importância

do sistema de PI, os retornos que a proteção dos intangíveis pode trazer e a apresentação de casos de sucesso. No caso do MAPA, optou-se por distribuir os agentes das Superintendências Estaduais do Ministério pelos cursos para Gestores de Tecnologia, organizados pelo INPI em áreas próximas. Nessa atividade, foram capacitados 138 funcionários de Instituições Parceiras como mostra a Tabela 25.

**Tabela 25 – Cursos para Instituições Parceiras ou Ministérios,
Distribuídos por Instituição**

Instituição Parceira	Total de Cursos	Total de Horas	Funcionários
ANPEI	3	48	60
FINEP	1	40	28
PETROBRAS	1	40	11
Subtotal	5	128	99
MAPA	10*	416	39
Total	15	544	138

* Os funcionários do MAPA foram incluídos nos cursos para gestores realizados em Manaus, Salvador, Cariri, Brasília, Vitória, São Luís, Cuiabá, Campo Grande, Belo Horizonte e Porto Alegre.

1.1.3 Ciclos de Palestras para o Judiciário

As políticas de Propriedade Industrial devem, além de criar uma capacitação nacional no processo de manejo dos instrumentos de proteção à Propriedade Intelectual, objetivando as invenções brasileiras, criar capacidade de propor a revisão de acordos e normas que regem a relação entre países no tocante à PI, em geral, e à indústria, em particular, visando aos interesses do Brasil. Essa capacitação na temática da Propriedade Intelectual e Industrial envolve o Poder Judiciário que, em última instância, dirime demandas entre agentes econômicos que se encontram além da esfera administrativa representada pelo INPI.

A complexidade que caracteriza a sociedade moderna exigiu a criação de uma ampla gama de leis, tratados e decretos, de modo a regular as mais diversas situações jurídicas, sendo extremamente difícil conhecer e dominar as normas que regem o setor. Em função disso, a especialização do conhecimento e a aplicação do Direito são medidas vantajosas para o usuário dos serviços jurídicos, que passa a dispor de profissionais melhor capacitados e com inteiro domínio sobre os temas específicos submetidos a análise ou julgamento. Apesar de o art. 241 da Lei nº9.279, de 1996, ter autorizado o Poder Judiciário a criar varas especializadas para esclarecer questões relativas à Propriedade Intelectual, apenas a Justiça Federal – Seção Judiciária do Rio de Janeiro assim procedeu, indicando a necessidade de promover ciclos de seminários a esse respeito para o Setor Judiciário.

Nesse sentido, o INPI realizou dois ciclos de palestras sobre Propriedade Industrial para o Setor Judiciário nas seguintes capitais: São Paulo (Escola de Magistratura da Justiça Federal da 3.^a Região), em que foram capacitadas 131 pessoas, entre juizes e estudantes de Direito, e Rio de Janeiro (Tribunal Regional Federal da 2.^a Região), com palestras para 28 juizes.

1.1.4 Palestras, Fóruns, Congressos, Seminários e Estandes

Objetivando a disseminação da cultura da Propriedade Intelectual, o INPI participou, por intermédio de palestras e/ou de estandes, em diversos seminários, fóruns e encontros tecnológicos.

O volume de convites ao INPI, registrados na Tabela 26, indica o interesse pela Instituição e pelos seus serviços. Além disso, demonstra que os eventos constituíram oportunidades significativas de interação com usuários e formuladores de políticas de PI.

Tabela 26 – Eventos com Participação de Técnicos do INPI, Divididos por Região

Regiões	Total de Estados	Total de Cidades		Eventos
		Capitais	Outras	
Sudeste	4	4	11	67
Nordeste	5	5	2	19
Centro-Oeste	3	3	–	13
Sul	3	2	4	10
Norte	3	3	–	3
Total	18	17	17	112

Fonte: DART.

Vale ressaltar que as iniciativas de seminários e cursos promovidos pelo INPI, indicados na Tabela 24, privilegiaram, em grande proporção, as Regiões Nordeste e Centro-Oeste, apontando o alinhamento do Instituto com as propostas de descentralização regional por parte do Governo.

1.2 Integração do INPI a Ações de Fomento à Inovação

É importante destacar que o INPI vem otimizando esforços para aproveitar a presença de agentes inovadores para divulgação do tema da PI e promovendo uma maior inserção nas iniciativas para estruturar o Sistema Nacional de Inovação. Dessa forma, o Instituto estabeleceu, entre outras, parceria com a FINEP, participando das etapas de realização do Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica 2005 e dos Fóruns de Fundo de Investimento INOVAR. Além disso, o INPI integra as Comissões Julgadoras do Prêmio em suas etapas regionais e nacional. Em 2005, junto com aquela Financiadora, instituiu uma nova categoria, a do "inventor-inovador", para a qual concorreram representantes de cada região do País.

Em parceria com a FINEP, o INPI implementou um programa de treinamento e capacitação de um grupo de servidores da Financiadora, a fim de que noções de PI sirvam para etapas de avaliação de financiamentos de tecnologia. Criou-se, ainda, um grupo de trabalho na FINEP para formulação de um plano estratégico de uso dos mecanismos de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia. Discute-se, também, a possibilidade de utilização de intangíveis como garantia de financiamento.

1.3 Educação em Propriedade Intelectual

A atividade de ensino em Propriedade Intelectual é bastante deficiente. No Brasil, são poucas as universidades que oferecem PI como disciplina, a maioria em faculdades de Direito. Há necessidade de incentivar a estruturação de disciplinas envolvendo noções sobre PI em diversas áreas como Direito, Economia, Administração, Desenho Industrial, Engenharia, Biociências, Artes e Música e em diferentes níveis (Graduação e Pós-Graduação, em *Lato* e *Stricto Sensu*). Com isso, o INPI tem mantido contato com várias universidades visando a fomentar o ensino de PI.

No âmbito de um convênio firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em dezembro de 2004, foi estruturado e iniciado um *Master of Business Administration* – MBA em Inovação e Propriedade Intelectual (de abril de 2005 a setembro de 2006). Além disso, estão sendo articuladas iniciativas similares ao MBA, com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, entidade responsável pela aprovação de cursos de Mestrado e Doutorado no País, conforme um Acordo de Cooperação com o INPI, deverá estabelecer mecanismos para estimular a criação de programas em PI.

O INPI apresentou à CAPES, em parceria com outras instituições de ensino e pesquisa, uma proposta de Mestrado Profissional, que está sendo avaliada pelo comitê multidisciplinar daquela Coordenação, cuja resposta deverá ser conhecida, possivelmente, em fevereiro de 2006.

Outra iniciativa que visa a estimular a criação de disciplinas em PI foi realizada no âmbito do DESAFIO SEBRAE. O “Desafio” consiste em um jogo de empreendedorismo em que um grupo de alunos universitários simula a gestão de uma pequena empresa. O INPI se integrou ao jogo com a implementação das seguintes ações: inclusão de conteúdo de PI no jogo virtual, participação na etapa presencial com situações que exploraram o uso de PI e realização de um curso de PI para 40 professores universitários, provenientes das cinco regiões do país como mostra a Tabela 27.

Tabela 27 – Professores Universitários Participantes do Desafio SEBRAE, Distribuídos por Região

Regiões	Estados	Professores Participantes	Universidades
Sul	3	4	4
Sudeste	3	7	5
Norte	3	8	5
Centro-Oeste	3	9	7
Nordeste	4	12	8
Total	16	40	29

Fonte: DART.

1.4 Estudos em PI

O INPI tem estabelecido parcerias em estudos que promovam um maior entendimento da matéria PI. O Acordo de Cooperação com a UFRJ, além do MBA, consistiu em uma iniciativa para o desenvolvimento de produção acadêmica em torno de oito Grupos de Estudos que, ao final de um ano e meio de trabalho, deverão apresentar 80 artigos científicos.

O Instituto vai firmar, também, um Convênio com o Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, com vista a verificar impactos econômicos do uso do sistema de PI pelos setores produtivo e de pesquisa. Com isso, espera-se subsidiar o posicionamento brasileiro nos debates que envolvam, por exemplo, adesão de tratados e reflexões que estabeleçam novos modelos de proteção de bens intangíveis.

Estudos com uso da documentação em patentes estão sendo negociados com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, primeiramente para as áreas de transgênicos, células-tronco e plantas medicinais.

A partir de contatos mantidos com a OMPI, foi realizado estudo sobre o acesso de pequenas e médias empresas ao Sistema de Propriedade Intelectual no Brasil, com o objetivo de referenciar ações do Instituto nesse segmento. Realizado por pesquisadores da UNICAMP, o estudo terá seu relatório final apresentado no primeiro semestre de 2006.

1.5 Uso da Informação Científica e Tecnológica Voltada para a Propriedade Industrial

Em contrapartida ao monopólio concedido por meio de patentes, o criador revela o conteúdo do seu invento, a fim de que tal informação sirva como um instrumento importante de desenvolvimento tecnológico. Assim também ocorre com o cientista que publica suas descobertas, tornando a informação parte do estado da técnica. O INPI tem concentrado esforços na implementação de programas que facilitem, por um lado, o uso da informação científica e patentária pelos examinadores de patentes na busca do estado da técnica, e, por outro lado, o monitoramento tecnológico, a prospecção e a oferta de tecnologia. O incremento de tal uso é fundamental para incorporar o sistema de PI nas medidas de gestão tecnológica tanto no nível das empresas quanto na formulação de políticas públicas.

As estratégias necessárias para a disseminação da informação tecnológica são as seguintes: estruturação de programas induzidos para uso da informação tecnológica; atendimento de pedidos de busca; organização e gestão dos documentos de patentes; e estruturação de biblioteca especializada em PI.

O INPI é, desde junho, a primeira Instituição fora da Europa a ter acesso ao banco de patentes do Escritório Europeu de Patentes – EPO, utilizando o Sistema de Buscas

EPOQUE (*European Patent Office Query*), que permite acessar e recuperar rapidamente qualquer informação relativa a qualquer campo da tecnologia já coberto pela publicação de documentos de patentes. O acesso ao EPOQUE significa um importante ganho em termos de qualidade nos exames dos pedidos de patentes. Trata-se, portanto, de uma ação de importância estratégica para que o Brasil se constitua em uma autoridade internacional de busca.

Em convênio assinado entre o INPI e a CAPES, todos os servidores do Instituto passaram a ter acesso ao Portal Periódicos da CAPES, que permite a busca eletrônica, sem limitação de tempo e horário, de um amplo e atualizado acervo de textos completos e resumos de periódicos. O acesso à documentação não-patentária existente no estado da técnica representa um significativo avanço para melhorar a análise dos pedidos de patentes depositados no INPI.

1.5.1 Estruturação de Programas Induzidos para Uso da Informação Tecnológica

O Programa de Fornecimento Automático da Informação Tecnológica – PROFINT tem por objetivo pesquisar as patentes nacionais e estrangeiras disponíveis no Banco de Patentes do INPI, permitindo um melhor atendimento ao usuário. Em 2005, foram enviados 50.114 documentos de patentes para 72 empresas participantes do programa, que está sendo reestruturado para atendimento por meio eletrônico.

Foi firmado, ainda, um acordo com a Associação Brasileira de Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades – ABIFINA, a visando capacitar técnicos para o uso do banco de patentes e realizar estudos de alerta tecnológico em áreas estratégicas para empresas afiliadas àquela Associação.

1.5.2 Atendimento de Pedidos de Busca

O INPI administra um acervo extraordinário de informações sobre o desenvolvimento de tecnologias para as quais se requer patente e permite o acesso a diversas fontes de informação no exterior, ampliando a capacidade de pesquisa, com economia de recursos. O Banco de Patentes, além da documentação brasileira, contém mais de 20 milhões de referências de documentos originados dos principais países industrializados e de organizações internacionais. Além disso, o Instituto firmou convênio com o Escritório Europeu de Patentes para acesso direto ao Banco de Patentes Europeu, permitindo ao INPI realizar buscas em cerca de 100 milhões de documentos no total. A partir do nosso acervo e dos documentos do EPO, o Instituto realiza buscas para

fornecer informações a empresas, pesquisadores, inventores isolados e áreas de governo sobre fontes e tendências tecnológicas (Tabela 28), permitindo o monitoramento das atividades de pesquisa de empresas e instituições no país ou no exterior.

Tabela 28 – Buscas Realizadas e Atendimento a Usuários Externos

Atividades	2004	2005	Δ%
Buscas Isoladas	366	335	-8
Buscas <i>On-Line</i>	1	117	11.600
Buscas em <i>CD-ROM</i>	21	14	-33
Fornecimento de Cópias de Documentos	3.369	2.808	-17
Atendimento a Usuários Externos	1.262	1.168	-7
Reclassificações de Documentos de Patentes	572	765	34
Correio Eletrônico (<i>E-Mail</i>)	4.310	3.845	-11

Fonte: CEDIN.

1.5.3 Organização e Gestão dos Documentos de Patentes

O INPI atende a solicitações de cópias de documentos dos usuários internos e externos (tanto residentes e não-residentes). Em 2005, foram enviados 19.786 documentos para usuários externos, sendo 79% solicitados por residentes.

O Instituto, por meio da SEDOC, mantém o banco de patentes atualizado pela incorporação de novos documentos à base. Nesse ano, foram incorporados 161.935 novos documentos nos arquivos de busca, de microformas e *CD-ROM*.

Tabela 29 – Documentação Técnica de Patentes

Atividades	2004	2005	Δ%
Buscas Individuais	857	822	-4
Consultas de Documentação	49.974	45.612	-9
Fornecimento de Cópias de Documentos de Patentes ao Usuário Externo	21.286	19.786	-7
Fornecimento de Cópias de Documentos de Patentes ao Usuário Interno	3.546	3.142	-11
Documentos de Patentes Fornecidos a Administrações Estrangeiras por Intercâmbio	63.204	60.691	-4
Documentos de Patentes Incorporados ao Arquivo de Buscas	133.781	54.595	-59
Documentos Incorporados ao Arquivo de Microformas / <i>CD-ROM</i>	296.701	107.340	-64

Fonte: CEDIN.

1.5.4 Estruturação da Biblioteca Especializada em PI

A reestruturação e a organização da Biblioteca do INPI têm como objetivo central torná-la um centro de informação especializada em Propriedade Industrial, transferência de tecnologia e tecnologia em geral. Para isso, o acervo está sendo reorganizado, não só com o tratamento e a otimização dos processos de recuperação da informação, mas também com o atendimento às necessidades informacionais dos usuários internos e externos.

Em 2005, a Biblioteca forneceu aos seus usuários 6.734 cópias de material bibliográfico, incorporou 1.607 novos documentos ao seu acervo e recebeu 1.439 consultas.

Tabela 30 – Biblioteca de Documentação Tecnológica

Atividades	2004	2005	Δ%
Consultas	1.789	1.439	-20
Fornecimento de Cópia de Material Bibliográfico	7.574	6.734	-11
Documentos Incorporados ao Acervo	2.766	1.607	-42

Fonte: CEDIN.

1.5.5 Estabelecimento do Centro Depositário de Microorganismos

O INPI estabeleceu contatos com o Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO para a criação de um Centro Depositário de Microorganismos. Cabe ao CEDIN a coordenação desse projeto, que se encontra em fase de elaboração, com possibilidade de ser implementado em 2006.

1.5.6 Projeto de Recuperação do Acervo de Documentos de Patentes Brasileiras

O projeto tem, como objetivo principal, construir uma base completa das patentes brasileiras concedidas ao longo do tempo, estando dividido em três fases:

- desenvolvimento do projeto de recuperação do acervo de patentes históricas;
- desenvolvimento do projeto de recuperação do acervo de patentes brasileiras antigas; e
- desenvolvimento do projeto de recuperação do acervo de patentes brasileiras contemporâneas.

Encontra-se em fase de procedimento administrativo o processo de licitação da empresa que será encarregada de recuperar e digitalizar a documentação do INPI.

1.6 Apoio à Pequena e Média Empresa

O INPI, em parceria com o SEBRAE – RJ, a Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro e a FINEP, lançou o Programa FOCAR. A iniciativa visa a apoiar as micro e pequenas empresas na proteção de seus ativos intangíveis e na utilização estratégica da informação tecnológica, seja em relação a buscas seja para fim de monitoramento tecnológico. Para tanto, desenvolveu-se uma metodologia de atendimento, testada com seis firmas do Estado do Rio de Janeiro, que deverá ser aplicada no âmbito do Centro Integrado de Gestão da Tecnologia – CIGT, cuja Unidade Piloto está sendo implementada na Rede de Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro. A implantação de, no mínimo, cinco CIGTs, um em cada região do país, constitui a meta para a disseminação da metodologia.

Articulou-se, com a Confederação Nacional da Indústria – CNI, com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL e o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial – SENAI, uma ação estratégica de Apoio ao Desenvolvimento de Novos Produtos e Processos. Essa ação, com início previsto em 2006, tem, como base, o uso da informação tecnológica contida nos documentos de patentes e de desenho industrial, acessada por intermédio do INPI a partir de uma estrutura montada em 20 Centros Tecnológicos do SENAI e 20 do IEL.

Com o Ministério de Agricultura e Pecuária e Abastecimento – MAPA, estabeleceu-se outra parceria, com potencial de atendimento a micro e pequenas empresas. O objetivo do acordo é desenvolver atividades de capacitação em PI e incentivar o fortalecimento do uso de mecanismos de proteção por empresas de agronegócios e por associações de agricultores, com ênfase especial no Registro de Indicações Geográficas – RIGs.

O Acordo envolve a realização de Cursos de Capacitação em PI e o fomento à estruturação de quatro novas Indicações Geográficas no âmbito de quatro Arranjos Produtivos Locais - APLs, a saber: APL de Flores Tropicais (Ceará), APL de Frutas (Petrolina), APL de Cachaça (Parati) e APL de Cachaça (Salinas). A identificação de tais APLs foi feita pelo SEBRAE, que atuará como um terceiro parceiro nas ações, previstas para serem desenvolvidas a partir de 2006.

1.7 Ações de Articulação Internacional

As atividades típicas da cooperação internacional do INPI são:

- organização do intercâmbio de experiências com instituições estrangeiras, por intermédio tanto da ida de técnicos do INPI para o exterior quanto da recepção de delegações que visitam o Instituto;
- realização de eventos internacionais pelo próprio INPI ou organizados com entidades parceiras;
- acompanhamento das negociações de caráter internacional em que a Propriedade Intelectual encontra-se inserida.

1.7.1 Representações Nacionais

- **Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI**

O INPI faz parte do grupo criado em 2001, com sede em Brasília, que congrega representações de diversas instituições governamentais, com a atribuição de propor ações para conciliar as políticas interna e externa, visando ao comércio exterior de bens e serviços relativos à Propriedade Intelectual. Possuem especial relevância as negociações que abrangem a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, o Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL e o acordo entre a União Européia e o MERCOSUL, assim como as que se referem ao posicionamento brasileiro perante a Organização Mundial do Comércio e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

1.7.2 Eventos Organizados com a Participação do INPI

- **IX Jornadas Iberoamericanas de Propriedade Industrial e Intelectual – “Dez Anos de TRIPS”**

O INPI participou da jornada que teve como um dos principais desdobramentos a obtenção de vagas para servidores do Instituto em cursos promovidos pelo Escritório Espanhol de Patentes e Marcas – OEPM.

- ***CAP Intellectual Properties Rights 2005***

O evento organizado pelo programa AL-INVEST da Comissão Européia visa a impulsionar e fortalecer a cooperação econômica entre as empresas européias e latino-americanas, promovendo investimentos e o fluxo comercial entre as duas regiões. A DART estabeleceu conversações com os organizadores, auxiliando na identificação de palestrantes e buscando a indicação, nas áreas técnicas, de *experts* para apresentarem a atuação do INPI durante o evento.

- **I Reunião Regional de Autoridades de Propriedade Industrial e Intelectual dos Estados Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA**

A DART organizou a primeira reunião temática sobre Propriedade Intelectual da OTCA com representantes dos oito Estados Membros, seguindo o mandato estipulado na Declaração de Manaus, documento produzido durante a VIII Reunião Ministerial da OTCA. O principal produto desse encontro foi a chamada Declaração do Rio, em que foram traçadas grandes linhas de ação, desenvolvendo o entendimento dos problemas comuns dos países da Região Amazônica no que tange à Propriedade Intelectual, objetivando o alcance futuro de soluções harmônicas que abranjam os diferentes cenários então existentes.

- **Seminário *Contributions to the Development Agenda on Intellectual Property Rights***

O evento foi organizado pela Universidade das Nações Unidas (UNU-INTECH), com o apoio do INPI, e realizado em Maastricht, Holanda, com vista a discutir as propostas formuladas por um grupo de treze países sobre a inclusão de uma “Agenda para o Desenvolvimento” no âmbito da OMPI, focando questões de Propriedade Intelectual, inovação e desenvolvimento. Ao final do evento, foi produzido um resumo executivo com os pontos principais das discussões e recomendações para reflexões futuras. O Seminário de Maastricht veio contribuir para divulgação dos temas apontados pelo Brasil e pelos demais países participantes do Grupo de Amigos para o Desenvolvimento (Argentina, Bolívia, Cuba, República Dominicana, Equador, Egito, Irã, Quênia, Peru, Serra Leoa, África do Sul, Tanzânia e Venezuela), no sentido de se construir um sistema de Propriedade Intelectual devidamente “calibrado” para que sirva de estímulo efetivo ao desenvolvimento inovador dos países.

- **XXV Seminário sobre Propriedade Industrial para Países da América Latina**

O evento, tradicionalmente realizado com a OMPI, reuniu, no Brasil, representantes de 17 países da América Latina. Nessa ocasião, ao se apresentar o funcionamento do INPI, deu-se um enfoque especial a Patentes. Além disso, demonstrou-se a atuação de outros atores pertencentes ao Sistema Nacional de Inovação como o Conselho Nacional de Combate à Pirataria, a Agência de Inovação da UNICAMP – INOVA e a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

- **Curso “O Sucesso no Licenciamento Tecnológico (STL)” – Programa de Treinamento para o Desenvolvimento de Habilidades em Propriedade Intelectual, Licenciamento e Negociação**

O evento, originalmente concebido pela Divisão de Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias da OMPI, foi co-organizado, em duas edições (Rio de Janeiro e Salvador), com o apoio do INPI e a participação, em cada uma, de 50 gestores de tecnologia. O objetivo central foi o treinamento de gestores de divisões tecnológicas públicas ou privadas, nas mais modernas técnicas de negociação de tecnologia e inovação existentes, customizadas para o local. A partir dessa primeira experiência, a perspectiva é que uma atividade similar seja replicada, em 2006, em outras 15 cidades brasileiras.

- **Seminário de Comemoração dos 35 Anos do INPI: a Integração da Propriedade Industrial nas Políticas de Desenvolvimento Econômico e Social no Âmbito dos Países da América do Sul**

Nesse evento, foram discutidos temas centrais que vêm sendo debatidos nos diversos fóruns internacionais: a Agenda para o Desenvolvimento; Conhecimentos Tradicionais e Recursos Genéticos; uso da Informação Tecnológica; Fármacos e a Indústria de Genéricos; Negociações Internacionais; e possibilidades de Cooperação. Todos os presidentes de escritórios de Propriedade Intelectual da América do Sul foram convidados e estiveram presentes, excetuando os da Bolívia e da Colômbia. Na oportunidade, realizou-se uma reunião entre os presidentes dos Institutos do MERCOSUL, da qual foi extraída uma declaração que lista pontos a serem atacados no curto e médio prazos, geralmente em torno de ações de cooperação técnica, uso da informação tecnológica, realização de eventos conjuntos e atividades de disseminação da cultura da Propriedade Intelectual.

1.7.3 Acordos de Cooperação Técnica e Contratos Internacionais

- **Escritório Europeu de Patentes - EPO**

Ao longo do primeiro semestre de 2005, transcorreu o processo de análise e finalização do Contrato de Acesso ao Sistema EPOQUE. O sistema foi desenvolvido pelo Escritório Europeu de Patentes para subsidiar o exame de patentes com o melhor e mais amplo banco de dados existente, estimado em mais de 100 milhões de documentos. Finalmente, entre os dias 20 e 21 de junho, em Munique, Alemanha, com a presença do Presidente do INPI, Embaixador Roberto Jaguaribe, e do Presidente do EPO, Professor Alain Pompidou, foi assinado o contrato que

permitiu ao Brasil tornar-se o primeiro país não-membro do EPO a ter acesso ao Sistema.

Paralelamente, continuam as negociações com o EPO para renovar o Memorando de Entendimento, que abrangerá uma série de atividades como seminários conjuntos, treinamento de examinadores e trocas de experiências para a melhoria das ações administrativas.

- **Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI**

Encontra-se em andamento a negociação para estabelecer um novo Termo de Ajuste Complementar ao Acordo Básico firmado entre o governo brasileiro e a OMPI para atividades no âmbito da Propriedade Intelectual. A negociação vem sendo acompanhada e supervisionada pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC, unidade interna do Ministério das Relações Exteriores – MRE.

Além disso, a DART vem acompanhando o desenvolvimento do projeto de um novo sistema de pedidos de registro de marcas, capitaneado pela DIRMA. A tarefa foi delegada ao SERPRO, com a consultoria da OMPI no que tange à especificidade da gestão de um sistema de marcas.

- **Brasil – Argentina**

A troca de informações com o *Instituto Nacional de la Propiedad Industrial*, INPI da Argentina, resultou em uma visita oficial àquele país em dezembro de 2004, ocasião em que foram estabelecidas ações imediatas. Nesse sentido, durante o primeiro semestre de 2005, uma delegação da Diretoria de Marcas visitou o Instituto argentino, para conhecer as práticas que possibilitaram eliminar o atraso nos exames naquele país. Além disso, cinco temas foram identificados para serem tratados em seminários conjuntos: *Software*, *Fármacos*, *Diretrizes de Exame em Patentes*, *Procedimentos de Exame em Marcas* e *"Agenda para o Desenvolvimento"*.

- **Brasil – Colômbia**

Durante a realização da IV Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica e Científica entre Brasil e Colômbia, em novembro de 2004, o INPI iniciou entendimentos para organizarmos diversas atividades conjuntas não somente com a Superintendência de Indústria e Comércio, órgão responsável pela Propriedade Intelectual naquele país, como também com o *Instituto Colombiano para el Desarrollo de la Ciencia y la Tecnología "Francisco José de Caldas"* – COLCIENCIAS.

- **Brasil – Paraguai**

Em maio de 2005, o Instituto integrou a delegação brasileira perante o governo paraguaio. Nessa ocasião, foram apresentadas as diretrizes da nova administração do INPI, buscando-se oportunidades de cooperação técnica. Como principal desdobramento, a Diretora-Geral de Propriedade Intelectual do Ministério da Indústria e do Comércio manifestou a intenção de o Paraguai criar o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual e em constituir um novo acordo entre o INPI e a sua área, vinculando-o à nova instituição.

- **Brasil – Peru**

A iniciativa de aproximação vem sendo negociada desde o primeiro semestre de 2005, tendo como base o fato de serem os dois países co-patrocinadores do documento "Agenda para o Desenvolvimento", lançado durante a Assembléia Geral do OMPI de 2004. Em outubro, o *Instituto de Defensa de la Competência y de la Protección de la Propiedad Intelectual* – INDECOPI apresentou ao INPI uma proposta de ações conjuntas, em áreas específicas, tais como Indicações Geográficas, Conhecimentos Tradicionais, Transferência de Tecnologia e Agenda para o Desenvolvimento, tendo como pauta a redação de um Plano de Trabalho que seria vinculado a um Memorando de Entendimento de caráter mais genérico. A assinatura ocorreu durante o Seminário comemorativo dos 35 anos do INPI, realizado em dezembro.

- **Brasil – Alemanha**

Na atual gestão, iniciaram-se conversações com o escritório alemão *Deutsches Patent-und-Markenamt* – DPMA, por meio da representação diplomática daquele país, cuja primeira etapa, ainda em 2004, consistiu no envio de um documento oficial listando as possíveis áreas de cooperação de nosso interesse. Como segunda etapa, o INPI recebeu dois representantes do DPMA, que elaboraram um estudo técnico sobre o INPI, vislumbrando possíveis oportunidades de cooperação entre as duas instituições. Já numa terceira etapa, representados pelo Presidente do INPI, Embaixador Roberto Jaguaribe, e pela Diretora de Articulação e Informação Tecnológica, Dra. Maria Beatriz Amorim Páscoa, em junho, foi efetuada uma visita à sede do DPMA, em Munique, Alemanha, visando à assinatura de um Memorando de Entendimento, concretizado em dezembro, com a presença dos presidentes das duas instituições, na sede do INPI.

- **Brasil – Reino Unido**

A Embaixada Britânica manifestou interesse em estabelecer um acordo de cooperação técnica com o INPI, baseado no chamado Fundo de Oportunidades Globais, cujo objetivo consiste em financiar projetos centrados em temas estratégicos, como combate ao terrorismo, mudança climática e energia, governança econômica, interação com o mundo islâmico, reunificação da Europa e desenvolvimento sustentável. Estando a Propriedade Intelectual inserida como um projeto de desenvolvimento da governança econômica, em novembro de 2005, foi enviada ao INPI, a possível ação focada em Uso da Informação Tecnológica e Atividades de Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual, para ser efetivada durante o ano de 2006. Uma vez que a Embaixada demonstrou interesse em iniciá-la ainda em 2005, viabilizou-se a vinda do Sr. Lawrence Smith-Higgins, do Escritório Britânico de Patentes e Marcas – UKPO, para palestra versando não só sobre o papel de sua instituição após o surgimento do EPO, mas também sobre as atividades de disseminação da cultura da Propriedade Intelectual no Reino Unido. Além disso, uma delegação do INPI, composta por técnicos de marcas e patentes, foi enviada à sede do UKPO, em Newport, País de Gales, por uma semana, de 5 a 9 de dezembro, visando ao aperfeiçoamento e à troca de experiências.

- **Brasil – França**

O Consulado Francês, com sede no Rio de Janeiro, por meio de sua Missão Econômica, manifestou intenção de celebrar um novo acordo de cooperação técnica entre o Instituto e o *Institut National de la Propriété Industrielle* - INPI, da França. Como contrapartida, demonstramos o interesse na troca de experiências não somente com a Instituição, mas também com o *Institut National des Appellations d'Origine* - INAO, órgão responsável pelas indicações geográficas francesas. Vêm sendo empreendidos contatos, constituindo como principal possibilidade uma visita técnica de delegação do INPI aos Institutos franceses.

- **Brasil – Portugal**

Em outubro de 2005, foi enviada ao INPI, pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial de Portugal, proposta de criação do chamado “Portal da Lusofonia”. O projeto consistiria na criação de um banco virtual de demandas e ofertas de cooperação técnica no âmbito da Propriedade Intelectual, tendo como especial

interesse agregar esforços no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Após reunião com as áreas técnicas envolvidas, foi elaborada e enviada uma resposta no final de novembro, que aponta para a realização, em curto prazo, de uma primeira reunião de trabalho entre representantes das duas Instituições.

- **Brasil – Estados Unidos**

O *US Patent and Trademark Office* – USPTO recebeu uma missão da Diretoria de Marcas e do SERPRO, cujo objetivo foi conhecer o sistema informatizado de gerenciamento de pedidos de marcas. A primeira proposta concreta seria o apoio à modernização do parque informático do Instituto, por intermédio de um convênio tripartite, que envolveria a participação, como intermediário, do Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI, instituição não-governamental, criada com o objetivo de promover estudos e debates sobre temas prioritários da política externa brasileira e das relações internacionais em geral. O INPI contrapropôs ao CEBRI, em reunião posterior, que o convênio abrangesse outras atividades, principalmente as de disseminação da cultura da Propriedade Intelectual no meio acadêmico.

2 PERSPECTIVAS PARA 2006

Já estão previstos no calendário de 2006 sete cursos básicos, em pelo menos seis Estados ainda não contemplados com cursos promovidos pelo INPI, doze cursos intermediários e quatro cursos avançados em Propriedade Industrial.

O INPI participará mais uma vez das etapas de realização do Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica e dos Fóruns de Fundo de Investimento INOVAR. Além disso, o INPI integrará as Comissões Julgadoras do Prêmio em suas etapas regionais e nacional.

Como resultado das articulações em 2005, espera-se que iniciativas similares ao MBA da UFRJ sejam criadas no âmbito das Instituições Científicas. A PUC-RS, por exemplo, já enviou proposta de curso MBA em Propriedade Industrial a ser implementado em 2006. Outras Instituições importantes, como a Fundação Getúlio Vargas – FGV-RJ, a UFMG e a UNICAMP, estão estudando a possibilidade de cursos de MBA ou Mestrado dentro do tema. Está sendo articulada, ainda, uma associação entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, a UFRJ e o INPI para a realização conjunta de Mestrado Acadêmico em Propriedade Intelectual.

Com o IPEA, estão previstos novos estudos, como o impacto econômico do atraso no processamento dos pedidos de patentes.

A metodologia do Projeto FOCAR será expandida através da associação com Instituições Parceiras, como o IEL–MG e o IEL–BA. A meta é levar a metodologia desenvolvida no piloto que ocorreu no Rio de Janeiro para todas as regiões do país.

Em parceria com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, o INPI promoverá, por convênio a ser assinado, o treinamento de profissionais em Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia, para atuarem nos Núcleos de Inovação Tecnológica – NITs de Instituições de Ciência e Tecnologia – ICTs do Estado do Rio de Janeiro. Como o INPI possui competência específica em mecanismos de proteção em Propriedade Industrial, apresenta-se como um agente natural da instrução e disseminação da matéria. A ação conjunta dessas duas Instituições fomentará a capacitação na área de PI por meio do treinamento de bolsistas. Tal treinamento de até três meses ocorrerá no próprio Instituto e servirá como uma experiência piloto para estruturação de uma metodologia que deverá, no futuro, ser aplicada em ICTs de outras regiões do país.

Articula-se, ainda, um convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-NACIONAL e o Instituto Euvaldo Lodi – IEL-NACIONAL para desenvolver Núcleos de Atendimento nos Centros de Tecnologia dos SENAIs, para atendimento de auxílio na busca e no uso da informação, desenvolvimento de protótipos e de estratégias para a inovação tecnológica e de gestão do intangível.

As Divisões Regionais – DIREGs e as Representações do INPI – REINPIs se inserem nas ações desenvolvidas pela DART relacionadas no presente Relatório.

Além disso, as DIREGs e as REINPIs operam como unidades receptoras de solicitações de proteção e de recursos impetrados pelos usuários do Instituto nas diversas modalidades a ele atribuídas (patentes, marcas, desenhos industriais, programas de computador e contratos de transferência de tecnologia).

Amovimentação das DIREGs e das REINPIs está demonstrada nas Tabelas de 31 a 36.

Tabela 31 – Depósitos de Marcas
Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados

Unidades Descentralizadas	Depósitos		Arrecadação		Depósitos		Arrecadação		ΔΔ		
	2004		2005		2005/2004		2005/2004		2005/2004		
Divisões Regionais	Total	61.830	13.498.106	63.805	13.975.522						
Brasília		1.351	221.411	1.141	187.390			-16			-15
Ceará		1.341	275.298	1.586	322.036			18			17
Minas Gerais		4.770	930.268	4.468	856.800			-6			-8
Paraná		4.627	890.558	5.027	970.134			9			9
Rio Grande do Sul		5.973	1.323.688	5.674	1.268.900			-5			-4
São Paulo		43.768	9.856.855	45.909	10.372.462			5			6
Representações	Total	687	136.619	662	128.405			-4			-6
Acre		23	4.030	28	4.550			22			13
Amapá		7	1.040	5	910			-29			-13
Amazonas		126	23.731	128	24.180			2			2
Pará		339	75.058	336	69.290			-1			-8
Rondônia		89	13.001	61	9.360			-31			-28
Roraima		18	3.770	20	3.475			11			8
Tocantins		85	15.990	84	16.640			-1			4
Nordeste	Total	2.830	539.825	3.017	586.495			7			5
Alagoas		131	24.667	112	20.800			-15			-16
Bahia		996	186.454	1.054	196.040			6			5
Maranhão		66	12.287	74	14.430			12			17
Paraíba		151	28.990	129	21.710			-15			-25
Pernambuco		903	179.909	1.102	206.925			22			15
Piauí		75	15.370	72	14.920			-4			-3
Rio Grande do Norte		426	75.378	358	68.400			-16			-9
Sergipe		82	16.770	116	23.270			41			39
Centro-Oeste	Total	1.989	354.527	2.095	369.830			5			4
Goiás		1.263	215.194	1.331	227.820			5			6
Mato Grosso		340	65.194	357	69.160			5			6
Mato Grosso do Sul		386	74.140	407	72.850			5			-2
Sudeste e Sul	Total	3.107	596.221	3.689	709.250			19			19
Espírito Santo		702	128.187	728	133.480			4			4
Santa Catarina		2.405	468.035	2.961	575.770			23			23
PA Bahia*	Total	33	4.680	120	18.070			-			-
PA Minas Gerais	Total	821	157.114	826	165.230			1			5
Juiz de Fora		89	14.430	144	24.700			62			71
Patrocínio		732	142.684	682	140.530			-7			-2
PA Santa Catarina	Total	752	136.536	218	40.010			-71			-71
Chapecô		187	30.976	-	-			-100			-100
Joinville		279	56.160	53	10.270			-81			-82
Rio do Sul		147	26.000	61	11.050			-69			-58
Xanxerê		139	23.400	104	18.690			-25			-20
PA Brasília	Total	29	6.307	23	3.380			-21			-48
Rio Verde		19	4.617	9	1.430			-53			-69
Santarém		10	1.690	14	1.950			40			15
Sede	Total	24.509	-	26.509	4.198.567			8			-
PA Sede	Total	198	28.730	182	28.998			-8			1
Cabo Frio		45	6.890	41	7.410			-9			8
Campos		43	5.590	34	5.070			-21			-9
Nova Friburgo		23	3.250	53	8.060			130			148
Petrópolis		54	8.320	53	8.320			-2			-
Volta Redonda		33	4.680	1	130			-97			-97
PA Fechados	Total	-	-	-	-			-			-
Total Geral		96.785	15.458.665	101.146	20.203.749			4,5			31

Fonte: Mapas Estatísticos das Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados.
 * Aberto em outubro de 2004.

Tabela 32 – Depósitos de Patentes
Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados

UNIDADES	Depósitos		Arrecadação		Depósitos		Arrecadação		ΔΔ	
	2004		2005		2005/2004		2005/2004			
Divisões Regionais	Total	9.869	1.308.228	6.734	698.629		-32		-47	
Brasília		194	36.887	146	10.554		-25		-71	
Ceará		110	10.659	80	5.195		-27		-51	
Minas Gerais		781	84.492	511	46.152		-35		-45	
Paraná		817	96.923	634	63.684		-22		-34	
Rio Grande do Sul		1.423	228.989	710	78.198		-50		-86	
São Paulo		6.544	850.279	4.653	494.846		-29		-42	
Representações										
Norte	Total	65	4.810	43	2.950		-34		-39	
Acre		1	55	1	55		-		-	
Amapá		3	335	1	55		-67		-84	
Amazonas		22	1.730	5	435		-77		-75	
Pará		26	1.770	24	1.490		-8		-16	
Rorônia		8	620	8	695		-		12	
Roraima		3	185	4	220		33		33	
Tocantins		2	135	-	-		-		-	
Nordeste	Total	290	23.640	243	14.685		-16		-38	
Alagoas		12	660	7	385		-42		-42	
Bahia		85	8.120	77	4.565		-9		-44	
Maranhão		13	975	8	595		-38		-39	
Paraíba		32	1.845	20	1.185		-38		-36	
Pernambuco		78	6.600	74	4.570		-5		-31	
Piauí		5	375	5	275		-		-27	
Rio Grande do Norte		41	2.770	38	2.255		-7		-19	
Sergipe		24	2.295	14	855		-42		-63	
Centro-Oeste	Total	162	17.020	144	10.691		-11		-37	
Goiás		105	12.287	94	7.566		-10		-38	
Mato Grosso		29	2.935	22	1.380		-24		-53	
Mato Grosso do Sul		28	1.799	28	1.745		-		-3	
Sudeste e Sul	Total	533	52.527	481	37.104		-10		-29	
Espírito Santo		104	12.525	90	9.643		-13		-23	
Santa Catarina		429	40.002	372	26.331		-13		-34	
PA Bahia	Total	2	110	19	1.130		850		927	
PA Minas Gerais	Total	42	3.740	42	3.115		-		-17	
Julz de Fora		19	1.280	18	1.075		-5		-16	
Patrocínio		23	2.460	24	2.040		4		-17	
PA Santa Catarina	Total	113	11.528	21	1.485		-81		-87	
Chapacô		22	1.517	-	-		-100		-100	
Joinville		68	8.026	9	665		-86		-92	
Rio do Sul		8	795	4	295		-50		-63	
Xanxerê		17	1.190	8	525		-53		-56	
PA Brasília	Total	1	140	2	110		100		-21	
Rio Verde		-	-	1	55		-		-	
Santarém		1	140	1	55		-		-61	
Sede	Total	10.985	-	13.459	1.767.075		23		-40	
PA Sede	Total	19	2.320	18	1.384		-5		-8	
Cabo Frio		6	330	4	305		-33		66	
Campos		3	165	5	274		67		-	
Nova Friburgo		5	275	7	275		40		-	
Petropolis		4	275	1	475		-75		73	
Volta Redonda		1	1.275	1	55		-		-96	
PA Fechosados	Total	-	-	-	-		-		-	
Total Geral		22.081	1.424.064	21.187	2.557.226		-4		80	

Fonte: Mapas Estatísticos da Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados.

**Tabela 33 – Entradas de Pedidos de Averbação e Franquia – DIRTEC*
Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados**

UNIDADES		Depósitos	Arrecadação	Depósitos	Arrecadação	ΔΔ Depósitos	ΔΔ Arrecadação
		2004		2005		2005/2004	2005/2004
Divisões Regionais	Total	496	637.680	448	658.995	-10	3
Brasília		14	7.700	4	3.855	-71	-50
Ceará		4	3.110	3	3.100	-25	-0,3
Minas Gerais		127	143.890	116	142.020	-9	-1
Paraná		21	24.720	24	33.910	14	37
Rio Grande do Sul		19	29.260	17	23.235	-11	-21
São Paulo		311	429.000	284	452.875	-9	6
Representações							
Norte	Total	2	3.080	3	3.970	50	29
Acre		-	-	-	-	-	-
Amapá		-	-	-	-	-	-
Amazonas		-	-	-	-	-	-
Pará		2	3.080	3	3.970	50	29
Rondônia		-	-	-	-	-	-
Roraima		-	-	-	-	-	-
Tocantins		-	-	-	-	-	-
Nordeste	Total	14	16.815	9	7.780	-36	-54
Alagoas		-	-	-	-	-	-
Bahia		14	16.815	5	4.860	-64	-72
Maranhão		-	-	-	-	-	-
Paraíba		-	-	-	-	-	-
Pernambuco		-	-	2	1.560	-	-
Piauí		-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte		-	-	-	-	-	-
Sergipe		-	-	2	1.560	-	-
Centro-Oeste	Total	-	-	-	-	-	-
Goiás		-	-	-	-	-	-
Mato Grosso		-	-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul		-	-	-	-	-	-
Sudeste e Sul	Total	1	1.540	11	11.620	1000	655
Espírito Santo		-	-	2	1.550	-	-
Santa Catarina		1	1.540	9	10.070	800	554
PA Bahia	Total	-	-	-	-	-	-
PAs Minas Gerais	Total	-	-	-	-	-	-
Juiz de Fora		-	-	-	-	-	-
Patrocínio		-	-	-	-	-	-
PAs Santa Catarina	Total	1	1.540	1	770	-	-
Chapecó		-	-	-	-	-	-
Joinville		1	1.540	-	-	-100	-100
Rio do Sul		-	-	1	770	-	-
Xanxerê		-	-	-	-	-	-
PAs Brasília	Total	-	-	-	-	-	-
Rio Verde		-	-	-	-	-	-
Santarém		-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	Total	-	-	755	609.397	-	-
PAs Sede	Total	841	-	-	-	-	-
Cabo Frio		-	-	-	-	-	-
Campos		-	-	-	-	-	-
Nova Friburgo		-	-	-	-	-	-
Petrópolis		-	-	-	-	-	-
Volta Redonda		-	-	-	-	-	-
PAs Fechados	Total	-	-	-	-	-	-
Total Geral		1.355	660.655	1.227	1.292.532	10	-49

* Contratos, Faturas e Franquias.

Fonte: Mapas Estatísticos da Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados.

**Tabela 34 – Depósitos de Programas de Computador
Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados**

UNIDADES	Depósitos	Arrecadação	Depósitos	Arrecadação	Δ	Δ
	2004	2004	2005	2005	2005/2004	2005/2004
Divisões Regionais Total	525	251.925	424	292.755	-19	16
Brasília	45	21.985	33	18.750	-27	-15
Ceará	10	5.200	8	2.910	-20	-44
Minas Gerais	47	16.895	71	36.135	51	114
Paraná	40	20.670	44	19.290	10	-7
Rio Grande do Sul	60	25.545	27	93.315	-55	265
São Paulo	323	161.630	241	122.355	-25	-24
Representações						
Norte Total	1	195	2	1.365	100	600
Acre	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-
Amezonas	-	-	-	-	-	-
Pará	-	-	2	1.365	-	-
Rondônia	-	-	-	-	-	-
Roraima	1	195	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
Nordeste Total	40	13.020	28	9.890	-30	-24
Alagoas	3	585	-	-	-	-
Bahia	23	8.340	12	5.015	-48	-40
Maranhão	-	-	3	975	-	-
Paraíba	1	195	4	780	300	300
Pernambuco	8	2.145	7	2.535	-13	18
Piauí	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	3	1.365	2	585	-33	-67
Sergipe	2	390	-	-	-100	-100
Centro-Oeste Total	11	3.900	11	4.095	-	5
Goiás	7	2.925	7	2.730	-	-7
Mato Grosso	3	585	3	1.170	-	100
Mato Grosso do Sul	1	390	1	195	-	-50
Sudeste e Sul Total	39	12.480	48	18.310	23	47
Espirito Santo	9	2.145	4	1.270	-56	-41
Santa Catarina	30	10.335	44	17.040	47	65
PA Bahia Total	-	-	-	-	-	-
PAs Minas Gerais Total	5	3.315	-	-	-	-
Juiz de Fora	1	195	-	-	-	-
Patrocínio	4	3.120	-	-	-	-
PAs Santa Catarina Total	5	1.170	1	195	-	-
Chapecó	-	-	-	-	-	-
Joinville	3	585	1	195	-67	-67
Rio do Sul	1	390	-	-	-	-
Xanxerê	1	195	-	-	-	-
PAs Brasília Total	-	-	-	-	-	-
Rio Verde	-	-	-	-	-	-
Santarém	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro Total	-	-	1	-	-	-
PAs Sede Total	-	-	-	-	-	-
Cabo Frio	-	-	-	-	-	-
Campos	-	-	-	-	-	-
Nova Friburgo	-	-	-	-	-	-
Petrópolis	-	-	-	-	-	-
Volta Redonda	-	-	-	-	-	-
PAs Fechados Total	-	-	-	-	-	-
Total Geral	626	286.005	515	326.610	-18	14

Fonte: Mapas Estatísticos da Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados.

Tabela 35 – Depósitos de Desenho Industrial
Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados

Unidades Descentralizadas		Depósitos	Arrecadação
2005			
Divisões Regionais	Total	3.172	665.253
Brasília		17	2.510
Ceará		56	11.710
Minas Gerais		291	46.385
Paraná		223	41.885
Rio Grande do Sul		500	120.455
São Paulo		2.085	442.508
Representações			
Norte	Total	27	4.130
Acre		-	-
Amapá		-	-
Amazonas		21	3.225
Pará		6	905
Rondônia		-	-
Roraima		-	-
Tocantins		-	-
Nordeste	Total	25	4.525
Alagoas		-	-
Bahia		12	2.000
Maranhão		2	260
Paraíba		-	-
Pernambuco		9	1.745
Piauí		-	-
Rio Grande do Norte		1	390
Sergipe		1	130
Centro-Oeste	Total	11	1.930
Goiás		7	1.205
Mato Grosso		4	725
Mato Grosso do Sul		-	-
Sudeste e Sul	Total	205	40.800
Espírito Santo		70	19.965
Santa Catarina		135	20.835
PA Bahia*	Total	-	-
PAs Minas Gerais	Total	4	910
Juiz de Fora		-	-
Patrocínio		4	910
PAs Santa Catarina	Total	3	390
Chapecó		-	-
Joinville		-	-
Rio do Sul		3	390
Xanxerê		-	-
PAs Brasília	Total	-	-
Rio Verde		-	-
Santarém		-	-
Sede	Total	1.695	490.115
PAs Sede	Total	-	-
Cabo Frio		-	-
Campos		-	-
Nova Friburgo		-	-
Petrópolis		-	-
Volta Redonda		-	-
PAs Fechados	Total	-	-
Total Geral		5.142	1.208.053

Fonte: Mapas Estatísticos das Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados.

* Aberto em outubro de 2004.

Tabela 36 – Arrecadação da Sede, das Divisões Regionais, das Representações e dos Postos Avançados - 2005

LOCALIDADES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2005	
TOTAL ARRECAÇÃO	7 470.120	7 324.415	8 672.710	8 292.512	8 775.900	10 371.229	8 280.344	10 401.236	9 750.310	9 740.844	9 787.693	9 812.963	110 599.899	
SEDE/PA	4.377.708	4.161.921	5.840.146	5.062.582	5.062.261	5.094.771	5.187.902	5.742.098	5.392.710	5.673.523	5.510.139	5.392.910	63.477.248	
REGIO DO Sudeste	4.377.708	4.161.921	5.840.146	5.062.582	5.062.261	5.094.771	5.187.902	5.742.098	5.392.710	5.673.523	5.510.139	5.392.910	63.477.248	
Postos Avançados	2.995	1.728	5.165	2.655	5.295	4.355	4.545	4.777	5.038	2.245	2.822	2.730	44.239	
Cabo Frio	1.265	260	1.300	1.450	1.550	1.300	820	130	1.965	285	1.075	975	6.075	
Camargos	350	1.330	1.330	882	390	960	882	1.060	1.060	700	980	1.540	5.400	
Itaboraí	445	500	1.095	260	520	600	835	1.900	1.060	1.205	680	3.315	8.315	
Itaperiçu	2.015	650	2.120	770	3.735	715	2.840	1.950	2.835	1.205	670	695	18.715	
Vale dos Reis	-	185	-	-	3.735	-	-	-	-	-	-	-	185	
REGIO Sudeste	2.867.787	2.942.927	3.449.105	2.836.184	3.487.969	4.058.611	3.771.271	4.302.160	4.001.885	3.723.904	3.831.834	4.093.656	43.487.272	
BRASÍLIA + Pais	21.410	22.930	38.952	42.873	38.713	53.885	30.270	49.378	43.333	29.460	35.448	41.484	449.741	
DIV. REG. BRASILIA	21.410	22.930	38.952	42.873	38.713	53.885	30.270	49.378	43.333	29.460	35.448	41.484	449.741	
Postos Avançados	390	915	265	520	705	260	280	310	260	130	705	650	930	
Rio Verde - Goiás	130	915	-	520	705	130	280	310	260	130	705	650	2.010	
Symlatim - Goiás	260	-	265	-	705	130	130	310	130	-	650	660	3.390	
REGIO NORDESTE	41.659	38.369	63.775	50.433	85.184	75.028	52.072	69.437	60.863	26.346	48.898	55.370	628.471	
MINAS GERAIS + Pais	167.695	177.404	219.879	240.094	240.251	290.729	279.337	271.096	293.831	258.788	259.838	263.867	2.989.837	
DIV. REGIONAL MG	168.105	178.392	219.879	240.514	241.916	290.729	279.337	271.096	293.831	258.788	259.838	263.867	2.989.837	
Postos Avançados	24.520	35.182	22.400	50.520	39.335	28.887	33.055	33.542	35.080	41.335	38.765	40.190	404.891	
Juiz de Fora	3.285	2.470	1.285	4.910	2.645	2.870	2.815	2.566	2.665	2.966	2.005	35.970	35.970	
Patos de Minas	21.285	32.632	21.115	45.610	55.680	23.017	20.240	28.357	29.580	36.380	34.200	38.185	388.111	
Paracatu	-	-	-	-	-	197.897	-	337.093	259.285	222.197	203.468	280.244	2.401.529	
DIV. REGIONAL PR	163.712	153.774	205.365	167.182	181.889	197.897	183.544	337.093	259.285	222.197	203.468	280.244	2.401.529	
DIV. REGIONAL RS	263.940	267.776	306.225	304.289	338.174	383.148	416.239	383.611	361.373	307.178	391.543	390.741	4.006.201	
DIV. REGIONAL SP	2.186.440	2.286.664	2.611.953	2.030.683	2.602.996	3.082.829	2.806.809	3.321.131	2.980.100	2.892.837	3.058.611	3.085.640	32.951.703	
REPRESENTAÇÕES	224.630	219.566	283.379	305.746	275.670	317.856	301.372	358.360	385.715	343.416	345.720	345.918	3.705.379	
Aracaju	18.080	8.280	15.680	17.265	20.340	26.720	16.930	18.925	20.465	10.170	23.760	20.060	224.630	
REGIO NORTE	1.300	1.300	50	-	650	1.220	520	540	360	745	440	6.265	6.265	
Assolândia	265	-	-	-	520	-	520	-	-	-	130	-	1.045	
Amazonas	2.335	2.210	3.280	4.990	1.800	6.005	3.635	5.760	5.470	2.260	7.476	3.925	51.775	
Pará	13.950	3.905	9.785	13.045	13.045	13.950	10.215	8.375	10.840	15.720	11.140	10.580	126.025	
Roraima	540	1.300	1.300	1.410	1.800	1.800	1.295	1.140	1.610	1.610	1.610	2.880	14.585	
Roraima	260	260	260	625	625	625	445	130	520	166	185	185	1.415	
Tocantins	1.300	1.125	2.350	2.200	445	3.045	520	2.060	1.655	2.800	2.650	1.265	21.215	
REGIO NORDESTE	74.717	83.753	91.967	94.985	87.033	95.237	99.008	122.287	134.034	96.934	103.817	107.590	1.190.331	
Alagoas	3.450	3.450	3.450	3.450	3.450	3.450	3.450	3.450	3.450	3.450	3.450	3.450	41.740	
Alagoas	28.123	37.910	5.095	3.210	4.095	2.745	2.015	3.970	3.970	2.315	1.955	1.740	80.248	
BA Bahia	2.370	1.650	2.335	4.870	32.323	40.670	44.116	42.125	69.010	43.167	36.557	21.850	480.348	
Maranhão	2.280	1.165	1.240	2.420	1.295	5.800	3.260	2.870	3.970	1.685	1.350	1.950	21.145	
Paraná	2.595	3.876	2.418	5.115	2.035	5.765	7.370	4.995	4.245	3.280	7.990	2.740	26.165	
PERNAMBUCO	32.189	33.013	23.312	23.710	34.880	28.677	29.940	47.337	32.408	37.940	29.940	27.275	389.650	
Flora	1.300	8.130	11.980	12.830	12.830	94.880	8.805	7.362	2.505	3.775	1.480	1.355	389.650	
Rio Grande do Norte	3.950	2.445	4.270	1.870	1.485	1.830	2.800	15.260	13.721	9.878	7.362	16.638	100.379	
Sergipe	19.580	17.097	17.915	16.465	19.970	22.597	22.710	30.034	28.369	36.369	36.495	1.950	298.728	
REGIO SUDESTE	72.847	67.811	101.033	123.330	86.497	109.236	107.723	132.632	133.674	132.109	106.236	126.908	1.230.918	
Espírito Santo	72.847	67.811	101.033	123.330	86.497	109.236	107.723	132.632	133.674	132.109	106.236	126.908	1.230.918	
SANTA CATARINA	62.400	56.970	78.635	19.630	-	109.335	-	-	138.674	-	-	-	63.119	
Postos Avançados	10.448	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.119
Chepacó	1.060	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.245
Jornelle	4.689	2.672	9.015	6.440	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.012
Poc do Sul	3.786	7.170	9.750	4.155	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.061
REGIO CENTRO-OESTE	39.407	43.679	67.983	63.701	61.800	64.056	60.401	53.433	69.165	69.015	75.422	68.104	697.613	
Mato Grosso	44.421	43.679	31.823	28.695	32.510	36.440	38.076	33.723	37.420	37.420	41.927	38.850	417.788	
Goiás	11.650	16.554	13.554	12.540	12.656	14.675	9.210	7.555	8.040	14.420	19.795	14.420	136.415	
Mato Grosso do Sul	3.915	6.615	10.025	11.350	16.780	12.941	13.115	12.155	11.520	9.786	14.340	10.860	136.415	
Fonte: Mapas Estatísticos														



Ouvidoria-OUVID

1 INTRODUÇÃO

O Relatório do primeiro ano da Ouvidoria do INPI se destina a demonstrar o desempenho da Unidade e da Instituição como um todo, com relação às expectativas do cidadão, durante o período de outubro de 2004 a outubro de 2005.

Esperamos possibilitar um planejamento institucional mais direcionado e decisões com base nos dados apresentados, que possam contribuir para a consecução do princípio constitucional de eficiência nos serviços públicos.

Destacamos as questões relativas a reclamações e denúncias, pela importância dos assuntos, e as mensagens de agradecimentos e elogios. Esclarecemos que as denúncias são recebidas somente pela Ouvidoria, encaminhadas, após análise, aos setores competentes e acompanhadas até a consecução das soluções.

Apresentamos, também, dados gerenciais sobre o INPI, de uma forma geral, e de suas áreas técnicas e administrativas.

Entendemos que a missão da Ouvidoria é representar, no Instituto, os interesses do cidadão, foco permanente de nossa análise, com indicadores relativos ao bom atendimento.

2 BREVE HISTÓRICO

A Ouvidoria do INPI foi criada em outubro de 2004, por intermédio das "Orientações para implantação de unidade de Ouvidoria", determinada pela Ouvidoria-Geral da União – CGU/PR, e espelhou-se na estrutura de órgãos congêneres que foram consultados e visitados.

Com uma equipe de apenas três profissionais, a Ouvidoria passou a funcionar formalmente em novembro de 2004, quando disponibilizou no sítio do INPI as suas informações – endereço eletrônico, telefone e fax para atendimento ao usuário externo e interno.

A partir daí, tornou-se mais um canal de acesso ao público do INPI. Para nossa surpresa, o número de elogios recebidos foi expressivo e, por sugestão da Vice-Presidência, todas essas manifestações são encaminhadas à Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH, para constarem da pasta dos servidores.

Somente em agosto de 2005, foi implantado o sistema informatizado de Ouvidoria "Fale Conosco", desenvolvido pelo SERPRO. O Sistema pretende atender tanto ao trabalho único de uma Ouvidoria como também possibilitar o contato direto do usuário com a Instituição. Cabe, então, à Ouvidoria, a consolidação dos atendimentos, coordenando-os, para que o resultado apresentado ao usuário seja o melhor e mais ágil possível.

3 SITUAÇÃO ANTERIOR À IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DESENVOLVIDO PELO SERPRO

O nome Ouvidoria foi compreendido, em larga escala, pelo público externo e pelos funcionários, como sendo mais um canal de acesso às informações do INPI.

Aos poucos, o corpo funcional do INPI e o público passaram a entender que a Ouvidoria deve ser a última instância de recurso que o usuário, interno ou externo, procura, com a intenção de denunciar, reclamar ou elogiar.

O Quadro a seguir apresenta os atendimentos da Ouvidoria antes da implantação do sistema automatizado.

Quadro 1 – Atendimentos da Ouvidoria – 2004/2005

Ano	Telefone	Pessoal	Fax	Carta
2004	4.400	03	02	04
2005	1.980	15	05	36

Cabe esclarecer que o número de 4.400 telefonemas recebidos corresponde às ligações anteriores à implantação do Sistema "Fale Conosco" e da Central de Atendimentos de Marcas. Após o surgimento desses dois canais de acesso, o número de ligações caiu, por dia, de aproximadamente 20 para 9.

Não dispondo de um sistema informatizado, estabeleceu-se um método de acompanhamento das solicitações com o objetivo de mensurar o atendimento e garantir a satisfação do público. Assim, as mensagens recebidas foram encaminhadas aos setores competentes e acompanhadas até que fosse fornecida a resposta ao usuário.

Como efeito, a Ouvidoria dispõe de dados de atendimentos arquivados em papel, demonstrados nos gráficos do Anexo I. Cabe esclarecer que as pendências registradas representam, quase totalmente, a não-notificação da solução à Ouvidoria, e não a falta de resposta ao usuário.

Paralelamente às atividades de atendimento ao público, deu-se início a contatos com instituições governamentais e não-governamentais, visando à implantação de programas de responsabilidade social no INPI. Foram dois os programas cogitados na oportunidade:

um programa de "inclusão digital", espelhado no modelo já implantado no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e

um programa de reciclagem de papel (reaproveitamento).

Nessa época, entretanto, teve início o processo de implantação do sistema de atendimento informatizado, desenvolvido pelo SERPRO, e o treinamento da equipe da Ouvidoria (hoje são três servidores e dois terceirizados) e dos especialistas indicados pelos diretores, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Número de Especialistas por Diretoria

Diretoria	N.º Servidores	N.º Terceirizados
DART	3	1
DIRMA	1	-
DIRTEC	4	-
DAS	-	2
COCAPI	1	-
Comissão de Conduta Profissional	1	-
DIRPA	1	2

Nesse ponto, cabe observar que a DIRMA conta com apenas um especialista, apesar de sua demanda ser exageradamente superior às das demais áreas da Instituição, conforme demonstrado no Anexo I.

A importância e a complexidade do sistema fizeram com que canalizássemos toda nossa atenção para essa atividade. A partir de novembro de 2005, com o sistema em operação, a área de Responsabilidade Social passou a ser objeto de estudos, com propostas para implantação em 2006.

4 SITUAÇÃO POSTERIOR À IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE OUVIDORIA (“FALE CONOSCO”)

A implantação do Sistema de Ouvidoria, a partir de agosto de 2005, está sendo mais complexa do que se esperava, principalmente por sermos o primeiro cliente do SERPRO a utilizá-lo. As dificuldades fizeram com que os funcionários da Ouvidoria e os especialistas tivessem um treinamento muito específico e minucioso.

Cabe ressaltar que o INPI e a Ouvidoria não foram consultados pelo SERPRO para opinar ou sugerir um modelo de sistema. Ocorre, então, que as adequações à especificidade do Instituto estão, a todo momento, necessitando ser alteradas e ajustadas.

Enfrentamos muitos problemas desde então, não só do ponto de vista operacional como pessoal. Alguns especialistas, por exemplo, consideram que a formalidade inibiu o acesso do usuário e têm reclamado sistematicamente dos critérios de sigilo adotados pelo sistema. Em outubro de 2005, a Ouvidoria entendeu ser adequada a quebra de sigilo aos especialistas, entretanto as mensagens de denúncia permaneceram sendo acionadas somente pela Ouvidoria.

Por diversas vezes, a Ouvidoria promoveu reuniões com cada um dos especialistas a respeito do “Sistema Informatizado” e da premente necessidade de adaptação.

Do ponto de vista operacional, o SERPRO tem identificado problemas sérios que vêm sendo corrigidos, lentamente. Fez-se necessário criar uma segunda versão do Sistema que deverá entrar no ar em 2006.

A Ouvidoria reuniu-se com o SERPRO formalmente em cinco oportunidades, registradas em atas. Além disso, foi necessário entrar em contato inúmeras vezes, por telefone e correio eletrônico, para resolver os problemas, principalmente os mais preocupantes, como a lentidão e a dificuldade em utilizar o indicador de satisfação do usuário, o que foi, felizmente, corrigido em 4 de outubro.

Negociou-se, então, com o SERPRO mais uma série de treinamentos para os especialistas e gestores. Com isso, as dificuldades, insatisfações e resistências diminuíram.

Em um primeiro contato com as Diretorias e os especialistas, determinou-se que o prazo para atendimento de um acesso seria de 10 dias, hoje modificado para 7 dias, pois os especialistas estão atuando com mais agilidade.

A implantação do Sistema permite, em grande monta, que caminhemos para a padronização e confiabilidade de nossas estatísticas, porém só iremos dispor da contribuição do usuário no que diz respeito à satisfação com o atendimento recebido, a partir do mês de outubro de 2005.

Dentre as funcionalidades, dispomos da geração de relatórios e gráficos. Então, a exemplo do que efetuamos antes da implantação do Sistema, apresentamos uma descrição, por assunto, do acesso do usuário (Anexo II), que, juntamente com outros indicadores, passaremos a apresentar sistematicamente, permitindo um acompanhamento regular.

5 OUVINDO O CIDADÃO

Alguns assuntos foram objeto de nosso atendimento no decorrer deste primeiro ano, merecendo particular atenção.

5.1 Cobrança Indevida

Recebemos, constantemente, grande número de ligações telefônicas de empresas e pessoas físicas, que são cobradas por pessoas que agem em nome do INPI, solicitando pagamentos de taxas indevidas. Nesse caso, a Ouvidoria encaminha o usuário para a Comissão de Conduta Profissional para que seja feito o atendimento.

Sugerimos que o INPI, além de finalizar os procedimentos de julgamento de conduta profissional, deve disponibilizar, no sítio, informações que servirão de alerta aos usuários sobre as contínuas ações de má-fé praticadas por agentes e pretensos profissionais da área de Propriedade Industrial.

5.2 Reclamação do Atendimento da Recepção (Sede)

O número de reclamações quanto ao atendimento realizado pessoalmente e pelo telefone são consideráveis. Recebemos denúncias de pessoas que não querem

identificar-se nem registrar a reclamação formalmente, pois dependem desse atendimento.

Segundo a chefia da Seção de Protocolo e Expedição, os telefones estão quebrados, não podendo prestar um bom atendimento por esse meio. Sugerimos colocar em prática o projeto apresentado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Presidência do INPI, no primeiro semestre de 2005, e melhorar as condições de trabalho da recepção como um todo.

5.3 Divisões Regionais e Representações

Recebemos reclamações, normalmente por telefone, sobre falta de padronização das Divisões Regionais e Representações, porém o maior número ocorre por parte dos próprios servidores, que se sentem excluídos pela dificuldade de acesso às informações gerais do INPI. Avaliamos que esses servidores não possuem o sentimento de pertencerem ao quadro funcional do Instituto. Além disso, os funcionários solicitam melhores condições de trabalho em termos de material, higiene e segurança.

Em função disso, a Ouvidoria agendou reunião com o novo Coordenador das Divisões Regionais e Representações para informar sobre as dificuldades.

5.4 Restituição de Taxa

Esta é uma enorme insatisfação dos usuários do INPI. Reclamam e sentem-se lesados por não receberem restituições que lhes são devidas.

Como se trata de problema antigo nesta Instituição, que promove um impacto negativo à sua imagem, sugerimos que sejam definidas regras claras para pagamentos e devoluções.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema de Ouvidoria ou "Fale Conosco", como denominamos, apresentou um número considerável de problemas, ainda em fase de adequação com o SERPRO.

Consideramos que foi bastante prejudicial a falta de consulta e de participação da Unidade no desenvolvimento do sistema informatizado para a Ouvidoria. Assim, no que se refere a um sistema para todo o INPI, sugerimos a participação ativa das áreas envolvidas.

Verificamos que a demanda de Marcas é exageradamente maior que a de outras áreas. Preocupa-nos, demasiadamente, o fato de haver apenas um especialista nessa Diretoria, dificultando, assim, o atendimento ágil ao usuário.

Como a informação constitui um importante instrumento de trabalho para a Ouvidoria, constantemente acontece ficarmos a par de procedimentos adotados pelo INPI somente pelo usuário. Sugerimos, portanto, que todas as Diretorias comuniquem suas realizações e seus atos para que possamos melhorar nosso atendimento.



**Serviço de
Comunicação
Social-SERCOM**

O INPI sofre de um grave problema que afeta seu desempenho e sua expansão: o desconhecimento do cidadão comum, de parte do empresariado e dos jornalistas sobre o que seja Propriedade Intelectual e Industrial, os seus problemas e os benefícios que podem gerar para a economia nacional.

Tal desconhecimento tem se tornado mais sensível nos últimos anos quando a comunidade internacional despertou para o problema. As notícias monitoradas pelo Serviço de Comunicação Social – SERCOM evidenciam esse panorama. As iniciativas nesse sentido têm sido coordenadas pelo setor privado sempre de seu particular ponto de vista, sem a preocupação sobre o real serviço que cabe ao Instituto prestar à sociedade. Ao INPI cumpre corrigir essas distorções.

A atual administração trabalha no sentido de transformar o Instituto em um organismo de referência internacional tanto na prestação de seus serviços quanto na função de instrumento de divulgação da cultura da Propriedade Industrial. A partir de uma nova formatação, objetiva participar mais amplamente na sociedade e abrir novas frentes de comunicação.

Nesse sentido, o SERCOM procura desenvolver um projeto capaz de aprimorar efetivamente seu relacionamento com a sociedade e com os funcionários do INPI.

Enquanto trabalha no desenvolvimento de um projeto amplo e integrado de divulgação e informação sobre a Propriedade Intelectual, o SERCOM criou um veículo ágil e eficiente para transmitir notícias e informações de interesse de seu público interno. O primeiro Boletim do INPI – BINPI Expresso foi divulgado em maio de 2005 pelo endereço eletrônico dos funcionários e nos quadros de aviso de todos os andares.

A visibilidade externa do Instituto se mostra relevante no processo de desenvolvimento econômico do país. Este é o momento em que o INPI pode criar as condições ideais para se mostrar à sociedade, assumindo uma posição mais atuante e propositiva. A divulgação externa em 2005, porém, foi realizada a partir do atendimento às demandas de veículos de comunicação de grande circulação como a revista Veja e os jornais O Globo, Valor Econômico, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. O SERCOM manteve também contato regular com veículos como a Rádio CBN e com a mídia de públicos específicos, como a TV Justiça, a Revista Renovação (UNICAMP) e a Revista ComCiência (SBPC).

Casos como o de marcas brasileiras registradas no exterior (rapadura e cupuaçu), a proteção de novas tecnologias e a morosidade nas concessões de marcas e patentes foram assuntos que mais despertaram o interesse dos jornalistas. Em outro eixo de atuação, o SERCOM apoiou a divulgação dos cursos de Capacitação em Propriedade Intelectual para Gestores de Tecnologia e dos seminários “Propriedade Intelectual como Instrumento Estratégico para o Desenvolvimento Industrial e Tecnológico”, coordenados pela Diretoria de Articulação, um serviço que deverá ser mais enfatizado no futuro, em função do seu potencial.



**Procuradoria Federal-
PROC**

A movimentação de ofícios e sentenças em juízo, produto do trabalho realizado pela Procuradoria Federal, no ano de 2005, esta demonstrada nas tabelas 37 a 42.

Tabela 37 – Entrada de Ações e Ofícios

Ações	Propriedade Industrial, Administrativa e Trabalhista	2004	2005	Δ %
Ações Ordinárias	Marca	74	138	86
	Patente	53	86	-
	Desenho	-	29	-
	Trabalhista	17	10	-
	Administrativa	6	3	-
Ação Civil Pública	Marca	-	-	-
	Patente	1	-	-
	Desenho	-	-	-
	Trabalhista	2	-	-
	Administrativa	1	-	-
Ações Cautelares	Marca	4	4	-
	Patente	3	-	-
	Desenho	-	-	-
	Trabalhista	-	-	-
	Administrativa	-	1	-
Reclamação Trabalhista	Trabalhista	6	1	-83
Mandado de Segurança	Marca	7	10	43
	Patente	6	4	-33
	Desenho	-	1	-
	Trabalhista	8	2	-
	Administrativa	8	2	-
Mandado de Penhora	Marca	5	-	-100
	Patente	-	-	-
	Trabalhista	4	-	-100
Ação Rescisória	Marca	-	-	-
	Patente	-	-	-
Ação Declaratória	Marca	3	11	267
	Patente	1	3	-
	Desenho	-	-	-
Intimação	Carta Rogatória	-	-	-
Ação de Execução	Patente	-	-	-
	Trabalhista	1	-	-
	Administrativa	6	-	-
Protesto	Marca	-	13	-
	Patente	-	1	-
	Desenho	-	-	-
	Trabalhista	-	-	-
	Administrativa	-	-	-
Sumaríssima	Patente	-	-	-
	Marca	-	-	-
	Patente	-	-	-
Notificação, Carta, Memorando, Requerimento e outros	Marca	4	2	-50
	Trabalhista	4	1	-75
	Administrativa	2	1	-50
	Marca	19	29	53
Carta Precatória	Patente	9	13	-
	Desenho	-	2	-
	Trabalhista	1	-	-
	Administrativa	1	-	-
Interpeção Judicial	Patente	-	-	-
	Administrativa	-	-	-
Total das Ações		255	369	45
Ofícios		284	346	22
Total Ações e Ofícios		539	715	33

Fonte: Livro de Abertura de Processo/PROC

Obs.: Em 2004 o número de ações relativas ao Desenho Industrial estava somado ao quantitativo de Patentes.

Tabela 38 – Resumo

Ações	2004	2005	Δ%
Administrativa	23	7	-70
Pessoal	73	14	-81
Propriedade Industrial	284	348	23
Outros	159	346	118
Total	539	715	33

Fonte: PROC

Tabela 39 – Sentenças

Sentenças	2004	2005	Δ %
Favorável ao INPI	425	401	-6
Contrária ao INPI	311	291	-6
Favorável em parte ao INPI	100	119	19
Total	836	811	-3

Fonte: PROC

Tabela 40 – Apresentação Anual de Estoque

Ações 2005	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Ações em Andamento (Mês Anterior)	5.504	5.546	5.563	5.611	5.651	5.694	5.731	5.763	5.799	5.875	5.920	5.942	-
Ações Novas (jan. - dez.) - Publicadas	42	19	48	40	44	38	33	36	77	51	22	26	476
Subtotal	5.546	5.565	5.611	5.651	5.695	5.732	5.764	5.799	5.876	5.926	5.942	5.968	-
Processos Arquivados	-	2	-	-	1	1	1	-	1	6	-	1	13
Total de Ações em Andamento e Saldo para o Próximo Mês		5.546	5.611	5.651	5.694	5.731	5.763	5.799	5.875	5.920	5.942	5.967	-

Observação

Ações em Andamento de Jan. - Dez. 2004	5.504
Ações Novas de Jan. - Dez. 2005	476
Subtotal	5.980
Ações Arquivadas	13
Total	5.967

Fonte: PROC - Publicações em Periódicos/2005

Tabela 41 – Apresentação em Juízo

Processos	2004	2005	Δ %
Ação Rescisória	1	-	-
Agravo de Instrumento	18	20	-
Agravo de Petição	1	1	-
Agravo Interno	3	4	-
Apelação	-	-	-
Contestação	136	237	74
Contra-Razões	-	3	-
Contra-Razões ao Agravo	2	-	-
Contra-Razões ao Agravado	5	16	-
Contra-Razões de Apelação	46	21	-54
Contra-Razões de Apelado	23	15	-
Contra-Razões de Embargo	2	2	-
Contra-Razões de Recorrido	10	12	-
Contra-Razões de Recurso	-	-	-
Contra-Razões de Recurso de Apelação	-	1	-
Contra-Razões de Recurso Especial	-	2	-
Embargos	-	-	-
Embargos à Execução	9	12	33
Embargos de Declaração	23	4	-83
Embargos Infringentes	1	2	-
Exceção de Incompetência	3	3	-
Impugnação do Valor da Causa	2	-	-
Mandado de Segurança	23	15	-35
Memorial	-	31	-
Petições/Outros	530	789	49
Razão de Agravo	-	-	-
Razões de Apelação	75	23	-69
Razões de Apelo	-	-	-
Razões de Recorrido	-	-	-
Razões de Recurso	24	-	-100
Razões Final	1	4	-
Reconsideração	1	1	-
Reconvenção	-	1	-
Recurso	-	1	-
Recurso de Apelação	-	4	-
Recurso Especial	2	7	250
Recurso Extraordinário	-	2	-
Total	941	1.233	31

Fonte: PROC

Tabela 42 – Apresentação de Processos por Estados

Estados	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Alagoas							1						1
Amazonas													-
Bahia	1		1		1				1			1	5
Ceará						3	1				2	1	7
Distrito Federal	1	1						1	1	1		2	7
Espirito Santo													-
Goiás				1						1			2
Mato Grosso										1	1		2
Mato Grosso do Sul											1		1
Minas Gerais	2		3	4	1	3	2	1	1	5	6	2	30
Pará													-
Paraíba													-
Paraná	4	1	3	3	1	3	2	1	1	1	2		22
Pernambuco		1	1	1		1	1			1			6
Rio de Janeiro	44	26	27	27	49	33	26	48	22	39	30	14	382
Rio Grande do Norte		1	1			1			1			1	5
Rio Grande do Sul	2	2	3	3	6	4		3	1	3	4	1	32
Santa Catarina	2		2	1	4		1	2			2	1	15
São Paulo	13	10	23	17	17	21	17	15	21	17	14	12	197
Sergipe							1						1
Total	66	42	64	57	79	69	52	71	49	69	62	35	715

Fonte: PROC



**Coordenação-Geral de
Planejamento e
Orçamento-CGPO**

1 ORÇAMENTO

1.1 Lei Orçamentária Anual e Créditos

O INPI encerrou o ano de 2005 com uma dotação total de R\$ 118.726.721,00. Além dos recursos de R\$ 117.508.460,00, consignados na Lei Orçamentária Anual nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o Instituto obteve:

- crédito de R\$ 1.200.000,00 (fonte 100), no Programa de Trabalho de “Previdência de Inativos e Pensionistas da União”, conforme Decreto nº 3993, de 31 de outubro de 2005;
- crédito de R\$ 33.317,00 (fonte 100), no Programa de Trabalho de “Previdência de Inativos e Pensionistas da União”, conforme Decreto s/nº, de 3 de novembro de 2005;
- crédito de R\$ 1.729,00 (fonte 100,) no Programa de Trabalho “Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais”; e
- crédito de R\$ 7.857,00 (fonte 100), na ação de “Gestão e Administração do Programa”, conforme Decreto s/nº, de 3 de novembro de 2005.

Ocorreu, ainda, o cancelamento de R\$ 24.642,00 (fonte 250) da dotação aprovada para “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)”, sendo R\$ 22.612,00 de despesas de pessoal e R\$ 2.030,00 de despesas de custeio, conforme Decreto s/nº, de 31 de outubro de 2005.

A Tabela 43 é um demonstrativo da Dotação LOA e Créditos, apresentando os créditos descritos e a alteração de fonte de recursos, na ação “Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual da fonte 100 para a fonte 650”, no valor de R\$ 1.656.000,00, conforme Portaria SOF nº 23, de 17 de junho de 2005.

Tabela 43 – Dotação LOA + Créditos

(R\$ 1,00)

Funç.	Programática	Programa/Ação	Est.	GN	RP	Mod.	U	Pls	Dotação	Aplcação de Fontes de Recursos	Créditos	Nova Dotação
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União									16.137.086			17.376.403
09 272	0069 0161 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões (1)	S	1-pes	1	90	0	100			1.233.317	1.233.317
			S	1-pes	1	90	0	250	13.137.086			13.137.086
			S	1-pes	1	90	0	280	3.000.000			3.000.000
0393 Propriedade Intelectual									91.384.179			91.383.763
ATIVIDADES												
22 801	0393 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	S	3-odc	2	90	0	250	1.736.070			1.736.070
22 365	0393 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	F	3-odc	2	90	0	250	109.470			109.470
22 331	0393 2011 0001	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	F	3-odc	1	90	0	250	1.384.614			1.384.614
22 306	0393 2012 0001	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	F	3-odc	1	90	0	250	1.350.338			1.350.338
22 684	0393 2028 0001	Concessão de Registro de Marca	F	3-odc	2	90	0	280	2.957.874			2.957.874
			F	3-odc	2	90	0	280	2.063.927			2.063.927
			F	3-odc	2	90	0	280	457.927			457.927
22 684	0393 2027 0001	Concessão de Patentes	F	3-odc	2	90	0	250	3.305.364			3.305.364
			F	3-odc	2	90	0	280	400.000			400.000
22 654	0393 2028 0001	Registro de Programa de Computador	F	4-inv	2	90	0	250	93.000			93.000
22 654	0393 2029 0001	Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia e Franquia	F	3-odc	2	90	0	250	665.508			665.508
			F	3-odc	2	90	0	280	255.508			255.508
			F	3-odc	2	90	0	280	400.000			400.000
22 122	0393 09H8 0001	Contribuição da União, de seus autarquias e Fundações para Custos de Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - PPS (2)	F	1-pes	1	90	0	100	6.052.684		1.729	6.054.393
			F	1-pes	1	90	0	250	6.052.684			6.052.684
22 122	0393 2272 0001	Gestão e Administração do Programa (3)	F	1-pes	1	90	0	100	64.080.703		7.857	64.088.560
			F	1-pes	1	90	0	250	24.911.276			24.911.276
			F	1-pes	1	90	0	280	6.000.000			6.000.000
			F	2-odc	2	90	0	250	30.969.427			30.969.427
			F	4-inv	2	90	0	250	2.200.000			2.200.000
22 684	0393 2722 0001	Concessão de Registro de Indicações Geográficas	F	3-odc	2	90	0	250	33.520			33.520
22 684	0393 2734 0001	Concessão de Registro de Desenho Industrial	F	3-odc	2	90	0	250	185.052			185.052
22 684	0393 2760 0001	Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual (4)	F	3-odc	2	90	0	250	2.725.938			2.725.938
			F	3-odc	2	99	0	100	1.069.938	(1.656.000)		1.069.938
			F	3-odc	2	90	0	650	1.656.000			1.656.000
22 128	0393 4672 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	F	3-odc	2	90	0	250	700.000			700.000
22 573	0393 6481 0001	Disseminação de Informações Tecnológicas	F	3-odc	2	90	0	250	2.754.560			2.754.560
			F	3-odc	2	90	0	280	2.254.560			2.254.560
			F	4-inv	2	90	0	250	400.000			400.000
			F	4-inv	2	90	0	250	100.000			100.000
PROJETOS												
22 122	0393 3578 0001	Reforma do Edifício-Sede do INPI	F	3-odc	2	90	0	250	4.330.460			4.330.460
22 126	0393 5078 0001	Implantação do Sistema EPOQUE de Busca no Banco de Dados do Escritório Europeu de Patentes	F	3-odc	2	80	0	250	4.961.600			4.961.600
			F	3-odc	2	90	0	250	4.481.600			4.481.600
			F	3-odc	2	90	0	250	1.440.000			1.440.000
			F	4-inv	2	90	0	250	-40.000			400.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS												
22 846	0393 0008 0001	Cooperação Técnica para Modernização dos Serviços Relativos à Propriedade Industrial	F	3-odc	2	90	0	250	10.000			10.000
			F	3-odc	2	90	0	250	10.000			10.000
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais									3.934.531			3.909.889
OPERAÇÕES ESPECIAIS												
28 846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) (devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas)	F	1-pes	2	90	0	100	3.934.531			3.909.889
			F	1-pes	2	90	0	250	3.929.174		(22.612)	3.906.562
			F	3-odc	2	90	0	100	-			-
			F	3-odc	1	90	0	250	5.357		(2.030)	3.327
0999 Reserva de Contingência												
OPERAÇÕES ESPECIAIS												
99 999	0999 0998 0101	Reserva de Contingência	F	9-res	0	90	0	250	-			-
			F	9-res	0	99	0	280	-			-
			F	9-res	2	90	0	250	-			-
		Pessoal							50.917.536		(13.026)	50.250.491
		Outras Despesas Correntes							58.139.200		(2.030)	58.136.230
		Investimento							2.340.000			2.340.000
		Reserva de Contingência							-			-
		Projeto							9.292.060			9.292.060
		Atividade/Op. Especial (sem pessoal e precatórios)							51.180.843			51.180.843
		Fiscal							93.582.640		1.729	93.567.584
		Seguridade							17.873.150			17.873.150
		Pessoal - Fonte 0100							38.048.392		1.242.903	39.050.091
		Pessoal - Fonte 0250							9.000.000			9.000.000
		Pessoal - Fonte 0290							3.928.174		(22.612)	3.906.562
		Pessoal - Fonte 0250 (Precatórios)							54.848.978			54.848.978
		Custeio - Fonte 0250							1.627.527			1.627.527
		Custeio - Fonte 0250							1.656.000	1.656.000		1.656.000
		Custeio - Fonte 0650							5.357		(2.030)	3.327
		Custeio - Fonte 0250 (Precatórios)							2.340.000			2.340.000
TOTAL									117.508.460		1.210.281	118.726.721

(1) A dotação aprovada em Lei foi suplementada em R\$ 1,2 milhão - Decreto nº 9993, de 31 de outubro de 2005 - R\$ 33.317,00 - Decreto s/nº, de 3 de novembro de 2005

(2) A dotação aprovada em Lei foi suplementada em R\$ 1.729,00 - Decreto s/nº, de 3 de novembro de 2005

(3) A dotação aprovada em Lei foi suplementada em R\$ 7.857,00 - Decreto s/nº, de 3 de novembro de 2005

(4) Modificada a fonte de recursos de 100 para 650 de R\$ 1.656.000,00 não alterando a dotação final, conforme Portaria SOF nº 23 de 17 de junho de 2005

Por outro lado, como especifica o Ofício nº 49/SPOA/MDIC, de 18 de julho de 2005, a solicitação de créditos suplementares não teve tramitação favorável na Secretaria de Orçamento Federal em relação às seguintes ações:

1) "Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual":

- Tipo de Crédito: 100 – Suplementação de Dotação até o limite de 12% do valor constante na LOA;
- Valor solicitado: R\$ 272.000,00;
- Valor acatado: 0;
- Justificativa: a execução até 6 de julho de 2005 próxima de zero e a Dotação da LOA 2005 apresentava mais do dobro do que foi executado em 2004.

2) "Despesas Administrativas e Capacitação de RH":

- Tipo de Crédito: 120 – Suplementação acima do limite autorizado na LOA, sendo R\$ 4.750.000,00 provenientes de incorporação de parte do superávit apurado no exercício de 2004 e R\$ 2.628.000,00 por meio de anulação de dotação orçamentária constante da LOA;
- Valor solicitado: R\$ 7.378.000,00;
- Valor acatado: 0;
- Justificativa: no caso das despesas administrativas, até 6 de julho de 2005, existiam cerca de R\$ 7 milhões de saldo para empenhar, e a Dotação LOA 2005 (R\$ 33,2 milhões) já representava mais que o executado em 2004 (R\$ 31 milhões); no âmbito da capacitação, ainda existia, em 6 de julho de 2005, saldo de empenho de R\$ 377 mil.

3) "Reforma do Edifício-Sede do INPI":

- Tipo de Crédito: 120 – Suplementação acima do limite autorizado na LOA por meio de incorporação de parte do superávit apurado no exercício de 2004;
- Valor solicitado R\$ 1.500.00,00;
- Valor acatado: 0;
- Justificativa: em 6 de julho de 2005, a Dotação de R\$ 4,3 milhões não apresentava nenhuma execução.

1.2 Receita

Em 2005, arrecadaram-se cerca de R\$ 125,89 milhões, o que representou uma receita 7,1% superior à estimada em lei, conforme o Demonstrativo da Receita por Fonte a seguir. Tal desempenho confirmou a expectativa quanto à arrecadação do INPI, tendo em vista o tradicional aumento de produção das áreas finalísticas do Instituto no segundo semestre.

As Tabelas 44 a 46 apresentam as receitas arrecadadas por fonte, por conta contábil e por comparação da receita dos últimos três anos, no período de janeiro a dezembro.

Tabela 44 – Demonstrativo da Receita por Fonte – 2005

FONTE	RECEITA												TOTAL	(B)	
	LEI 11.100/05	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.			Dez.
Recursos Não-Financeiros		7.505.641	7.328.163	9.578.625	8.285.288	8.780.679	10.374.829	9.263.227	10.404.480	9.757.295	9.743.503	9.782.037	9.787.008	110.618.805	105,1
Diretamente Arrecadados	105.224.633														
Recursos Financeiros		1.329.885	490.512	1.998.909	444.935	857.554	1.067.742	1.289.060	1.796.969	1.015.566	1.421.599	1.270.223	2.296.053	15.288.107	143,7
Diretamente Arrecadados	10.827.927														
0650 - Incorporação de superavit	1.656.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	117.508.460	8.835.527	7.818.684	11.566.533	8.740.233	9.638.233	11.442.571	10.552.288	12.201.449	10.802.861	11.165.102	11.062.260	12.063.061	125.887.814	107,1

Fonte: SIAFI.

(R\$ mil)

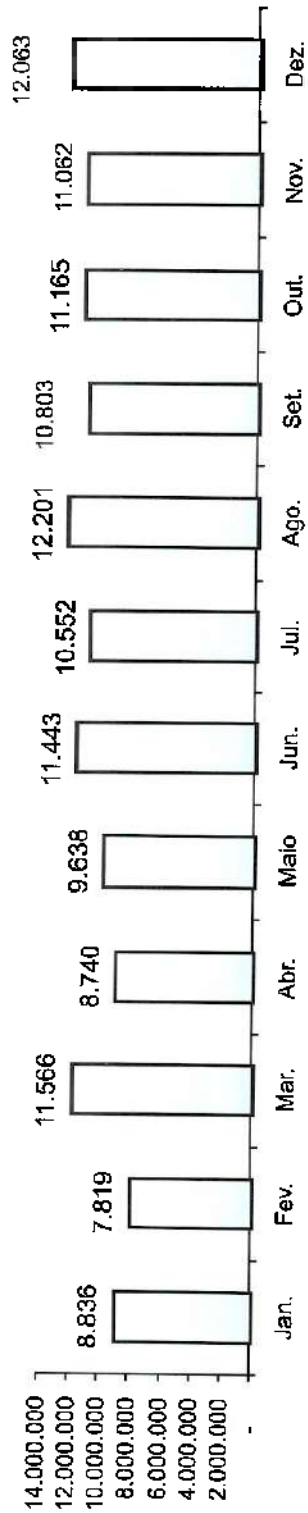


Tabela 45 – Comportamento da Receita por Conta Contábil 2005

Fonte	Conta Contábil	Especificação	Resultado												Total
			Jan/05	Fev/05	Mar/05	Abr/05	Mai/05	Jun/05	Jul/05	Ago/05	Sep/05	Out/05	Nov/05	Dez/05	
		RECEITAS CORRENTES	8.835.064	7.818.685	11.406.508	8.739.952	9.666.707	11.442.571	10.552.298	12.201.449	10.740.465	11.165.392	11.062.317	11.043.683	125.515.701
		Receita Patrimonial	1331.741	493.804	1.832.330	447.261	830.438	1.070.068	1.201.250	1.779.451	956.781	1.424.131	1.278.197	2.131.062	14.880.488
250	4.1.1.15.00.00	Taxa de Circulação de Imóveis	1.790	3.392	2.328	2.326	4.407	2.326	2.170	2.482	3.811	2.532	1.914	2.532	31.774
250	4.1.3.2.1.00.00	Juros de Título de Renda - Outros Rendimentos de Títulos	-	-	3.196.298	898.156	(4.095.444)	-	-	-	-	-	-	-	-
250	4.1.3.2.5.02.03	Proceda Remuneração de Aplac. Financ. Na CTLU	1.329.985	490.512	(1.369.276)	(464.222)	4.921.472	1.067.742	1.268.080	1.786.959	963.170	1.421.699	1.270.233	2.126.470	14.848.706
280	4.1.3.2.5.02.09	Remuneração de Outros Dep. Rec. Não Vinculadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Receita de Serviços	7.476.173	7.324.815	9.572.710	8.292.512	8.775.900	10.371.229	9.350.544	10.401.428	9.783.310	9.745.644	9.782.883	9.912.253	110.559.801
250	4.1.6.0.0.01.02	Serv. Da Com. Livros, Periód. Mês, Esc. E Publicidade	132.669	148.085	155.261	169.388	137.368	183.717	127.798	116.910	131.585	115.370	117.785	132.212	1.839.107
250	4.1.6.0.0.11.05	Serviço de Informações Tecnológicas	-	-	28.547	18.349	21.087	10.708	-	29.794	-	-	42.952	16.379	165.814
250	4.1.6.0.0.13.00	Serviço Administrativo	520	13	-	81	4	-	-	9	41	-	-	678	
250	4.1.6.0.0.23.01	Serviços de Perícias	3.785.041	3.641.467	4.838.509	4.165.193	4.201.348	4.931.685	4.332.270	4.480.091	4.240.791	4.546.930	4.366.923	4.435.984	51.910.730
250	4.1.6.0.0.23.02	Serviços de Registro de Marcas	3.419.672	3.244.933	4.242.697	3.924.840	4.154.722	5.006.330	4.650.982	5.647.027	5.226.509	4.654.283	5.004.273	5.023.730	54.384.653
250	4.1.6.0.0.23.03	Serviços de Transferência de Tecnologias	105.785	154.739	181.930	101.560	220.516	207.390	137.619	132.225	128.880	181.802	173.010	183.410	1.866.627
250	4.1.6.0.0.23.04	Serviços de Registro de Indicações Geográficas	-	-	-	285	1.040	50	455	-	-	145	-	-	1.875
250	4.1.6.0.0.25.05	Serviços de Registro de Programa de Computador	39.855	18.630	33.355	24.130	34.480	40.945	85.795	27.755	37.730	44.810	30.085	39.238	461.425
250	4.1.6.0.0.25.00	Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	10.605	8.782	(17.248)	(2.139)	-	13.754	(12.820)	13.204	14.456	(26.984)	-	-	-
250	4.1.6.0.0.99.00	Outras Receitas de Serviços	2.018	7.760	114.660	12.685	5.330	2.405	910	6.946	1.501	1.179	1.040	1.850	156.291
		Outras Receitas Correntes	33.901	376	1.460	179	372	1.274	914	762	3.373	417	2.488	308	48.301
250	4.1.9.1.9.27.00	Multas e Juras Previstas em Contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
250	4.1.9.2.1.05.00	Indeniz. por Danos Causados ao Pat. Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
250	4.1.9.2.2.01.00	Restituições de Contribuintes	-	-	-	-	-	168	-	(46)	(143)	147	(147)	-	
250	4.1.9.2.2.02.00	Restituições de Benefícios Não-Dissimuladas	5.629	175	(5.703)	-	-	-	-	(46)	-	-	-	-	
250	4.1.9.2.2.02.02	Recalcula de Ous de Sucumbência	28.273	-	201	-	-	983	514	568	5.210	808	250	45	
250	4.1.9.2.2.02.00	Outras Restituições	-	-	7.163	179	372	-	-	(1)	125	(248)	127	(127)	-
250	4.1.9.3.2.18.00	Receita da Dívida Ativa de Outras Contribuições	-	-	(204)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
250	4.1.9.0.02.01	Receita de Honorários de Advogados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
250	4.1.9.0.09.00	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	409	
		RECEITAS DE CAPITAL	(38)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	372.210	
		Amortização de Emprestimos	-	-	159.025	201	31.628	-	-	-	62.268	-	-	187.174	429.481
250	4.2.2.1.6.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	-	-	128	281	-	-	-	-	-	-	(409)	-	
280	4.2.3.0.0.60.01	Amortização de Bens	-	-	158.988	-	31.625	-	-	62.396	-	-	167.683	-	
		Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
250	4.2.5.3.1.00.00	Depósitos no Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
280	4.2.5.4.0.00.00	Remuneração das Disponibilidades Fed. Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Deduções de Receita	(38)	-	-	-	-	-	-	-	(290)	(37)	(167.804)	(47.806)	
250	4.3.0.0.00.00	Restituições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)	
280	4.3.0.0.00.00	Descontos comestíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)	
		TOTAL	8.835.064	7.818.685	11.565.503	8.740.235	9.638.292	11.442.271	10.552.298	12.201.448	10.862.841	11.166.105	11.062.299	11.043.683	125.897.911

Fonte: SIAFI

Como se pode observar na Tabela 46, a receita total de 2005 apresenta um acréscimo de 12,66% em relação à arrecadação de 2004, totalizando, até dezembro, cerca de R\$ 125,89 milhões. Cabe ressaltar que não houve aumento da tabela de retribuições do INPI em 2005.

Tabela 46 – Comparativo da Receita 2003 X 2004 X 2005

Especificação	2003	2004	2005	RS 1,00	
				Δ % 2003 / 2004	Δ % 2004 / 2005
RECEITAS CORRENTES	88.757.853	111.597.563	125.515.701	25,73%	12,47%
Receita Patrimonial	7.783.481	11.216.054	14.880.480	44,10%	32,67%
Receita de Serviços	80.898.062	100.220.455	110.589.901	23,88%	10,35%
Outras Receitas Correntes	76.310	161.054	45.321	111,05%	-71,86%
RECEITAS DE CAPITAL	491.161	142.335	420.401	-71,02%	195,36%
Amortização de Empréstimos	491.161	142.335	420.401	-71,02%	195,36%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	-	(761)	(48.190)	-	6232,52%
Restituições	-	-	(47.806)	-	-
Descontos Concedidos	-	(761)	(385)	-	-49,44%
TOTAL	89.249.014	111.739.137	125.887.911	25,20%	12,66%

Fonte: SIAFI.

Conforme o Gráfico 3, a receita de serviços representou 87,85% da composição da receita total do INPI. Da mesma maneira, a receita patrimonial representou 11,82% da receita total e apenas 0,33% das demais receitas.

Gráfico 3 – Composição da Receita – 2005



1.3 Despesa

De janeiro a dezembro de 2005, executaram-se 82,09% da LOA + Créditos, uma vez que a despesa atingiu R\$ 97,46 milhões de uma dotação total de R\$ 118,73 milhões.

Na Tabela "Comparativo das Despesas Realizadas por Grupo", observa-se que, ao final do segundo semestre de 2005, cerca de R\$ 57,83 milhões foram destinados a despesas de pessoal e encargos sociais, superando em 24,48% em relação a 2004. Executaram-se, em 2005, cerca de R\$ 38,33 milhões em "outras despesas correntes", o que correspondeu ao aumento de 3,04% em relação a 2004. Quanto aos investimentos, o INPI executou apenas R\$ 1,29 milhão de uma dotação de R\$ 2,34 milhões, o que correspondeu a uma queda de 69,20% em relação a 2004.

Tabela 47 – Comparativo das Despesas Realizadas por Grupo

		R\$ 1,00		
Grupo	Ano	Lei + Créditos	Realizado 2005	
Pessoal e Encargos Sociais	31	2004	46.901.344	46.463.414
		2005	58.250.491	57.836.378
		Δ %	24,20%	24,48%
Outras Despesas Correntes	33	2004	71.236.853	37.201.661
		2005	58.136.230	38.331.278
		Δ %	-18,39%	3,04%
Investimentos	44	2004	10.300.000	4.203.484
		2005	2.340.000	1.294.840
		Δ %	-77,28%	-69,20%
Reserva de Contingência	99	2004	10.776.137	-
		2005	-	-
		Δ %	-	-
Repasse*	-	2004	-	(806.498)
		2005	-	(10.534.928)
		Δ %	-	1206%
Total		2004	139.214.434	87.869.559
		2005	118.726.721	97.462.497
		Δ %	-14,72%	10,92%

Fonte: SIAFI.

* Composição do Repasse – 2005		R\$ 1,00
Precatório de Custeio		5.357
Precatório de Pessoal		3.929.174
Anulação de Crédito		(2.030)
Anulação de Crédito		(22.612)
CAPEX		1.008.720
GEAPE		19.075
Liberção Financeira de Pessoal Inativo		(443.336)
PSS		6.040.560
Total do Repasse		10.534.928

Nos Anexos III e IV, consta o Comportamento da Execução Orçamentária da Despesa da Sede do INPI e das Divisões Regionais, mensalmente por ação, plano interno, fonte e grupo de natureza de despesa.

2 PLANEJAMENTO

A Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, e o Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004, estabeleceram a necessidade de os Órgãos do Poder Executivo, responsáveis por programas do governo, elaborarem um Plano Gerencial, que consiste em um instrumento para orientar a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão de cada programa do PPA, auxiliando os processos de tomada de decisão. No Plano, deve-se especificar o que será realizado no período de um ano (produtos), detalhando "fases" ou "eventos" com a devida previsão de recursos e processos necessários para o alcance dos resultados esperados.

Para dar cumprimento ao que foi estabelecido, a Divisão de Planejamento organizou a Oficina de Elaboração do Plano Gerencial do Programa Propriedade Intelectual, no período de 28 a 30 de abril, em Teresópolis. Essa Oficina contou com a participação do Presidente, Sr. Roberto Jaguaribe, do Vice-Presidente, Sr. Jorge Ávila, de todos os Diretores e Coordenadores-Gerais do INPI e do Coordenador do Projeto Modelo de Gestão da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento e Orçamento, Sr. Erick Ribeiro.

O representante do Ministério do Planejamento deu suporte à oficina e sugestões para a elaboração do documento definitivo, resultante dos trabalhos dos Coordenadores de Ação, os Diretores do INPI.

A rápida elaboração do Plano Gerencial, com o objetivo de estabelecer um programa de metas para nortear os passos do INPI em 2005, teve, como fator de sucesso, a realização em um hotel. Essa modalidade de Oficina, desenvolvida fora do Instituto, permitiu aos participantes dedicação exclusiva ao projeto, imersão no tema, estímulo à criatividade, indispensável ao Planejamento Estratégico, maior entrosamento entre os participantes, gerando troca de informações entre as áreas, e, sobretudo, maior comprometimento com as decisões. Encontros como esse deverão ser repetidos trimestralmente, já que o Plano Gerencial precisa ser monitorado.

A formalização do Plano Gerencial constituiu uma excelente oportunidade de discussão dos rumos e desafios que o INPI tem de enfrentar, tanto no que diz respeito

a melhores resultados de produtividade quanto a uma maior projeção da matéria Propriedade Intelectual nos meios empresariais, científico, tecnológico e no âmbito de políticas públicas.

O Plano, por ser um instrumento gerencial, deve ser acompanhado para o realinhamento das estratégias estabelecidas. Com esse objetivo, realizou-se, nos dias 11 e 12 de agosto, em Itaipava, a Oficina para o Monitoramento dos Resultados das Ações do Programa. O evento, mais uma vez, contou com a participação de toda a direção do INPI e com um técnico do Ministério do Planejamento e Orçamento, Sr. Marcelo Siqueira, monitor do Programa Propriedade Intelectual.

A Oficina possibilitou que os Coordenadores de Ação realizassem os ajustes nas estratégias estabelecidas no Plano Gerencial. Conseqüentemente, várias ações do Programa ("Disseminação de Informações Tecnológicas", "Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual", "Concessão de Registro de Marcas" e "Concessão de Patentes") superaram a meta física estabelecida, como pode ser observado na Tabela 48.

As demais áreas, por não possuírem *backlog*, não alcançaram as metas pretendidas, visto que se relacionavam a um aumento da demanda pelos serviços do INPI. Apesar disso, pode-se considerar o resultado satisfatório, uma vez que as ações solicitadas ("Registro de Programa de Computador", "Concessão de Registro de Desenho Industrial", "Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia e de Franquia" e "Concessão de Registro de Indicações Geográficas") foram atendidas. Já a "Reforma do Edifício-Sede" apresentou uma execução física inferior à meta estabelecida, em função da complexidade da obra e da necessidade de transferir parte das unidades do INPI para outras instalações, exigindo, ao longo do ano, que se realizassem estudos e intervenções para garantir a qualidade e a segurança da ação.

Tabela 48 – Demonstrativo da Execução Física das Ações do Programa Propriedade Intelectual

PROGRAMA 0393 - PROPRIEDADE INTELECTUAL

Ação	Produto	Previsão Anual (A)	Meta Física												Alcance (B/A)%	
			Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.		Acumulado (B)
Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia e de Franquia	Contrato Averbado	1.807 unid.	136	104	117	129	149	144	134	125	119	94	82	135	1.468	81,24
Concessão de Patentes*	Patente Decidida	13.000 unid.	635	977	732	533	910	1.477	563	1.158	573	793	1.592	3.340	13.283	102,18
Concessão de Registro de Desenho Industrial	Desenho Industrial Registrado	5.800 unid.	375	249	240	155	736	585	494	549	413	366	379	405	4.886	84,24
Concessão de Registro de Indicação Geográfica	Indicação Geográfica Registrada	4 unid.	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	25
Concessão de Registro de Marca**	Marca Decidida	100.000 unid.	2.192	1.755	3.097	5.926	13.332	4.905	22.266	20.483	2.060	3.465	19.100	10.766	109.347	109,35
Cooperação Técnica para Modernização dos Serviços Relativos à Propriedade Industrial		Sem Meta Física														
Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual	Evento Realizado	250 unid.	2	11	17	22	24	26	19	40	31	37	35	22	286	114,40
Disseminação da Informação Tecnológicas***	Consulta Atendida	25.200 unid.	2.490	2.516	3.249	4.357	3.818	3.275	2.777	2.744	2.726	2.671	2.500	2.202	35.325	140,18
Implementação do Sistema EPOQUE de Busca no Banco de Dados do Escritório Europeu de Patentes	Sistema Implementado	30%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30	100
Reforma do Edifício Sede	Edifício-Sede Reformado	8% Exec. Física	-	-	-	-	-	-	-	0,21	0,21	0,21	-	-	0,42	5,25
Reforma de Programas de Computador	Programa Registrado	753	68	41	61	62	63	57	42	49	56	66	63	70	686	91,10

*Patente Decidida: Patente Concedida + Patente Indevida + Patente Arquivada + Patente Estima.

**Marca Decidida: Marca Concedida + Marca Arquivada + Marca Extinta + Marca Promovida.

***Consulta Atendida: Buscas Realizadas + Atendimento Realizado + Fomecimento de Cópias de Documentos de Patentes a Usuários + Atendimento a Consultas via E-mail + Nº Empresas Atendidas pelo Profinit + Estudo Realizado.



**Diretoria de
Administração e
Serviços-DAS**

No decorrer de 2005, a Diretoria de Administração e Serviços – DAS desenvolveu diversas ações nas áreas de Recursos Humanos, Informática e Administração.

- **Captação de Recursos Humanos**

Em sintonia com a Presidência da Autarquia, a DAS realizou gestões com o Governo Federal, no intuito de sensibilizar os escalões superiores quanto à necessidade de aumentar o quadro de servidores do INPI, com abertura de novas vagas a serem preenchidas por concurso público e aproveitamento do cadastro de reserva do concurso realizado em 2004.

- **Desenvolvimento de Recursos Humanos**

Visando a implementar uma nova dinâmica na área de Recursos Humanos, a DAS instituiu os seguintes programas: Programa de Desenvolvimento de Pessoal – PRODES, Programa de Valorização do Servidor – PROVALOR, Programa de Captação de Pessoal – PROCAP e Programa de Modernização da Gestão de RH – PROGES.

- **Contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO**

Após a assinatura do contrato no primeiro semestre de 2005, os diversos serviços especializados em Tecnologia da Informação, previstos no documento, começaram a ser desenvolvidos. Merecem destaque os novos Sistemas de Informação para as Diretorias de Marcas e Patentes e a construção do Portal do INPI na internet. Iniciou-se, ainda, a elaboração de um projeto para implantar o sistema de pregão eletrônico nas licitações do Instituto.

- **Aquisição de Novos Computadores**

Além de providenciar a distribuição de 580 computadores adquiridos em 2004, incluindo as Divisões Regionais, a DAS adquiriu 380 computadores no final de 2005, para poder atender aos futuros contratados do INPI.

- **RPI Eletrônica**

A Revista da Propriedade Industrial, que era impressa em papel, passou para a forma eletrônica no final do primeiro semestre. A mudança possibilitou a divulgação gratuita da revista no sítio do INPI, facilitando o acesso dos usuários às informações. As assinaturas da revista na forma de CD não sofreram qualquer alteração.

- **Ampliação do Espaço Físico**

Com vista a abrigar o novo contingente de pessoal a ser contratado no decorrer de 2006, a DAS atuou em diversas frentes para resolver o problema da falta de espaço físico nas instalações da Praça Mauá. Nesse sentido, participou do Grupo de Revitalização da Área Portuária do Rio de Janeiro, coordenado pelos Ministérios das Cidades e do Planejamento, estudou alternativas para locação de imóveis, com opção de compra, no Centro da cidade, integrou a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, com o objetivo de abrir espaços pela liberação de arquivos não-destinados à guarda permanente, e racionalizou a ocupação do prédio da Praça da Bandeira.

- **Implantação do Centro de Treinamento do INPI**

No final de 2005, decidiu-se implantar um moderno centro de treinamento em um outro endereço no Centro do Rio, visando à capacitação dos novos servidores e à reciclagem dos atuais funcionários da Instituição.

1 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH

No início do primeiro semestre de 2005, tomou posse a Coordenadora-Geral de Recursos Humanos do INPI, Sra. Sílvia Maria Maia Sá do Espírito Santo.

Considerando o planejamento de atividades como principal meta, foram traçadas três diretrizes que serviram de base à implementação de uma nova dinâmica de trabalho na CGRH em 2005:

- implantação de processo transformador;
- definição de uma política dinâmica de RH; e
- humanização do ambiente de trabalho.

Para proceder a esse planejamento, a CGRH instituiu os seguintes programas internos que irão dar suporte à execução de cada um dos itens citados:

- a) Programa de Valorização do Servidor – PROVALOR, que abrange a Melhoria da Saúde Ocupacional, a Revisão dos Métodos de Avaliação de Desempenho e a Melhoria dos Níveis de Motivação;
- b) Programa de Modernização da Gestão de Recursos Humanos – PROGES, que envolve a Recuperação de Pendências (Passivos), a Melhoria das Condições Operacionais, por meio de automação e racionalização de processos, a Consolidação e a Divulgação das Normas de Pessoal e a Melhoria dos Mecanismos de Comunicação e *Feedback*, pelo sítio da CGRH, em fase de criação e em articulação com a Ouvidoria do INPI e a Coordenação-Geral de Modernização e Informática;
- c) Programa de Captação de Pessoal – PROCAP, por meio da execução de ações que possibilitem a obtenção e a alocação de recursos humanos adicionais, com a realização de novo concurso público (vagas já aprovadas pela Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005) e a requisição de servidores de outros órgãos;
- d) Programa de Desenvolvimento de Pessoas – PRODES, por meio da instituição do Programa de Capacitação – PAC, do Estudo de Clima Organizacional e da Implementação da Gestão por Competências.

Com essas ações, será possível à CGRH prover as condições necessárias, neste momento, para dotar o INPI dos recursos humanos adequados à concretização de sua missão.

1.1 Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos – SERDHU

1.1.1 Capacitação

O Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos – SERDHU é o principal executor do Programa de Captação de Pessoal – PROCAP e do Programa de Desenvolvimento de Pessoas – PRODES, que se concretizam por meio do Plano Anual de Capacitação – PAC.

O PAC de 2005 representa o primeiro documento, após a publicação da Resolução INPI/PR nº 112/2004 e da Ordem de Serviço INPI/DAG nº 002/2004, relativo à implantação de um programa estruturado e contínuo de qualificação dos recursos humanos do INPI, que viabilize o atendimento dos objetivos e das metas institucionais.

A execução do PAC teve início efetivamente com a sua aprovação, pela Portaria INPI/PR nº 189, de 4 de maio de 2005, e com a liberação dos recursos orçamentários do Programa.

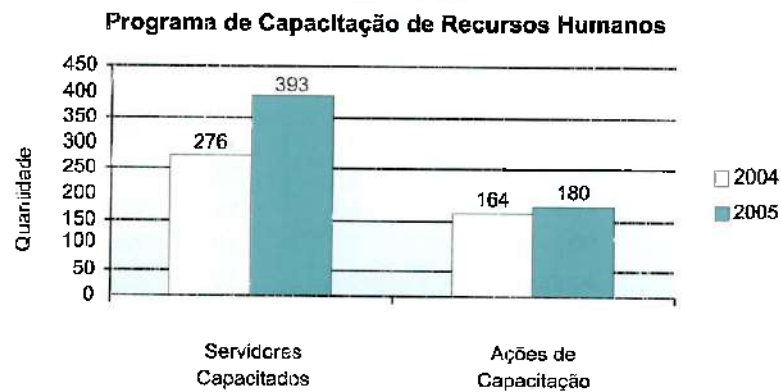
Em função do caráter inovador, o PAC 2005 apresentou uma extensa demanda por ações de capacitação, identificada pelas Unidades no Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC, com valor estimado superior à dotação orçamentária de capacitação, inclusive em decorrência do acréscimo no número de servidores da Instituição (Concurso Público 2004).

Além da grande demanda por capacitação existente no Plano, outros fatores interferiram na execução do PAC, como disponibilidade orçamentária (no início do ano), encaminhamento dos Memorandos pelas Unidades em tempo hábil, regularidade da empresa no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, liberação do servidor para participar do evento (especialmente nos cursos realizados em turma fechada) e outras condições estabelecidas pela Resolução e pela Ordem de Serviço mencionadas.

Vale destacar que a execução do PAC no segundo semestre de 2005 foi muito afetada pelo contingenciamento de despesas de passagens e diárias, determinado pelo Governo Federal, como menciona o Comunicado INPI/PR, de 26 de agosto de 2005, e o Memorando nº 148/2005-INPI/PR, de 6 de setembro de 2005.

Mesmo com tais dificuldades, consideramos que a execução do PAC ocorreu em níveis satisfatórios, por ter permitido a qualificação de 393 servidores, em 180 ações de capacitação. Em comparação com 2004, verificou-se um incremento no número de servidores em processo de qualificação profissional, conforme indicado no Gráfico 4

Gráfico 4 – PAC – Gráfico Comparativo – 2004 e 2005



Fonte: SERDHU.

Em 2005, realizaram-se os seguintes cursos em turma fechada, com o objetivo de viabilizar a participação de mais servidores e racionalizar a aplicação dos recursos do orçamento de capacitação:

- Propriedade Industrial: Análise e Atendimento;
- Treinamento DIALOG;
- Treinamento EPOQUE;
- A Redação – Aprimorando e Adequando o Texto;
- Licitações e Contratos Administrativos;
- Gestão e Fiscalização de Contratos na Administração Pública;
- Cadastro e Folha de Pagamento;
- Treinamento SIAPE/SIAPEcad;
- Formação de Instrutores e Multiplicadores; e
- Técnicas de Negociação.

1.1.2 Estágios

O SERDHU continua gerenciando e fiscalizando o Contrato da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social – MUDES, que trata do encaminhamento de estagiários de níveis médio e superior, com vista a proporcionar experiência prática na linha de formação dos estudantes.

A Tabela 49 apresenta a movimentação de estagiários em 2005.

Tabela 49 – Número de Estagiários por Mês em 2005

Mês	Nível Superior	Nível Médio	Total
Janeiro	44	13	57
Fevereiro	51	13	64
Março	52	13	65
Abril	53	13	66
Mai	51	13	64
Junho	50	15	65
Julho	50	13	63
Agosto	53	13	66
Setembro	54	13	67
Outubro	57	12	69
Novembro	53	12	65
Dezembro	52	12	64

Fonte: SERDHU.

Com o objetivo de motivar, integrar e desenvolver os estagiários de níveis médio e superior, realizou-se, no período de agosto a dezembro de 2005, o Projeto de Valorização do Estagiário no INPI. Contando com a participação de 50 estagiários, o Projeto desenvolveu os seguintes módulos:

- Módulo I: Sua Imagem, Seu Sucesso;
- Módulo II: Reavaliando Competências;
- Módulo III: Etiqueta Empresarial; e
- Módulo IV: Carreira e Empregabilidade.

O SERDHU está elaborando, ainda, uma minuta das normas internas, de forma a regulamentar a execução do Programa de Estágio no INPI.

1.1.3 Eventos

O SERDHU, com o objetivo de oferecer integração, reflexão e aperfeiçoamento no desempenho das atribuições prestigiando as(os) Secretárias(os) do INPI, buscou parcerias com profissionais qualificados na área, convidando todas as Secretárias e demais servidores para o "I Encontro de Secretariado do INPI", realizado nos dias 19 e 20 de setembro de 2005, no qual foram abordados os seguintes temas:

- A Secretária: A Profissional e as Novas Perspectivas na Administração Pública;
- Ética e Postura Profissional;

- Gestão de Carreiras; e
- Capacitação Pessoal.

Sempre que possível, o SERDHU tem apoiado as demais Unidades do INPI na realização de eventos. Como exemplo, realizaram-se, em março e em agosto, as Palestras “Nanotecnologia” e “Gerência de Marca e Comportamento do Consumidor”, promovidas em parceria com a DART, no auditório da Radiobrás, para os servidores do INPI.

1.1.4 Sistemas

Desenvolveu-se um Sistema de Cadastramento de Instituições e de Cursos, com o objetivo de não só auxiliar o SERDHU na execução do PAC, mas também orientar as Unidades do INPI, quando necessário.

1.1.5 Orçamento

O SERDHU tem participado constantemente das atividades de reformulação e proposta orçamentárias da Unidade e acompanhado, diariamente, a execução do orçamento de Capacitação.

A Tabela 50 apresenta informações sobre a execução orçamentária da “Ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”, obtidas no Relatório de Execução da Despesa – RED, em 30 de dezembro de 2005.

Tabela 50 – Execução Orçamentária 2005

Empenhado (R\$)	Empenhado Liquidado (R\$)	Empenhado a Liquidar (R\$)
568.548,00	495.719,00	72.829,00

Fonte: SERDHU.

1.1.6 Projetos

Os principais projetos em elaboração no SERDHU são:

- **Programa de Desenvolvimento Gerencial**

Após avaliar programas de desenvolvimento gerencial disponíveis no mercado e contatar algumas instituições, o SERDHU está elaborando um projeto para implementação de um Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no INPI, com a finalidade de promover a qualificação necessária aos profissionais do Órgão, investidos em cargos/funções de gestão, apresentando-lhes conceitos, metodologias e instrumentos que viabilizem o adequado cumprimento dos objetivos e metas institucionais. O projeto está sendo considerado como prioritário, com execução prevista em 2006.

- **Workshops de Motivação e Desenvolvimento de Equipes**

Foram mantidos contatos com Instituições e recebidas propostas para a realização de *workshops* de motivação e desenvolvimento de equipes nas Unidades do INPI. O SERDHU, após análise das propostas disponíveis (ao total de oito) e elaboração do termo de referência, submeterá à consideração superior a contratação dessa consultoria.

Informamos estar em análise, também, a realização de *workshop* para auxiliar as Unidades na elaboração de seu planejamento estratégico. Inicialmente, foram feitas pesquisas de mercado para a realização de um *workshop* com a equipe da CGRH, para discutir a política de RH do Instituto e elaborar um plano de gestão da Coordenação. Não foi possível realizá-lo em 2005, por conta da grande demanda de trabalho da área em face do reduzido contingente de pessoal. Além disso, a mudança do perfil gerencial da CGRH fez com que se considerasse mais conveniente adiar o *workshop* para 2006.

- **Encontro de Avaliação de Desempenho**

Foi elaborada a proposta de realização de um “Encontro sobre Avaliação de Desempenho dos Órgãos vinculados à Carreira de C&T⁵”, abrangendo palestras sobre o processo de avaliação de desempenho adotado em cada Órgão.

O Encontro, destinado aos Servidores do INPI, inclusive aos participantes de Comissão de Avaliação de Desempenho, tem por objetivo promover a troca de experiências, por meio de debates, e uma reflexão quanto à importância do assunto. O Encontro deveria ter-se realizado em novembro de 2005, mas, por dificuldades de agenda dos integrantes, ficou remanejado para 2006.

⁵Ciência e Tecnologia

Os Projetos a seguir, pela sua complexidade e dimensão, deverão ser implementados a partir do segundo semestre de 2006 ou do primeiro semestre de 2007.

- **Pesquisa de Clima e Cultura Organizacionais**

Foram realizados contatos com Instituições e obtidas três propostas (FGV-RJ, Hay Group e Everardo Rocha) a fim de realizar essa pesquisa no INPI, para identificar, principalmente, o conteúdo, a estrutura e a lógica dos valores atuantes, revelando um painel da identidade cultural do INPI, e retratar os aspectos críticos do clima organizacional e de suas implicações.

Atualmente, o SERDHU está elaborando o termo de referência para viabilizar a contratação de Entidade apta a planejar e realizar tal pesquisa.

- **Mapeamento de Competências**

O SERDHU dispõe, até o momento, de uma proposta formal de uma Instituição (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC) para mapeamento das competências do INPI. Estão sendo mantidos contatos com outras Instituições, com vista à contratação de uma consultoria apta a identificar o perfil de competências (mínimo e desejável) de cada cargo, nas diversas Unidades do INPI, assim como as competências atuais dos servidores do Instituto.

Esse mapeamento de competências subsidiará o Levantamento de Necessidades de Capacitação e o Plano Anual de Capacitação dos exercícios subseqüentes, proporcionando uma melhor e mais adequada estruturação e implementação do Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos deste Instituto.

1.1.7 Concurso Público

Além de ter auxiliado a CGRH na proposta de realização de novo concurso e de prorrogação do Concurso 2004, o SERDHU tem freqüentemente prestado informações aos candidatos do cadastro de reserva e às Unidades do INPI, especialmente à Ouvidoria.

1.2 Serviço de Administração de Recursos Humanos – SERAD

Cabe ao SERAD, dentre outras atividades, coordenar e acompanhar a atualização dos registros pessoais e funcionais, a aplicação da legislação de pessoal, fazendo cumprir

os direitos e deveres dos servidores do INPI, e as atividades relacionadas à folha de pagamento de pessoal. O SERAD tem uma forte participação no Programa de Modernização da Gestão de Recursos Humanos – PROGES, principalmente por meio das ações de levantamento de passivos, e no Programa de Valorização do Servidor – PROVALOR, sobretudo no que tange à Melhoria da Saúde Ocupacional.

1.3 Seção de Cadastro de Lotação – SECLOT

Cabe à SECLOT implementar e acompanhar ingressos e afastamentos temporários ou definitivos de servidores ativos, inativos e de pensão, por intermédio do acompanhamento e da preservação de suas vidas funcionais, não só mantendo e atualizando o cadastro de pessoal, mas também garantindo seus direitos por meio da concessão dos benefícios. Além disso, a SECLOT elabora os Boletins de Pessoal e dá publicidade aos atos praticados pela administração no Diário Oficial da União.

As Tabelas 51 e 52 apresentam a movimentação de pessoal e inativos.

A existência de duas estruturas regimentais distintas, uma não-aprovada ainda e outra já extinta, mas ambas incorporadas ao SIAPE, foi o principal entrave para o desempenho das atividades desta Seção, dificultando a operacionalização dos registros funcionais.

Não obstante a chegada de novos servidores na SECLOT, verifica-se que o quantitativo de profissionais, além de não ser suficiente, necessita de treinamento nas atividades a serem desempenhadas.

Tabela 51 – Movimentação de Pessoal

Discriminação	Saldo 2004	Movimentação em 2005		
		Entradas	Saídas	Total
Ativo Permanente	613	33	42	604
Redistribuídos	1			1
Requisitados de Empresa Pública	2	2		4
Nomeado para Cargo Comissionado	11	2		13
Cedidos a Outros Órgãos	15	1		16
Requisitados de Outros Órgãos Públicos	2			2
Exercício Descentralizado de Carreira	34		3	31
Exercício Provisório	1			1
Lotação Total do INPI	679	38	45	672

Fonte: SECLOT.

Tabela 52 – Inativos

Discriminação	Saldo 2004	Movimentação em 2005		
		Entradas	Saídas	Total
Inativos	286	5	-	291
Pensionistas	59	4	-	63
Total de Inativos do INPI	345	9	-	354

Fonte: SECLOT.

1.4 Seção de Legislação de Recursos Humanos – SELEG

A Seção de Legislação de Recursos Humanos – SELEG tem por finalidade não só orientar a Coordenação-Geral de Recursos Humanos e suas unidades no que se refere à aplicação da legislação de Recursos Humanos, mas também sanar dúvidas e orientar os servidores ativos, aposentados e pensionistas quanto a direitos, deveres e vantagens advindos da legislação de pessoal.

Assim, no decorrer de 2005, a SELEG analisou 448 processos, abrangendo processos administrativo-disciplinares, sobre direitos e deveres de servidores e reclamações judiciais, atuando efetivamente como apoio técnico e legal às ações da Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH.

1.5 Seção de Controle de Pagamento – SECPAG

Dentre as atribuições regimentais da SECPAG, destaca-se a elaboração de cálculos para pagamento de remunerações relativas a passivos de exercícios anteriores.

Com o intuito de subsidiar as ações da CGRH, realizou-se um levantamento do montante do passivo a ser pago pelo INPI, após o qual, obteve-se a Tabela 53, composta de todos os processos já lançados no sistema e apenas aguardando a respectiva disponibilidade orçamentária.

Tabela 53 – Passivos Lançados no Sistema

Assunto	Quantidade	Valor
Progressão Funcional	2	19.563,31
Doutorado	1	4.183,87
Substituição	2	11.588,29
Abono de Permanência	2	10.802,34
Adicional de Titulação	5	8.547,53
Adicional de Insalubridade (exercício findo)	1	3.702,53
Auxílio Pré-Escolar	1	267,00
DAS 1	1	10.309,00
Revisão de Aposentadoria	1	24.396,22
Incorporação de Quintos/Décimos	28	291.552,59
Total – Exercícios Anteriores Lançados em 2005		384.912,68

Fonte: SECPAG.

Cabe ressaltar que, não obstante as diversas dificuldades existentes, esta seção vem desempenhando suas atividades de forma satisfatória. A estruturação adequada da atividade, em termos de pessoal, equipamentos e mobiliário, permitirá maior agilidade nos trabalhos desenvolvidos.

Com relação à capacitação de servidores, os recém-chegados em 2005 receberam treinamento básico na área de pagamento de pessoal. Para os servidores mais experientes, solicitaremos cursos de atualização em 2006.

1.6 Seção de Saúde Ocupacional – SESAO

A SESAO, no intuito de operacionalizar o PROVALOR e realizar sua missão de buscar a melhoria na qualidade de vida dos servidores e empregados do INPI, obteve resultados expressivos em 2005.

1.6.1 Atendimento Médico-Ambulatorial

O serviço, oferecido pela SESAO, presta atendimento médico-ambulatorial dentro da Instituição e, quando necessário, concede, após exame, atestados e licenças em caso de doença e tratamento específico. A Tabela 54 apresenta o desempenho da Seção em 2005, comparando-o com o do ano anterior.

Tabela 54 – Atendimento Médico-Ambulatorial

Atendimento	2004	2005	Δ%.
Consulta Médica	2.698	2.482	-8%
Homologação de Atestados	405	478	18%
N.º Dias Homologados pela SESAO	2.301	2.557	11%
N.º Licenças para Tratamento de Saúde Concedidas por Junta Médica Oficial	193	179	-7%
N.º Dias Abonados por Junta Médica Oficial	3.396	5.934	75%
Atendimento de Enfermagem	1.673	1.366	-18%
Curativo	292	317	9%
Teste de Glicose	194	167	-14%
Teste de Colesterol	93	92	-1%
Média - Licenças	17,6	33,15	88%

Fonte: SESAO.

Não ocorreram alterações quanto à natureza dos atendimentos e, como foi explicitado no Relatório Anual de 2004, conforme levantamento com os profissionais responsáveis pela enfermagem, pode-se constatar que a maioria dos atendimentos se relaciona com fatos rotineiros, não configurando a existência de nenhuma patologia grave.

Com relação ao atendimento médico, verificou-se que a maioria resulta de reclamações ligadas a estados gripais, o que ressalta a necessidade de manter as campanhas de vacinação. Ocorrem, ainda, atendimentos relacionados a problemas cardiovasculares e ortopédicos, muitas vezes decorrentes da necessidade de se reavaliar as condições ergonômicas existentes hoje nas diversas seções da Instituição.

Ao se estabelecer um comparativo entre 2004 e 2005, constata-se uma queda em quase todos os itens de atendimento. No que se refere, contudo, aos afastamentos do servidor, houve um número maior de homologações de atestado pela SESAO e de dias abonados pela Junta Médica Oficial do Ministério da Fazenda.

A identificação de queda nos índices de testes de colesterol e de glicose poderia significar a necessidade de maior intensificação de campanhas sobre o assunto, dada a tendência de crescimento desses tipos de patologia, freqüentemente associada a maus hábitos alimentares, sedentarismo, falta de monitoramento e, até mesmo, desconhecimento dos sintomas e do fato de ser portador das doenças.

Já o número menor de procedimentos de enfermagem e curativos pode ser justificado por uma questão de imprevisibilidade de tais ocorrências, independentemente de terem sua origem no local de trabalho ou não.

No que tange às homologações de atestados pela SESAO, apesar do número maior de atestados, observa-se um decréscimo na média de dias por afastamento, de aproximadamente 5,68 dias para 5,35 dias, o que é um indicador de baixa no absenteísmo.

Em relação aos afastamentos ratificados pela Junta Médica Oficial, o aspecto positivo está na sensível queda no número de servidores encaminhados para perícia. Percebe-se, contudo, um crescimento acentuado do número de dias por afastamento (de 17,60 para 33,15 dias), representando um aumento de 88%, demonstrando o agravamento de uma situação anterior, exigindo o contínuo esforço da SESAO em acompanhar a evolução de tais casos.

1.6.2 Atendimento Odontológico

A procura pelos serviços odontológicos oferecidos pela SESAO se deve a dois fatores:

- inexistência de um plano odontológico que possa cobrir o tratamento dos servidores e de seus dependentes;
- qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da área e a confiança transmitida aos servidores.

A Tabela 55 discrimina os atendimentos efetuados em 2005, comparativamente aos efetuados em 2004, permitindo constatar a importância e as necessidades desse tipo de serviço prestado pela SESAO.

Tabela 55 – Atendimento Odontológico

Atendimento	2004	2005	% Aumento / Redução
Urgência / Emergência	286	201	-30%
Servidores			
Consulta	34	29	-15%
Tratamento	2.116	1.848	-13%
Subtotal Servidores	2.150	1.877	-13%
Dependentes			
Consulta	60	63	5%
Tratamento	1.148	1.074	-6%
Subtotal Dependentes	1.208	1.134	-6%
Total	3.644	3.215	-12%

Fonte: SESAO.

Comparando-se o ano de 2004 com o de 2005, nota-se que houve uma redução do número de atendimentos realizados nos consultórios. Isso decorre da falta de alguns materiais odontológicos, ocasionada pela demora no processo de aquisição dos itens. Embora a licitação com esse objetivo tenha sido realizada no final de 2005, apenas um item do material foi atendido. Espera-se, contudo, que o restante seja adquirido ainda em meados de 2006, já que a falta desses materiais poderá comprometer os serviços odontológicos.

Salientamos a importância de intensificar as campanhas periódicas de prevenção em saúde oral, a fim de manter, sob controle, a capacidade operacional dos consultórios odontológicos do INPI, sem queda na qualidade dos serviços prestados.

1.6.3 Serviço Social

Em abril de 2005, ocorreu a mudança da assistente social atuante na SESAO. Diante das alterações surgidas na transição para a nova equipe, houve redução no número de atendimentos na área, comprometendo os dados do primeiro trimestre. Os do ano de 2005 estão apresentados na Tabela 56.

Tabela 56 – Atendimento Serviço Social

Assistência Social	2005
Atendimentos	1.146
Visitas Domiciliares	6
Visitas Hospitalares	2
Contatos com Instituições / Hospitais e Clínicas	134
Visita a Instituições	4

Fonte: SESA0.

Nos atendimentos diários realizados pela assistente social, verificou-se que a maior parte decorre de violência doméstica, dependência química e depressão, tendo cada caso sido encaminhado aos órgãos competentes. Em relação à dependência química, começou a ser elaborado um projeto que objetiva apoiar os dependentes e seus familiares, com previsão de implantação em 2006.

Verificou-se que ainda existem problemas de relacionamento no local de trabalho. Infere-se, uma vez mais, que devem ser implementadas ações para a melhoria nas relações interpessoais no quadro funcional do INPI.

As visitas domiciliares estão restritas a apoiar os servidores, principalmente, em casos de enfermidade e hospitalização em estado grave (internados em CTI e acidentados) ou de problemas familiares. Pode-se constatar que as patologias causadoras foram determinadas por fatores externos a esta Instituição. Além do caráter social, as visitas têm o objetivo de orientar o servidor em relação aos direitos previstos em lei e à observância dos prazos de afastamento da licença médica ora em vigor.

Os procedimentos de visita domiciliar e hospitalar demonstram a preocupação do INPI com a saúde e o bem-estar do seu quadro funcional, estando a Instituição sempre atenta àqueles que necessitam de um atendimento diferenciado, causado por um estado de saúde de maior fragilidade.

1.6.4 Convênio INPI – FIA

O Convênio do INPI com a Fundação para a Infância e Adolescência – FIA constitui uma das mais importantes iniciativas institucionais, que representa o comprometimento do Instituto com ações voltadas para a formação de uma sociedade mais digna e justa.

A Tabela 57 mostra a comparação de admissões e desligamentos de 2005 em relação a 2004.

Descrição	2004	2005	Δ %.
Admissões	71	128	80%
Desligamentos	64	83	30%

Fonte: SESAO.

Cabe ressaltar a elevação do número de adolescentes atendidos pelo convênio, de 125 para 156 menores, com até 18 anos de idade. Os jovens são acompanhados pela Assistente Social não só quanto às rotinas de avaliação de frequência e desempenho, inclusive escolar, mas também quanto à formação sociocultural, por meio de participação em diversos cursos e eventos durante a permanência na Instituição. O convênio demonstra a Responsabilidade Social do INPI e está em consonância com as mais recentes políticas de inclusão social do Governo Federal.

Em 2005, foram realizados os seguintes eventos, tendo como alvo os menores atendidos pelo convênio INPI – FIA:

- 13 de abril de 2005 – apresentação da nova equipe de Assistência Social e orientações gerais;
- 20 de maio de 2005 – exibição de vídeo sobre a história do INPI e distribuição/discussão do Manual do Bolsista – Direitos e Deveres;
- 20 e 21 de junho de 2005 – dinâmica de grupo visando ao melhor desenvolvimento das tarefas diárias e às perspectivas de futuro, proporcionando momentos de reflexão, questionamentos e esclarecimentos;
- 20 de julho de 2005 – palestra ministrada pela Equipe da Associação “Transformando o Viver”, com foco na prevenção ao uso/abuso de álcool e/ou drogas;
- 28 e 28 de setembro de 2005 – dinâmica de grupo visando ao melhor desenvolvimento das tarefas diárias e às perspectivas de futuro, proporcionando momentos de reflexão, questionamentos e esclarecimentos;
- 26 e 27 de outubro de 2005 – palestra sobre Ética, ministrada pelas estagiárias, com a supervisão da Assistência Social;
- 12 de dezembro de 2005 – confraternização natalina, abordando o tema “Família e Natal”.

Após pesquisa realizada com as Chefias e os Supervisores dos adolescentes, verificou-se o interesse de prorrogar o convênio por doze meses, até 31 de janeiro de 2007.

1.6.5 Ações Desenvolvidas em 2005

A SESAO empreendeu ações de cunho preventivo e social, em campanhas de esclarecimento e em atividades de integração que mobilizaram o corpo funcional do INPI.

Quadro 3 – Ações Desenvolvidas – 2005

Permanente	Pareceres e atendimentos pontuais para encaminhamento de acordo com a demanda inicial, avaliações e análises para transferência de setores. Continuidade do Programa "Recicle uma Vida", em parceria com o Comitê "Viva Rio" contra fome e miséria.
Fevereiro	Contagem Regressiva para o carnaval: campanha realizada por correio eletrônico, com recomendações de segurança e cuidados essenciais com a saúde, visando à melhor qualidade de vida durante o período.
Março	31 de Março - Dia da Saúde e Nutrição: campanha divulgada em mensagens eletrônicas sobre nutrição, alimentação saudável, realização de teste de colesterol, verificação de peso e altura para cálculo do índice de massa corporal.
Abril	8 de Abril - Dia Mundial de Combate ao Câncer: campanha de esclarecimentos sobre sintomas e medidas de prevenção sobre os diversos tipos de câncer, veiculada por correio eletrônico para toda a massa funcional do INPI. 26 de Abril - Dia Nacional de Combate à Hipertensão Arterial: campanha de esclarecimentos sobre sintomas e medidas de prevenção, veiculada eletronicamente para todo o INPI, aliada à verificação da pressão arterial.
Maio	3 a 14 de Maio - Campanha de vacinação contra a gripe: direcionada a servidores ativos e inativos e dependentes, totalizando 300 vacinas aplicadas.

Continuação Quadro 3

Junho	17 de Junho - Homenagem ao Dia do Servidor Público Aposentado: <i>show</i> realizado em 20 de junho, com o renomado flautista Sr. Altamiro Carrilho, exemplo de atitude positiva em face da vida na terceira idade.
Julho	25 de Julho - Ação pontual: conscientização sobre o controle do colesterol e realização de testes.
Agosto	II Semana da Saúde: de 1.º a 5 de agosto, das 9 às 12 horas, com vivências e palestras sobre diversos temas versando sobre saúde e qualidade de vida, exames gratuitos de osteoporose e urina e exposição de talentos, com participação média diária de 70 pessoas.
Outubro	Dia das Crianças - 14 de outubro: campanha, financiada com recursos doados pelos servidores, voltada à melhoria da ambientação e integração do corpo funcional do INPI, com a oferta, para os filhos dos servidores, de atividades lúdicas diversas, divididas por faixa etária e direcionadas a vários interesses.
Dezembro	Dia Mundial de Prevenção Contra a AIDS: campanha pontual, divulgada por correio eletrônico institucional em 1.º de dezembro de 2005. Campanha "Natal Sem Fome": o INPI foi cadastrado como posto de coleta, arrecadando o total de 165 itens alimentícios.

Os servidores apresentaram sugestões quanto a campanhas de prevenção e de melhoria da qualidade de vida realizadas pela SESA0, destacando-se:

- implementação de campanhas de vacinação para combate à Hepatite tipo "C";
- reativação do Coral do INPI;
- disponibilização de espaços para a realização de atividades de meditação e relaxamento, como Yoga, Tai Chi Chuan e outras similares.

A criação do Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Civil Federal – SISOSP pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, que iniciou a implementação por meio de quatro projetos piloto, sendo um deles no Rio de Janeiro, cujos parceiros institucionais são a FIOCRUZ, na parte referente à salubridade ambiental, e a UFRJ, no que tange às licenças médicas. O Sistema tem como objetivo padronizar os procedimentos no âmbito de todo o Serviço Público Federal, visando à melhoria das condições de saúde ocupacional e bem-estar do servidor, diante do alto índice de absenteísmo e de aposentadorias por motivos de licença médica, em

comparação ao que ocorre entre os trabalhadores da iniciativa privada. Assim, é fundamental que o INPI não só acompanhe a implementação do projeto, mas também incorpore essas diretrizes nas atividades já desenvolvidas por meio da SESAO.

1.6.6 Assistência Médica

Os servidores do INPI têm direito à assistência médica, conforme define o Programa de Assistência à Saúde – PAS. Em vista disso, podem optar pelo atendimento da empresa contratada e vencedora da licitação (UNIMED), pelo convênio com a Fundação de Seguridade Social – GEAP ou pelo ressarcimento de despesas médicas em Planos de Saúde, disponíveis no mercado e contratados por escolha do servidor.

A Tabela 58 apresenta os dados de 2005 comparativamente com os dados de 2004.

Tabela 58 – Beneficiários PAS – 2004/2005			
Assistência Médica Contrato UNIMED	Média Mensal 2004	Média Mensal 2005	Δ %
Servidores	687	732	7%
Dependentes	831	840	1%
Pensionistas	27	31	16%
Agregados	213	294	38%
Total UNIMED	1.757	1.896	8%
Assistência Médica Convênio INPI/MDIC/GEAP	Média Mensal 2004	Média Mensal 2005	Δ %
Servidores	13	13	4%
Dependentes	38	36	-3%
Total GEAP	51	49	-1%
Assistência Médica Ressarcimento Livre Escolha	Média Mensal 2004	Média Mensal 2005	Δ %
Servidores e Dependentes	270	255	-5%
Total Livre Escolha	270	255	-5%
Total Usuários Assistência Médica	2.077	2.201	6%

Fonte: SESAO.

Como se pode perceber, há uma elevação na média de 8% no número de usuários incluídos no plano contratado pelo INPI por meio licitatório, em contrapartida com a redução do número de usuários incluídos no convênio com a GEAP e da modalidade de

ressarcimento em conta-corrente, permitindo inferir a possível migração de usuários das duas últimas modalidades para a primeira.

Destaca-se que, desde janeiro de 2005, a participação institucional *per capita* passou de R\$ 35,00 para R\$ 64,00, reduzindo o impacto das despesas de assistência médica dos servidores e dependentes, principalmente ao se considerar que, a partir de 1.º de julho de 2005, o atual contrato sofreu reajuste de 26% para a primeira faixa etária, de 0 a 59 anos, e de 20% para as demais faixas, de 60 a 69 e acima de 70 anos. O aumento diferenciado para as faixas mais elevadas foi fruto de amplo debate com os servidores, que expuseram a crescente dificuldade enfrentada pelos usuários mais idosos para manter o custeio de seus planos de saúde em condições mínimas.

Ressalte-se que é de grande importância a continuidade da política de elevação da participação institucional *per capita*, visto que, na prática, a situação verificada em 2004 ainda persiste, concluindo-se que, em tese, pelo menos 130 servidores ativos e aposentados e 221 dependentes ainda não estão incluídos no PAS.

Em outubro, ocorreu a mudança da Operadora de Saúde contratada por licitação, passando-se da Aliança Cooperativista Nacional UNIMED para UNIMED – Confederação das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins, em virtude da intervenção da Agência Nacional de Saúde – ANS na primeira.

Quanto ao ressarcimento de assistência médica dos planos diretamente contratados pelo servidor (livre escolha), vale lembrar, por precaução, que a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SRH/MPOG, órgão responsável pela regulamentação do art. 230 da Lei n.º 8.112, de 1990, que trata da assistência médica, odontológica e hospitalar dos servidores públicos federais, já se posicionou quanto à futura extinção de tal modalidade, o que certamente provocará a migração dos servidores beneficiários para os planos de saúde disponibilizados pelo INPI, embora, até o presente momento, a Secretaria não tenha regulamentado o assunto, o que poderá vir a ocorrer com a recente implementação do Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Civil Federal – SISOSP.

2 COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CGA

As ações desta Coordenação-Geral abrangem os seguintes setores:

- Serviço de Administração Predial, Serviços Gerais e Engenharia – SERAP;
- Serviço de Material, Patrimônio, Protocolo e Arquivo – SERMAP; e
- Serviço Financeiro – SERFIN.

No desempenho desta Coordenação em 2005, cabe ressaltar a economia de recursos orçamentários, conseguida por meio de procedimentos administrativos, principalmente os referentes às licitações efetuadas.

A priorização de certas modalidades licitatórias possibilitou reduções significativas nos preços contratados, tendo em vista que as estimativas de mercado pesquisadas apontavam valores superiores na maioria dos casos.

2.1 Serviço de Administração Predial, Serviços Gerais e Engenharia – SERAP

A morosidade na análise dos Processos, Editais, Termos Aditivos e outros documentos, que devem obrigatoriamente ser avaliados por outras áreas antes de serem disponibilizados, ocasionou reflexos negativos nas contratações, renovações dos contratos e, até mesmo, na qualidade das empresas contratadas, fazendo com que serviços de necessidade vital para o funcionamento e a arrecadação do Instituto ficassem paralisados, como podemos constatar.

Dentre os processos abertos, vários não chegaram a ser efetuados, e seus objetos ainda não tiveram os procedimentos licitatórios para contratação e compra disponibilizados ao público, implicando a paralisação dos serviços:

- Processo 0178/2004: trata da contratação de serviços de confecção de tapetes, cujo pedido, iniciado em 2003, permanece sem atendimento;
- Processo 421/2005: trata da contratação de serviços de Coleta de Lixo, incluindo o edifício da Praça da Bandeira, com início previsto em 2006, após a contratação;
- Processo 0698/2004: trata da contratação de serviços de reparos e manutenção para o carro hidráulico, cujo pedido foi iniciado em 2004;
- Solicitação, desde 2003, para adquirir uma vincadeira e uma encadernadora elétrica, até hoje sem êxito, prejudicando os serviços de forma considerável, atingindo o atendimento das Divisões Regionais.

Visando a dar continuidade aos serviços em 2006, encontram-se em procedimento de renovação e licitação os contratos referentes a:

- Serviços de Combate e Prevenção de Incêndio (em licitação);
- Serviços de Fornecimento de Água Mineral (em licitação);
- Serviços de Copeiragem (em licitação);

- Serviços de Transportes de Servidores (em licitação);
- Serviços de Desembaraço de Documentos (em licitação);
- Serviços de Manutenção de Equipamentos Gráficos (em licitação);
- Serviços de Desratização, Desinsetização e Descupinização (em licitação);
- Serviços de Natureza Braçal (licitado e novo contrato assinado);
- Serviços de Vigilância e Segurança (licitado e novo contrato assinado);
- Serviço de Coleta de Lixo (licitado e novo contrato assinado);
- EBCT – Franquia (nova contratação por 60 meses);
- EBCT – Malote (nova contratação por 60 meses).

Conforme foi demonstrado nos últimos relatórios, persiste a necessidade de realizar licitações para atender não só a demandas diversas, mas também à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Encontram-se em tramitação, aguardando as deliberações e decisões das áreas jurídica e de auditoria os seguintes processos:

- Nº 4139/2004 – Serviços de Transporte de Servidores: o processo está em análise, dependendo de liberação para ser licitado;
- Nº 0303/2005 – Correios (Franquia): o contrato encontra-se aguardando solução jurídica;
- Nº 1167/2005 – Brigada de Incêndio: o processo licitatório (Pregão nº 031/2005) foi concluído e o contrato está em fase de chancela;
- Nº 0705/2005 – Despachante Aduaneiro e Alfandegário: o processo licitatório não foi realizado;
- Nº 0761/2005 – Desinsetização e Desratização: o processo licitatório está em andamento;
- Nº 2329/2005 – Manutenção de Equipamento Gráfico: o processo licitatório está em andamento;
- Nº 0873/2005 – Aquisição de vincadeira e encadernadora para a Gráfica do INPI, responsável pela produção de cerca de 30.000 capas de processos da Sede e das Regionais: o processo aguarda licitação.

É importante assinalar que o SERAP e a SENGE, em conjunto com a Administração, vêm se mobilizando para atender às novas normas do Corpo de Bombeiros, realizando licitações para a reforma da escada de incêndio externa e o redimensionamento dos serviços de brigada de incêndio.

A melhoria do sistema de segurança do prédio deve ser vista como fator de vital prioridade, abrangendo uma sinalização gráfica bem elaborada com a desobstrução das rotas de fuga, uma perfeita manutenção das portas corta-fogo, um sistema de alarme sonoro a contento, *sprinklers* e detectores de fumaça funcionando normalmente e uma urgente revisão e revitalização da escada externa de incêndio, atualmente em precárias condições.

Os Quadros 4 e 5 apresentam, respectivamente, a situação dos processos e serviços do SERAP e dos gastos de 2005.

Quadro 4 – Situação de Processos e Serviços

SERVIÇO	AÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Reprografia	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Contrato renovado por 12 meses.
Limpeza	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Contrato renovado por 12 meses (licitação em andamento).
Brigada de Incêndio	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Contrato renovado até 2/7/2006. Licitação realizada para prestação de serviços no exercício de 2006. Empresa contratada dentro das formalidades legais e serviço em andamento normal, com redução de alguns trechos (Processo aberto e novo contrato em andamento: Processo Nº 3656/2005).
Malotes	Serviços executados com regularidade.	Em andamento processo 303/2005 (Correios Franquia). Até a presente data sem solução, tendo esgotado a carga dos equipamentos, permanecendo a postagem paralisada.
Franquias	Serviços de postagem paralisados.	Contrato em vigor até outubro de 2006.
Vigilância	Contrato novo em andamento.	Serviços em licitação, para nova contratação.
Despachante Aduaneiro	Sem empresa contratada e serviços paralisados.	Contrato renovado, porém com licitação em andamento.
Fornecimento de Água Mineral	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Contrato renovado, porém com licitação em andamento.
Copeiragem	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Contrato revitalizado por nova licitação.
Coleta de Lixo	Contrato novo em andamento em 2/1/2006.	Serviços em andamento, deixando a desejar.
Transporte de Servidores, Documentos e Cargas	Repactuado de março de 2002 até março de 2004, com serviços em andamento (nova licitação solicitada).	Em andamento, Processo Nº 4139/2004, para promover licitação, com vista a contratar serviço enquadrado às exigências e formalidades da Auditoria Interna (ainda não licitado até a presente data).

Continuação Quadro 4

Desinsetização e Desratização	Empresa contratada prestando serviços normalmente, sendo solicitada a inclusão de serviços de descupinização (nova licitação em andamento).	Elaborado projeto básico que incluirá serviços, com maior abrangência e regularização, com a inclusão do prédio da Praça da Bandeira.
Guarda de Documentos	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Renovação de contrato, com ampliação das quantidades (migração da documentação da TNC, sendo efetuada pela Recall). Contrato foi renovado normalmente (Pedido de repactuação ainda não concluído, prejudicando o pagamento do dissídio dos empregados da equipe residente no INPI).
Ascensoristas	Renovação do contrato efetuada. Empresa contratada prestando serviços (aguardando a Repactuação do ano de 2004).	Em fase de licitação para continuidade dos serviços (sem conclusão).
Manutenção dos Equipamentos do Parque Gráfico	Contrato encerrado, sem manutenção até a presente data.	Serviços em andamento, Processo N° 0545/2005.
Serviço Braçal	Contrato novo em andamento.	

Quadro 5 – Gastos Registrados até 30/12/2005

Serviço	Total
Reprografia	R\$ 556.129,27
Limpeza	R\$ 722.842,40
Brigada de Incêndio	R\$ 228.600,00
Malote	R\$ 251.638,08
Franquia	R\$ 30.240,00
Vigilância	R\$ 1.712.399,34
Despachante Aduaneiro	R\$ 18.361,57
Fornecimento de Água Mineral	R\$ 34.570,80
Copeiragem	R\$ 173.139,24
Coleta de lixo	R\$ 8.048,64
Transporte dos Servidores Documentos e Cargas	R\$ 532.954,39
Desinsetização e Desratização	R\$ 8.640,00
Guarda de Documentos	R\$ 545.044,92
Ascensoristas	R\$ 124.400,04

Continuação Quadro 5

Manutenção dos Equipamentos do Parque Gráfico	R\$ 8.155,55
Serviço Braçal	R\$ 108.125,24
Total Realizado	R\$ 4.834.689,48

Para que o SERAP possa, no futuro, desempenhar melhor suas funções, é necessário reorganizar seu espaço físico, realizar treinamentos específicos para o quadro funcional e aumentar a mão-de-obra especializada no setor.

2.1.1 Seção de Arquivo-Geral – SEARGE

A SEARGE iniciou procedimento com vista a evitar a guarda de documentos duplicados ou desnecessários, como exemplares do Diário Oficial da União e da Revista da Propriedade Industrial. Essa identificação, realizada por comissões específicas, vai representar uma economia considerável, pois reduzirá o número de caixas encaminhadas para arquivamento na empresa Recall.

Além disso, está em andamento, na SEARGE, o estudo para estabelecer e informar a periodicidade legal de arquivamento de documentação, o que também reduzirá o volume de caixas sob a guarda da Recall.

2.1.2 Seção de Engenharia – SENGE

No exercício de 2005, o orçamento de R\$ 4.330.460,00 foi destinado à ação Reforma do Edifício-Sede do INPI, cabendo à Seção de Engenharia elaborar os projetos básicos, visando à resolução dos principais problemas no prédio.

A execução física de 0,42% corresponde à obra emergencial de fornecimento e montagem do andaime para-lixo, no valor de R\$ 228.540,00, ficando o resultado muito abaixo do esperado em relação à meta física anual. Devido a entraves burocráticos, os demais projetos não foram licitados.

Os seguintes processos ficaram pendentes de contratação em 2005:

- N° 1311/2005: ar condicionado central da Divisão Regional de São Paulo (valor estimado em R\$ 370.000,00);
- N° 2268/2004: ampliação da central telefônica (valor estimado em R\$ 370.000,00);
- N° 1080/2005: perícia técnica das fachadas (valor estimado em R\$ 350.000,00);

- Nº 0729/2005: reforma dos banheiros, copas e salas de limpeza (valor estimado em R\$ 2.350.000,00);
- Nº 1217/2005: reforma da escada de incêndio externa (valor estimado em R\$ 450.000,00).

Os projetos de adequação dos andares e construção do auditório/centro de convenções ainda aguardam decisão da Administração.

Com referência aos Contratos de Manutenção e Serviços Continuados, identifica-se a seguinte situação:

- os contratos da LIGHT Serviços de Eletricidade S.A., da EMBRATEL VipLine e os serviços continuados da TELEMAR e da EMBRATEL, cujos valores serão consolidados em janeiro de 2006, foram pagos por estimativa;
- as faturas da Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE, da Forte, da EBEC, da Excel, da Philips e da Vivo entraram em restos a pagar; e
- o total projetado no ano encontra-se superior em 22,2 % em relação ao real, por ter sido prevista uma ampliação no contrato de manutenção predial, que não ocorreu.

A ação “Reforma do Edifício-Sede” apresentou uma execução física de 0,42% de uma previsão de Execução Anual de 8%. Esse resultado se deveu à complexidade da obra e à necessidade de transferir algumas unidades do INPI para outras instalações. Conseqüentemente, durante o ano, foi necessário realizar estudos e intervenções que garantissem tanto a qualidade quanto a segurança da obra.

A Tabela 59 apresenta os Contratos de Obra, Manutenção e Serviço Continuado.

Tabela 59 - Contratos de Obra, Manutenção e Serviço Continuo

R\$ 1.000

Reforma do Edifício-Sede do INPI Execução Financeira 1		Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acumulado no ano
1. Reforma dos Banheiros	projetado	260,00	260,00	260,00	260,00	260,00	1300,00
Valor Estimado: R\$ 2.350,00	realizado	-	-	-	-	-	-
2. Impermeabilização do Terraço	projetado	-	120,00	120,00	120,00	-	360,00
Valor Estimado: R\$ 360,00	realizado	-	-	-	-	-	-
3. Reforma da Escada de Incêndio Externa	projetado	90,00	90,00	90,00	90,00	90,00	450,00
Valor Estimado: 450,00	realizado	-	-	-	-	-	-
4. Ar Condicionado Central da Divisão Regional de São Paulo	projetado	-	100,00	100,00	150,00	-	350,00
Valor Estimado: R\$ 350,00	realizado	-	-	-	-	-	-
5. Ampliação da Central Telefônica	projetado	-	-	-	370,00	-	370,00
Valor Estimado R\$ 370,00	realizado	-	-	-	-	-	-
6. Perícia Técnica das Fachadas	projetado	100,00	100,00	150,00	-	-	350,00
Valor Estimado: R\$ 350,00	realizado	-	-	-	-	-	-
7. Adequação dos Andares (além 6 andares)	projetado	-	67,50	67,50	67,50	67,50	270,00
Valor Estimado: R\$ 270,00	realizado	-	-	-	-	-	-
8. Construção do Auditório/Centro de Convenções	projetado	-	232,00	232,00	232,00	184,46	880,46
Valor Estimado: R\$ 880,46	realizado	-	-	-	-	-	-
Valor Estimado	projetado	480,00	968,50	1.019,50	1.289,50	601,96	4.330,46
4.330,46	realizado	-	-	-	-	-	-

Fonte: SENGGE

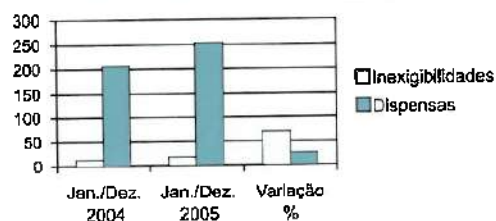
2.2 Serviço de Material, Patrimônio, Protocolo e Arquivo – SERMAP

Ao SERMAP cabe planejar, dirigir, supervisionar e promover a execução das atividades que envolvam a gestão de material, patrimônio, documentação, inscrição de fornecedores, elaboração de editais de licitação, contratos e termos aditivos e publicação, divulgação e acompanhamento de matérias administrativas de interesse do INPI.

De acordo com as normas pertinentes ao SICAF, procederam-se às seguintes ações (Gráfico 5):

- 253 dispensas de licitação, 49 dispensas a mais em relação ao ano anterior;
- 17 inexigibilidades, 7 inexigibilidades a mais em relação ao ano anterior;

Gráfico 5 – Inexigibilidades / Dispensas de Licitações



- 23 publicações encaminhadas por ofícios endereçados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por ser impossível divulgar pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG;
- Convênio do INPI com a Fundação para Infância e Adolescência – FIA;
- 150 publicações, incluindo Avisos de Licitação e Eventos de Licitação, no Sistema SIASG, por intermédio do Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras – SIDEC;
- 18 publicações de contratos de prestação de serviços.
 - Contrato n.º 01/2005 – INPI e CATEDRAL CORRETORA;
 - Contrato n.º 02/2005 – INPI e IBROWSE;
 - Contrato n.º 04/2005 – INPI e THE DIALOG CORPORATION;
 - Contrato n.º 08/2005 – INPI e PROMOTIONAL;
 - Contrato n.º 09/2005 – INPI e OCEANIC;
 - Contrato n.º 11/2005 – INPI e MARIADAGRAÇA;
 - Contrato n.º 16/2005 – INPI e SERPRO;
 - Contrato n.º 17/2005 – INPI e TARTIAS;
 - Contrato n.º 18/2005 – INPI e NDJ;
 - Contrato n.º 20/2005 – INPI e UNIBANCO;
 - Contrato n.º 21/2005 – INPI e ASTUTO;
 - Contrato n.º 22/2005 – INPI e EPO;
 - Contrato n.º 23/2005 – INPI e LOCANTY;
 - Contrato n.º 25/2005 – INPI e ENGVAL;
 - Contrato n.º 27/2005 – INPI e EXCELSIOR;
 - Contrato n.º 28/2005 – INPI e BANDEIRANTE;
 - Contrato n.º 30/2005 – INPI e ALIANÇA;
 - Contrato n.º 35/2005 – INPI e IBM.
- 29 publicações de Termos Aditivos aos Contratos de Prestação de Serviços:
 - Termo Aditivo n.º 03/2005 – Contrato INPI e AMBIENTE;
 - Termo Aditivo n.º 03/2005 – Contrato INPI e EXCE;
 - Termo Aditivo n.º 03/2005 – Contrato INPI e GRAUPERA;
 - Termo Aditivo n.º 04/2005 – Contrato INPI e GRAUPERA;
 - Termo Aditivo n.º 04/2005 – Contrato INPI e LOCANTY;
 - Termo Aditivo n.º 03/2005 – Contrato INPI e MI MONTREAL;
 - Termo Aditivo n.º 05/2005 – Contrato INPI e ELFE SOLUÇÃO;
 - Termo Aditivo n.º 02/2004 – Contrato INPI e FUNDAÇÃO MUDES;
 - Termo Aditivo n.º 03/2005 – Contrato INPI e APPASERVICE;
 - Termo Aditivo n.º 07/2005 – Contrato INPI e ALIANÇA;

- Termo Aditivo n.º 01/2005 – Contrato INPI e AMÉRICA SEGURANÇA;
 - Termo Aditivo n.º 02/2005 – Contrato INPI e EXCELLENCE;
 - Termo Aditivo n.º 01/2005 – Contrato INPI e EMBRATEL;
 - Termo Aditivo n.º 01/2005 – Contrato INPI e CAPITAL SERVIÇOS;
 - Termo Aditivo n.º 02/2005 – Contrato INPI e RECALL;
 - Termo Aditivo n.º 04/2005 – Contrato INPI e ENSEG;
 - Termo Aditivo n.º 02/2005 – Contrato INPI e FORTE;
 - Termo Aditivo n.º 01/2005 – Contrato INPI e FATTA;
 - Termo Aditivo n.º 03/2005 – Contrato INPI e EBEC;
 - Termo Aditivo n.º 01/2005 – Contrato INPI e EMBRATEL;
 - Termo Aditivo n.º 03/2005 – Contrato INPI e PHILIPS;
 - Termo Aditivo n.º 03/2005 – Contrato INPI e TERCEI;
 - Termo Aditivo n.º 03/2005 – Contrato INPI e UNIMED TOCANTINS;
 - Termo Aditivo n.º 01/2005 – Contrato INPI e RAL FÊNIX;
 - Termo Aditivo n.º 02/2005 – Contrato INPI e RELACIONAL;
 - Termo Aditivo n.º 02/2005 – Contrato INPI e NOVARIO;
 - Termo Aditivo n.º 02/2005 – Contrato INPI e HOPE;
 - Termo Aditivo n.º 04/2005 – Contrato INPI e EXCELLENCE;
 - Termo Aditivo n.º 02/2005 – Contrato INPI e CTZ.
- 1.100 acessos, em média, ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF.

O Gráfico 6 apresenta o quantitativo das publicações em 2005.



2.2.1 Seção de Compras – SECOMP

Distribuíram-se, em média, noventa editais e consultaram-se os dados de cerca de quinhentas empresas, com o objetivo de obter preços estimados para as aquisições e contratações necessárias.

2.2.2 Seção de Patrimônio – SEPAT

Adotaram-se providências com vista a restabelecer não só as condições mínimas indispensáveis ao trabalho do setor, mas também o encaminhamento adotado em diversos assuntos correlatos ao Patrimônio, eliminando-se a situação precária identificada com referência a controles interno e externo, informações pertinentes a imóveis e outras atribuições regimentais.

2.2.2.1 Ações e Providências Gerais

Dentre as ações e providências da SEPAT, destacam-se as de ordem geral:

- requisição de senhas de acesso para o módulo de solicitação de material do Almoxarifado no SINPI, pois não existiam servidores e/ou terceirizados autorizados a efetuar pedidos de material naquele setor;
- solicitação de senhas de acesso ao Sistema de Patrimônio para servidores e terceirizados;
- solicitação à CGMI para instalar uma impressora de código de barras destinada à impressão de etiquetas de identificação de bens do setor;
- atendimento à Coordenação-Geral de Outros Registros – CGREG quanto à solicitação de compra de mobiliário, com remanejamento do que se encontrava no depósito;
- encaminhamento à Procuradoria de processo de baixa de gravame hipotecário, para liberação (Processo nº 1346/2005 e Processo nº 1379/2005);
- elaboração de previsão orçamentária para 2006, incluindo a compra de cinco veículos para serem utilizados como transporte de servidores e cargas;
- solicitação a todas as áreas do INPI, com vista a informar a pretensão de aquisição de mobiliários e equipamentos, para elaborar especificações padronizadas e projetar realidade para atendimento da Sede no próximo ano;
- incremento da equipe da SEPAT, com dois novos servidores para atuarem no setor;

- liberação da sala 405, no edifício da Praça da Bandeira, com vista ao atendimento das necessidades do SERAP;
- liberação da sala 401, no edifício da Praça da Bandeira, com vista ao atendimento das necessidades da SEARGE.

2.2.2.2 Ações e Providências Relevantes

Dentre as ações e providências relevantes, encontram-se as seguintes:

- liberação de doação (Processo nº 1749/2003);
- solicitação de baixa de débitos, correspondente a cobranças indevidas de Taxas de Incêndio de 164 unidades do imóvel da Praça da Bandeira, nos exercícios de 1998 até 2003, que constavam como não-pagas nos boletos de cobrança do exercício 2004 (Processo nº 02028/2005);
- solicitação de cancelamento de cobrança em duplicidade de IPTU (Processo nº 1712/2005);
- solicitação de informação à Procuradoria quanto à viabilidade de isenção, por parte do INPI, no que se refere ao pagamento de Taxas de Incêndio (Processo nº 1727/2005);
- levantamento com vista à retificação de Projeto Básico destinado à contratação de reforma de sofás e cadeiras da Sede (Processo nº 3058/2003);
- levantamento com vista à retificação de Projeto Básico destinado à contratação de reparo e/ou manutenção de relógios-datadores da Instituição (Processo nº 0836/2004);
- alterações, solicitadas pela Auditoria Interna, no Projeto Básico destinado à contratação de serviços de Transporte de Cargas (Processo nº 3791/2004);
- atendimento de solicitação superior quanto ao procedimento de doação de equipamentos de informática, que se encontravam ociosos, ao Ministério da Defesa (Processo nº 01777/2005);
- viabilização, no Superior Tribunal Militar, para utilizar a área destinada ao depósito da SEPAT, no edifício da Praça da Bandeira, em local de fácil acesso, com possibilidade de movimentação de bens sem necessidade de elevadores do prédio;
- encaminhamento à Administração superior de situação relativa à prestação de serviços de telefonia móvel celular, de forma inadequada, sem a existência de contrato oriundo de licitação;

- levantamento de todos os aparelhos de telefonia celular móvel para identificação na SEPAT;
- elaboração de cronograma para aprovação superior, visando ao levantamento patrimonial do exercício de 2005, por parte de comissões designadas;
- elaboração de cronograma para aprovação superior, visando a identificar a situação dos imóveis de propriedade e/ou em utilização pelo INPI.

2.2.3 Seção de Almoxarifado – ALMOX

Cabe à ALMOX promover o levantamento do material necessário a todos os setores do INPI e, em função disso, exercer as atribuições indispensáveis ao atendimento, à utilização e ao controle de diversos itens.

Com base na Tabela 60, podemos observar que o início do exercício de 2005 apresenta uma pequena superioridade em relação ao fim do ano. Isso ocorreu em virtude de as aquisições de materiais de consumo terem sido baixas, comparando-se com a necessidade de atendimento à demanda interna.

Confrontado com o exercício de 2004, obtivemos algumas desvantagens numéricas:

- Saldo anterior (estoque inicial) – R\$ 686.319,40;
- Entradas através de aquisições – R\$ 308.480,32;
- Saídas por meio de atendimentos – R\$ 636.405,07;
- Saldo atual (estoque final) – R\$ 358.394,65.

Um dado relevante a ser comentado é o fato de as aquisições terem estado sempre abaixo das necessidades de atendimento.

Tabela 60 – Movimentação do Almoarifado

Especificação das Contas	Saldo Anterior	Entradas (Aquisições)	Saídas (Atendimentos)	Saldo Atual (Estoque)
Gêneros de alimentação – 113180107	R\$ 2.880,90	R\$ 31.401,81	R\$ 23.076,30	R\$ 11.206,41
Material Farmacológico – 113180109	-	R\$ 10.480,76	R\$ 10.480,76	-
Material Odontológico – 113180110	R\$ 101,30	R\$ 2.113,50	R\$ 2.214,80	-
Material de Expediente – 113180116	R\$ 61.489,29	R\$ 167.824,10	R\$ 196.182,84	R\$ 133.130,55
Material de Processamento de Dados – 113180117	R\$ 156.448,77	R\$ 299.876,96	R\$ 292.527,56	R\$ 163.798,17
Material de Acondicionamento e Embalagem – 113180119	R\$ 9.068,08	R\$ 5.625,00	R\$ 5.583,72	R\$ 9.109,36
Material de Limpeza e Produtos de Higienização – 113180122	R\$ 166,34	-	R\$ 0,10	R\$ 166,24
Uniformes, Tecidos e Aviamentos – 113180123	-	R\$ 3.500,00	R\$ 1.183,00	R\$ 2.317,00
Material Elétrico – 113180126	-	R\$ 51.119,86	R\$ 51.119,86	-
Material de Proteção e Segurança – 113180128	R\$ 2.006,30	-	R\$ 1.688,30	R\$ 318,00
Material para Comunicações – 113180130	R\$ 546,00	-	-	R\$ 546,00
Material Hospitalar – 113180136	R\$ 374,00	R\$ 1.139,18	R\$ 1.139,18	R\$ 374,00
Material para Manutenção de Veículos – 113180139	-	R\$ 1.240,16	R\$ 1.240,16	-
Material para Utilização em Gráfica – 113180141	R\$ 25.116,57	R\$ 16.491,00	R\$ 26.746,66	R\$ 14.860,91
Ferramentas – 113180142	R\$ 197,10	-	-	R\$ 197,10
Bandeiras, Flâmulas e insígnias – 113180150	-	R\$ 5.500,00	-	R\$ 5.500,00
Totais	R\$ 358.394,65	R\$ 596.312,33	R\$ 613.183,24	R\$ 341.523,74

2.3 Serviço Financeiro – SERFIN

2.3.1 Superávit Financeiro

O Superávit Financeiro, no final do ano de 2005, apresentou o montante acumulado de recursos da ordem de R\$ 112,2 milhões, que foram investidos em aplicação financeira à conta do Tesouro Nacional, desdobrados em R\$ 30,6 milhões do ano de 2005 e R\$ 81,6 milhões de exercícios anteriores.

2.3.2 Restituição de Taxas

No decorrer de 2005, foram liberados 779 processos com pedidos de devolução, no valor total de R\$ 197.336,61. Tais processos faziam parte de um acervo aproximado de 3.000 documentos, cujo pagamento havia sido suspenso desde o ano de 2003.

2.3.3 Decomposição das Finalidades Financeiras

A Tabela 61 apresenta a Decomposição Financeira com posição em 31/12/2005.

Tabela 61 – Decomposição Financeira – Ano de 2005		
	Em R\$	1,00
Posição em 31 de dezembro de 2005		%
Demonstrativo da Receita Realizada	125.887.911,64	100,0
Receita Patrimonial	14.880.479,75	11,8
Receita de Serviços	110.541.710,63	87,8
Outras Receitas	45.320,67	0,0
Amortização e Financiamento	420.400,59	0,3
Demonstrativo da Despesa Realizada	87.487.386,19	100,0
Folha de Pessoal	47.866.625,19	54,7
Diárias	663.556,04	0,8
Passagens	1.239.524,28	1,4
Outros Custeios	36.422.840,28	41,6
Equipamento, Material Permanente	1.294.840,40	1,48
Superávit Financeiro (acumulado)	112.210.161,71	100,0
Superávit de Exercícios Anteriores	81.652.484,77	72,8
Superávit do Exercício (2005)	30.557.676,94	27,2
Restos a Pagar Cancelados 2004	2.172.775,00	
Limite de Restos a Pagar - Recebido	519.304,12	
Repasses Concedidos	(10.534.927,63)	
Previsão da Receita Orçamentária	115.852.460,00	100,0
Receita Arrecadada	115.352.984,01	99,6
Receita a Arrecadar	499.475,99	0,4
Média Mensal Arrecadada	9.612.748,67	
Fixação da Despesa Orçamentária	115.852.460,00	100,0
Despesa Realizada	87.487.386,19	75,5
Despesa a Realizar	28.365.073,81	24,5
Média Mensal Realizada	7.290.615,52	
Superávit Orçamentário	27.865.597,82	
Disponibilidade de Caixa (Bancos)	116.891.518,82	

Fonte: SERFIN.

3 COORDENAÇÃO-GERAL DE MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA – CGMI

Em face da necessidade de dinamização das atividades do INPI e da magnitude das carências detectadas em sua infra-estrutura de Tecnologia da Informação – TI, foi definida uma estratégia de *outsourcing* dessas atividades como alternativa mais adequada à obtenção de resultados, em curto, médio e longo prazos, para ampliar o suporte à indispensável modernização.

Após negociações bem-sucedidas, o Instituto assinou contrato com o SERPRO, empresa pública de notória competência na prestação de serviços a diversos órgãos do Governo Federal em todas as áreas de TI, com vista não só à integração de serviços de desenvolvimento, manutenção e operação de sistemas, mas também ao provimento de infra-estrutura de *hardware*, *software* e rede.

Além da gestão do contrato assinado no final de maio com o SERPRO, envolvendo múltiplos objetos, coube à CGMI, ao longo de 2005, elaborar os projetos básicos para contratação de serviços e aquisição de bens de informática e gerir os contratos de manutenção dos sistemas em operação no INPI, de manutenção e expansão da infra-estrutura de *hardware* e *software*, de serviços de redes de longa distância e locais (WAN, LAN), acesso à Internet e de assistência técnica aos usuários da Sede, Divisões e Representações do INPI, durante a fase de transição, até que o SERPRO assumisse a execução e a gestão das atividades contratadas.

As atividades de manutenção corretiva e evolutiva, referentes aos sistemas em operação (Quadro 6), consistiram em assegurar níveis de serviços adequados às demandas dos diversos setores. Cabe destacar, dentre as atividades evolutivas de maior monta, a implantação do Sistema de Protocolo Eletrônico nas Divisões Regionais do INPI, desenvolvido com recursos próprios da CGMI e das áreas técnicas e operacionais respectivas, e a elaboração do manual correspondente, contendo normas e rotinas de procedimentos.

A partir de setembro de 2005, coube ao SERPRO a manutenção de 52 módulos de sistemas. A ação teve, como objetivo, executar a manutenção corretiva e evolutiva nas aplicações que compõem o SINPI e realizar as adaptações necessárias, em função das alterações na legislação que rege a Propriedade Intelectual, abrangendo tanto a Propriedade Industrial como o direito de autor.

Efetuaram-se, ainda, alterações substantivas em diversas aplicações, visando à otimização nos procedimentos, à melhoria da *performance* e do atendimento às necessidades específicas de cada órgão e às freqüentes solicitações de relatórios gerenciais e estatísticos.

O atendimento da equipe responsável pelos sistemas ocorre em nível de Diretoria, conforme os módulos relacionados no Quadro 6.

Quadro 6 – Sistemas em Operação

ÓRGÃO	SISTEMAS
DIRMA	SEFORM ¹
	Marcas (MRC) ²
	Entrada de Marcas
	Externo (Consulta Marcas – Usuário Externo)
	Corrige Petição de Marcas
	Consulta de Processos Não-Digitados (Milhar)
	Módulo de Geração de Revista de Marcas
DIRPA	Módulo de Carga de Figuras de Marcas
	Patentes
	Módulo Administrativo
	Externo de Patentes – Módulo de Busca
	Módulo de Cartas de Patentes
	Módulo de Análise de Patentes
	Módulo de Geração de Revista de Patentes
	Módulo de Resumo – Digitação de Resumo de Pedidos
	Módulo de Digitalização de Pedidos
	Módulo de Relatórios para Conferência
	Módulo de Digitação de Pedidos de Patentes
DIRTEC	Módulo de Geração da Revista de Patentes
	Módulo de Digitação da Arrecadação de Patentes
	Visualização de Documentos e Digitalizados (MVDA, MVD-B, MVDD)
	Contratos de Transferência de Tecnologia (SISCON) ⁴
	Registro de Programas Computador
DART/CEDIN	Módulo de Geração da Revista de Patentes (SISCON)
	Módulo de Geração da Revista de Patentes (Programas)
	Busca Isolada (BI)
	Análise de Documentos (AD)
	Programa de Fornecimento Automático de Informação Tecnológica (PROFINT)
	PROFINT Externo

Continuação Quadro 6.

ÓRGÃO	SISTEMAS
PROCURADORIA	Dívida Ativa (Inscrição)
	Procuradoria (Consultoria e Contencioso)
	Arrecadação + Conciliação (Arrecada)
DAS/COFIN	Consulta de Arrecadação
	Físico Financeiro
	Controle de Documentos
DAS/COAD	Controle de Contratos Administrativos
	Patrimônio + Guia de Movimentação Interna (GMI)
	Almoxarifado
DART/CEDIN	Requisições de Material
	Menu
CGMI	Corporativo
	Segurança SINPI
	Navegador
	Atualização de Sistemas (ATS)
	Atualização do BD Internet (Marcas/Patentes)
	Atualização do site do INPI
	Editoração
	RPIs Marcas
	RPIs Patentes + Programas de Computador + SISCON

1) Seção de Exame Formal Preliminar.

2) Banco de Dados de Marcas.

3) Sistema de Contratos.

Semanalmente, são geradas as RPIs referentes a Marcas, Patentes, Programa de Computador, Desenho Industrial e Indicações Geográficas. Esse processo engloba a editoração das revistas e a geração de arquivos PDF, que são enviados ao SERPRO para publicação na *Web* para *download*.

No tocante ao provimento de infra-estrutura, a partir da aquisição de 580 microcomputadores, respectivo *software* e 80 impressoras *laser*, deu-se início ao maior esforço de atualização tecnológica dos últimos anos, envolvendo a substituição de equipamentos obsoletos e a expansão do número de estações de trabalho, agora 952, o que demandou expressivo esforço dos reduzidos quadros técnicos da CGMI e significativo incremento de recursos tecnológicos, principalmente para as áreas finalísticas da Autarquia, em permanente busca por ganhos de produtividade. Dessa forma, além de ter ampliado o total de estações de trabalho na Sede, a CGMI procedeu à instalação de novos microcomputadores nas Divisões Regionais.

Embora a rede de comunicações do INPI tenha suportado os incrementos de demanda, resultantes do aumento no número de estações de trabalho e, conseqüentemente, no tráfego de dados, o SERPRO realizou um amplo diagnóstico dos recursos existentes, incluindo os aspectos lógicos e físicos do *backbone*, que servirá de base para o planejamento da modernização e ampliação necessárias das redes WAN e LAN a partir de 2006.

Dentre as ações desenvolvidas pela CGMI, destacam-se:

- as atividades que decorrem do novo contrato com o SERPRO:
 - implantação e produção da RPI eletrônica;
 - implantação e customização do Sistema de Ouvidoria;
 - conclusão do mapeamento dos fluxos de atividades da DIRMA, com a introdução de otimizações de procedimentos passíveis de implantação imediata;
 - início do mapeamento dos fluxos de atividades da DIRPA;
 - início de absorção dos sistemas legados, mediante intensificação do esforço de documentação complementar indispensável;
 - início do desenvolvimento de novo Portal para o INPI.

- as atividades que decorrem da operação e da manutenção do Centro de Dados do INPI:
 - instalação e configuração de novos servidores;
 - administração de políticas de segurança de acesso a sítios da Web;
 - administração dos servidores corporativos, Web, Banco de Dados Web, E-mail, Firewall e de Arquivos;
 - manutenção de filtro de E-mail para controle de vírus na rede;
 - instalação e administração de Swithes e Roteadores na Sede e em Delegacias e Representações;
 - manutenção dos computadores nas Delegacias e Representações;
 - administração dos Servidores 2000 Server, Linux, Unix em geral e administração e configuração dos servidores de DHCP, WINS, DNS, SMTP, POP3, FTP, http;
 - baixa e carga dos arquivos do Banco do Brasil no sistema de arrecadação;
 - alteração de versões de sistemas corporativos;
 - administração das tabelas corporativas;
 - suporte ao HelpDesk na resolução de problemas;

- administração do *Webmail* do INPI;
- manutenção na rede ligada diretamente com o Escritório Europeu de Patentes (EPO)

Os Gráficos 7 e 8 demonstram, respectivamente, o atendimento do *HelpDesk* e a utilização dos servidores *Web* em 2005. Constatase que o aumento dos atendimentos na DIRMA, a partir de fevereiro, foi ocasionado pela instalação e pela configuração dos novos computadores e impressoras. O mesmo fato ocorreu na DIRPA e na DAS a partir de maio. É importante atentar, ainda, para o período de férias, início e meio de ano, em que os atendimentos geralmente diminuem.

Gráfico 7 – Atendimento do HelpDesk no Ano de 2005

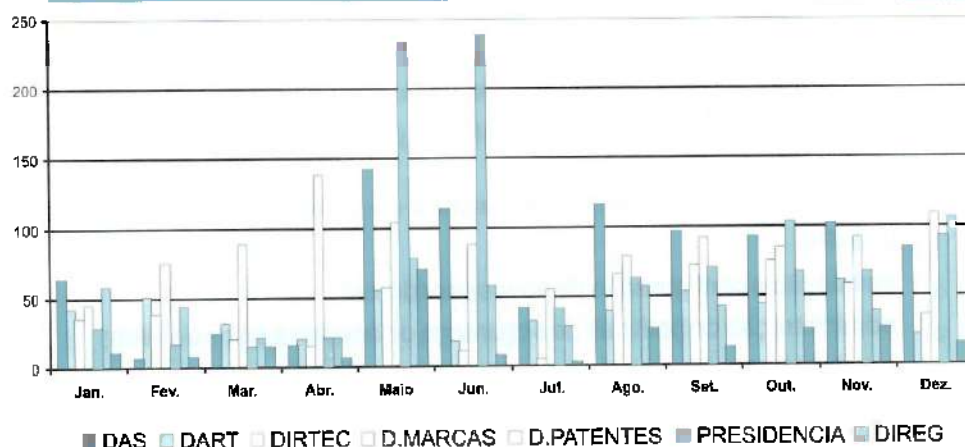
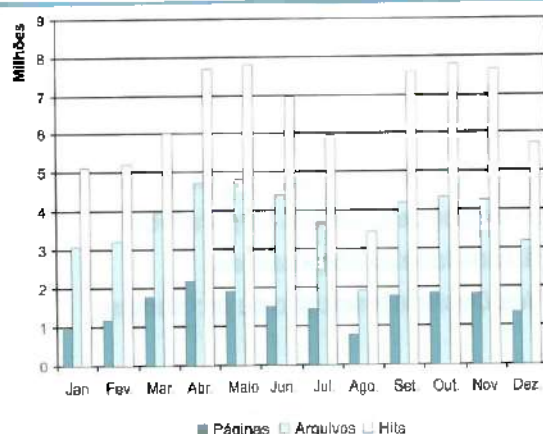


Gráfico 8 – Utilização dos Servidores WEB no Ano de 2005





Considerações Finais

O Relatório de Gestão não é de competência exclusiva da CGPO. Contamos com uma rede de colaboradores em diversos setores do INPI, cuja experiência e visão gerencial permitem viabilizar a elaboração e a divulgação do documento.

Agradecemos as críticas, as sugestões e os elogios recebidos, visando a adequar e aperfeiçoar este Relatório de Gestão, de forma a auxiliar gestores e servidores a adquirir, interpretar e processar informações sobre o desempenho institucional e a estabelecer contatos úteis com outras áreas.

**CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO:
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Coordenadora-GeralNasareth Sandra Dias Jorge
Coordenação e Formatação.....Laura Fontinelle Bibas
TécnicosEduardo Nery Amorim
Jacqueline Moura de Castro
Júlio Grevy Montenegro Osório
Lígia Maria Ferreira
Marcelo Gomes de Noronha
Maria da Conceição Diniz Trindade
Sebastião Hugo Andrade Pereira
Sergio Caiazza
Revisão e CopidesqueVania Maria Rizzo Amambahy Santos

Lista de Siglas



- 01) ABC – Agência Brasileira de Cooperação
- 02) ABIFINA – Associação Brasileira de Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
- 03) AD – Análise de Documentos
- 04) ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- 05) ALMOX – Seção de Almoxarifado
- 06) ANPEI – Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras
- 07) ANS – Agência Nacional de Saúde
- 08) APLs – Arranjos Produtivos Locais
- 09) ATS – Atualização de Sistemas
- 10) BD – Banco de Dados
- 11) BI – Busca Isolada
- 12) BINPI – Boletim do INPI
- 13) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- 14) CA – Certificado de Adição
- 15) CADMAR – Coordenação Administrativa de Marcas
- 16) CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 17) CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais
- 18) CEDAE – Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
- 19) CGA – Coordenação-Geral de Administração
- 20) CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
- 21) CGMAR I – Coordenação-Geral de Marca I
- 22) CGMAR II – Coordenação-Geral de Marca II
- 23) CGMI – Coordenação-Geral de Modernização e Informática
- 24) CGPAT I – Coordenação-Geral de Patentes I
- 25) CGPAT II – Coordenação-Geral de Patentes II
- 26) CGPO – Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento
- 27) CGREG – Coordenação-Geral de Outros Registros
- 28) CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
- 29) CGTEC – Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia
- 30) CGU – Controladoria-Geral da União
- 31) CIGT – Centro Integrado de Gestão da Tecnologia
- 32) CNI – Confederação Nacional da Indústria
- 33) CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- 34) CODING – Coordenação de Desenho Industrial e Indicação Geográfica
- 35) COLCIENCIAS – Instituto Colombiano para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia Francisco José de Caldas
- 36) COPATEC – Coordenação de Exploração de Patente, Fornecimento de Tecnologia e Serviço de Assistência Técnica
- 37) COPRA – Coordenação de Processamento de Prorrogação e Anotação

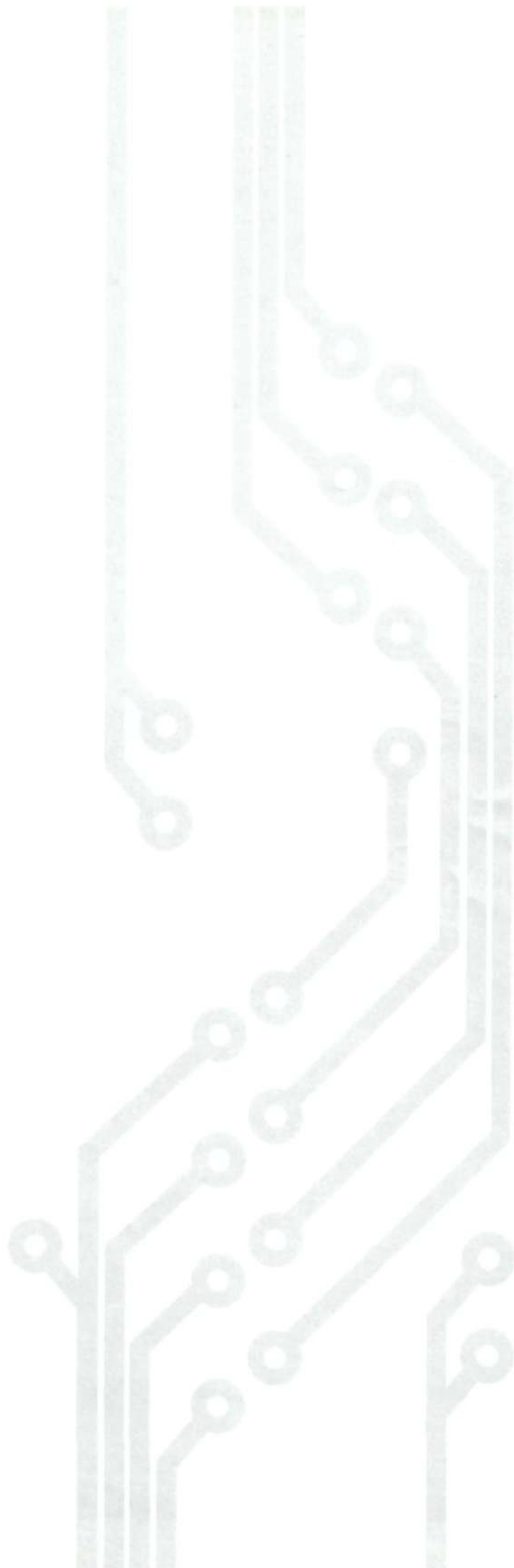
- 38) COTREMA – Coordenação Técnica de Recursos e Processos Administrativos de Nulidade
- 39) CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- 40) C&T – Ciência e Tecnologia
- 41) DART – Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica
- 42) DAS – Diretoria de Administração e Serviços
- 43) DIBIOTEC – Divisão de Patentes de Biotecnologia
- 44) DICONS – Divisão de Consultoria
- 45) DIMAR VI – Divisão de Marcas VI
- 46) DIREPRO – Divisão de Registro de Programa de Computador
- 47) DIRMA – Diretoria de Marcas
- 48) DIRPA – Diretoria de Patentes
- 49) DIRTEC – Diretoria de Contratos de Tecnologia e Outros Registros
- 50) DPMA – *Deutsches Patent-und-Markenamt* (Escritório Alemão de Patentes e Marcas)
- 51) EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- 52) EPO – Escritório Europeu de Patentes
- 53) EPOQUE – *European Patent Office Query* (Base de Dados do Escritório Europeu de Patentes – EPO)
- 54) FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
- 55) FAPs – Fundações de Amparo à Pesquisa
- 56) FGV-RJ – Fundação Getúlio Vargas
- 57) FIA – Fundação para a Infância e Adolescência
- 58) FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- 59) FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- 60) FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
- 61) GEAP – Fundação de Seguridade Social
- 62) GIPI – Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual
- 63) GMI – Guia de Movimentação Interna
- 64) ICTs – Instituições de Ciência e Tecnologia
- 65) IEL – Instituto Euvaldo Lodi
- 66) IEL/BA – Instituto Euvaldo Lodi da Bahia
- 67) IEL/MG – Instituto Euvaldo Lodi de Minas Gerais
- 68) INAO – *Institut National des Appellations d'Origine*
- 69) INDECOPI – *Instituto de Defensa de la Competencia y da la Protección de la Propiedad Intelectual*
- 70) INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
- 71) INOVA – Agência de Inovação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
- 72) INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
- 73) INPI da Argentina – *Instituto Nacional de la Propiedad Industrial*

- 74) INPI da França – *Institut National de la Propriété Industrielle*
- 75) INPI/PR – Presidência do Instituto Nacional da Propriedade Industrial
- 76) IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- 77) IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
- 78) LNC – Levantamento de Necessidades de Capacitação
- 79) LOA – Lei Orçamentária Anual
- 80) LPI – Lei da Propriedade Industrial
- 81) MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- 82) MBA – *Master of Business Administration*
- 83) MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- 84) MERCOSUL – Mercado Comum do Cone Sul
- 85) MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- 86) MRC – Banco de Dados de Marcas
- 87) MRE – Ministério das Relações Exteriores
- 88) MU – Modelo de Utilidade
- 89) MUCDES – Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social
- 90) NITs – Núcleos de Inovação Tecnológica
- 91) OEPM – Escritório Espanhol de Patentes e Marcas
- 92) OMC – Organização Mundial do Comércio
- 93) OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual
- 94) OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
- 95) OUVID – Ouvidoria
- 96) PAC – Plano Anual de Capacitação
- 97) PAS – Programa de Assistência à Saúde
- 98) PBD – Programa Brasileiro do *Design*
- 99) PCT – *Patent Cooperation Treaty (Tratado de Cooperação de Patentes)*
- 100) P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
- 101) PDF – *Portable Document Format*
- 102) PDG – Programa de Desenvolvimento Gerencial
- 103) PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S. A.
- 104) PI – Propriedade Intelectual
- 105) PI – Privilégio de Invenção
- 106) PPA – Plano Plurianual
- 107) PROC – Procuradoria Federal
- 108) PROCAP – Programa de Captação de Pessoal
- 109) PRODES – Programa de Desenvolvimento de Pessoal
- 110) PROFINT – Programa de Fornecimento Automático de Informação Tecnológica
- 111) PROGES – Programa de Modernização da Gestão de RH
- 112) PROVALOR – Programa de Valorização do Servidor
- 113) PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- 114) RED – Relatório de Execução da Despesa

- 115) REDETEC – Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro
- 116) RH – Recursos Humanos
- 117) RIG – Registro de Indicações Geográficas
- 118) RPI – Revista da Propriedade Industrial
- 119) SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso na Ciência
- 120) SCCT – Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia
- 121) SEANEX – Seção de Anotação e Expedição da Carta Patente
- 122) SEAPET – Seção de Apoio ao Exame Técnico
- 123) SEARGE – Seção de Arquivo-Geral
- 124) SEATOR – Seção de Apoio Técnico de Outros Registros
- 125) SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- 126) SECLOT – Seção de Cadastro de Lotação
- 127) SECOMP – Seção de Compras
- 128) SECPAG – Seção de Controle de Pagamento
- 129) SECPAN – Seção de Controle de Pagamento de Anuidades
- 130) SEDOC – Seção de Documentação de Patentes
- 131) SELEG – Seção de Legislação de Recursos Humanos
- 132) SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- 133) SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- 134) SENGE – Seção de Engenharia
- 135) SEPAT – Seção de Patrimônio
- 136) SERAD – Serviço de Administração de Recursos Humanos
- 137) SERAP – Serviço de Administração Predial, Serviços Gerais e Engenharia
- 138) SERCAD – Serviço de Comunicações Administrativas Auxiliares
- 139) SERCOM – Serviço de Comunicação Social
- 140) SERDHU – Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos
- 141) SERFIN – Serviço Financeiro
- 142) SEFORM – Seção de Exame Formal Preliminar
- 143) SERMAP – Serviço de Material, Patrimônio, Protocolo e Arquivo
- 144) SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
- 145) SESAO – Seção de Saúde Ocupacional
- 146) SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
- 147) SIAPEcad – Sistema de Administração de Pessoal
- 148) SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
- 149) SICAF – Sistema de Cadastramento de Fornecedores
- 150) SIDEC – Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras
- 151) SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
- 152) SINPI – Sistema da Propriedade Industrial
- 153) SISCON – Sistema de Contratos

- 154) SISOSP – Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Civil Federal
- 155) SOF – Secretaria de Orçamento Federal
- 156) SPOA/MDIC – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- 157) SRH/MPOG – Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- 158) STL – Sucesso no Licenciamento Tecnológico
- 159) TI – Tecnologia da Informação
- 160) TRIPS – *Trade Related Aspects of Intellectual Rights Including Trade in Counterfeit Goods* (Acordo sobre Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio)
- 161) UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- 162) UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
- 163) UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 164) UKPO – Escritório Britânico de Patentes e Marcas
- 165) UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
- 166) UNIMED – Aliança Cooperativista Nacional
- 167) UNU-INTECH – Universidade das Nações Unidas
- 168) USPTO – *US Patent and Trademark Office* (Escritório de Marcas e Patentes Americano)

Glossário



- **Agenda para o Desenvolvimento**

Proposta apresentada por um grupo de 14 países, liderado pelo Brasil e pela Argentina, na Assembléia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI, realizada de 27 de setembro a 5 de outubro de 2004, para incluir, nos debates da OMPI, questões de desenvolvimento e acesso ao conhecimento.

- **Backlog**

Seqüência de pedidos que aguardam análise ou demanda não-atendida na regulamentação de processos internos para concessão de pedidos de marcas e patentes.

- **Células-Tronco ou Células-Mãe**

Células imaturas que podem ser embrionárias, capazes de se multiplicar rapidamente, dando origem a todas as variedades de tecidos diferenciados, ou adultas ou maduras, capazes de se multiplicar mais lentamente e com limitação na capacidade de geração de tecidos diferenciados, sendo as mais conhecidas as que se encontram na medula óssea. Hoje as pesquisas com células-tronco adultas e embrionárias, além das questões controversas, do ponto de vista ético e do ponto de vista jurídico-legal, trazem a esperança de novas terapias médicas e vão tomando cada vez mais realidade programas de manipulação genética e de bioengenharia.

- **Contrato de Transferência de Tecnologia**

O Contrato de Transferência de Tecnologia é uma negociação técnico-econômica, cujo objetivo é a transmissão de determinados bens intangíveis protegidos por Propriedade Industrial (Patentes, Desenho Industrial e Marcas) ou por conhecimentos técnicos (*know-how* e prestação de serviços de assistência técnica). O contrato de Franquia também é registrado pelo INPI. Os contratos devem atender a preceitos legais e estão sujeitos à averbação ou registro pelo INPI, para que possam produzir efeitos perante terceiros, legitimar

transferências para o exterior e permitir a dedução das despesas na apuração do lucro real das pessoas jurídicas.

- **Desenho Industrial**

Forma plástica ornamental de um objeto ou conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa, e servir de tipo de fabricação industrial.

- **Indicação Geográfica**

Identificação de um produto ou serviço oriundo de um país ou uma região, que possui uma determinada qualidade, característica ou reputação, devida à sua origem geográfica, que o diferencia dos demais disponíveis no mercado, tornando-o singular.

- **Lei dos Direitos Autorais**

Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais (direitos do autor e direitos conexos) e dá outras providências.

- **Lei da Inovação**

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

- **Lei da Propriedade Industrial – LPI**

Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à Propriedade Industrial.

- **Lei do Software**

Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da Propriedade Intelectual de programa de computador, sua comercialização no País e dá outras providências.

- **Lei Orçamentária Anual – LOA**

Lei de Natureza Especial, em razão do seu objeto e da forma peculiar de tramitação que lhe é definida pela Constituição, por meio da qual são previstas as receitas, autorizadas as despesas públicas, explicitados a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo e definidos os mecanismos de flexibilidade que a Administração fica autorizada a utilizar. A LOA deriva de Projeto de Lei Orçamentária – PLO, formalmente remetido à deliberação do Legislativo pela Chefia do Poder Executivo, apreciado pelo Parlamento segundo a sistemática definida pela Constituição, possuindo estrutura e nível de detalhamento determinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício.

- **Marca**

Segundo a lei brasileira, é todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifica e distingue produtos e serviços de outros análogos, de procedência diversa, e certifica a conformidade com determinadas normas ou especificações técnicas. Para obter o registro de uma marca, é necessário apresentar o pedido ao INPI que o examinará com base nas normas legais estabelecidas pela Lei da Propriedade Industrial e nos atos e resoluções administrativos.

- **“MP do Bem”**

Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências. Por não ter sido votada, perdeu a eficácia em 13 de outubro de 2005, sendo os incentivos fiscais restaurados pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o

Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e 11.128, de 28 de junho de 2005.

- ***Outsourcing***

Ação que corresponde a obter mão-de-obra fora da organização, ou seja, mão-de-obra terceirizada, representando, portanto, em subcontratação de serviços, incluindo recursos humanos e recursos materiais relacionados com a atividade.

- ***Patente***

Título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores, autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente e, durante o prazo de vigência da patente, o titular tem o direito de excluir terceiros, sem prévia autorização, de atos relativos à matéria protegida.

- ***Pipelines***

Dispositivo incorporado pela Lei da Propriedade Industrial – LPI (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996), com o objetivo de proteger as patentes relativas a substâncias, matérias ou produtos obtidos por meios ou processos químicos, substâncias, matérias, misturas ou produtos alimentícios, químico-farmacêuticos e medicamentos de qualquer espécie e respectivos processos de obtenção ou modificação, garantidas em tratado ou convenção em vigor no Brasil. Fica

assegurada a data do primeiro depósito no exterior, desde que seu objeto não tenha sido colocado em qualquer mercado, por iniciativa direta do titular ou por terceiro com seu consentimento, nem tenham sido realizados, por terceiros, no País, sérios e efetivos preparativos para a exploração do objeto do pedido ou da patente.

- **Plano Plurianual – PPA**

Instrumento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal e Estadual, considerando as despesas de capital, e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada.

- **Portal Periódicos da CAPES**

Portal que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 10.377 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet, realizado a partir de qualquer terminal ligado à rede e localizado nas instituições ou por elas autorizado, permitindo que todos os programas de pós-graduação, de pesquisa e de graduação do País ganhem em qualidade, produtividade e competitividade com a utilização dessa fonte que está em permanente desenvolvimento.

- **PROFINT**

Programa de fornecimento automático de informação tecnológica que se materializa pela assinatura de um contrato específico, em que a empresa destaca as áreas tecnológicas de interesse e, a partir daí, todas as folhas de rosto com dados bibliográficos e resumo de documentos de patentes nacionais e internacionais, contidas no banco de patentes do INPI naquelas áreas, são repassadas automaticamente ao cliente.

- **Programa AL-INVEST**

Programa da Comissão Européia de apoio à realização de investimentos, transferências de tecnologia, sociedades mistas e acordos comerciais de longa

duração entre pequenas e médias empresas da União Europeia e da América Latina.

- **Propriedade Industrial**

Nome coletivo para um conjunto de direitos relacionados com as atividades industriais ou comerciais do indivíduo ou da organização, entre os quais figuram, por exemplo, as patentes de invenção, os modelos de utilidade, os modelos e desenhos industriais, as marcas de fábrica, de comércio ou de serviços, nomes e insígnias de estabelecimento, logotipos e denominações de origem e indicações geográficas, visando a assegurar o privilégio de uso e exploração, estimular o desenvolvimento da indústria para o bem comum e garantir contra as intromissões ilícitas de terceiros.

- **Propriedade Intelectual**

Expressão genérica que pretende garantir a inventores ou responsáveis por qualquer produção do intelecto (seja nos domínios industrial, científico, literário e/ou artístico) o direito de auferir, ao menos por um determinado período de tempo, recompensa pela própria criação. Segundo definição da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), constituem Propriedade Intelectual as invenções, obras literárias e artísticas, símbolos, nomes, imagens, desenhos e modelos utilizados pelo comércio, abrangendo duas grandes áreas: Propriedade Industrial (patentes, marcas, desenho industrial, indicações geográficas e proteção de cultivares) e Direito Autoral (obras literárias e artísticas, programas de computador, domínios na Internet e cultura imaterial). Quanto aos Conhecimentos Tradicionais, ainda não há uma definição no atual sistema de proteção da Propriedade Intelectual.

- **Rede LAN (*local area network*)**

Rede local que liga computadores que se encontram fisicamente próximos, em uma distância máxima de 100 metros, permitindo comunicar-se e partilhar recursos como impressoras e unidades de disco.

- **Rede WAN (*wide area network*)**

Rede de longa distância que utiliza linhas telefônicas ativas, isto é, que têm alimentação elétrica própria, conectando entre si duas ou mais redes locais, por meio de *routers*, permitindo partilhar a informação.

- **Registro de Desenho Industrial**

Título de propriedade temporária sobre um desenho industrial, outorgado pelo Estado aos autores ou a outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras dos direitos sobre a criação.

- **Registro da Indicação Geográfica**

O pedido de reconhecimento de um nome como indicação geográfica será apresentado por sindicatos, associações, institutos ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva, com legítimo interesse e estabelecida no respectivo território, como substituto processual da coletividade que tiver direito ao uso de tal nome geográfico.

- **Royalty**

Importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca, entre outros, ou pelo autor de uma obra, para permitir seu uso ou comercialização.

- **Sistema de Buscas EPOQUE**

Sistema de Buscas do Escritório Europeu de Patentes, que permite acessar e recuperar rapidamente informações relativas a qualquer campo da tecnologia já coberto pela publicação de documentos de patentes.

- **Sistema Nacional de Inovação**

Conjunto de instituições e organizações responsáveis pela criação e adoção de inovações em um determinado país.

- **Sprinklers**

Chuveiros automáticos para extinção de incêndio.

- **Transgênicos**

Resultam de experimentos da engenharia genética, nos quais o material genético é movido de um organismo a outro, visando à obtenção de características específicas. Em programas tradicionais de cruzamentos,

espécies diferentes não se cruzam entre si, mas, com essas técnicas transgênicas, materiais gênicos de espécies divergentes podem ser incorporados por uma outra espécie de modo eficaz, embora ainda não seja possível avaliar as conseqüências de sua utilização para a saúde humana e para o meio ambiente.

- **Tratado de Cooperação de Patentes – PCT**

Firmado em 19 de junho de 1970, em Washington, com a finalidade de desenvolver o sistema de patentes e de transferência de tecnologia, o Tratado prevê, basicamente, meios de cooperação entre países industrializados e países em desenvolvimento, visando a simplificar, tornando mais eficaz e econômico, tanto para o usuário como para os órgãos governamentais encarregados na administração do Sistema de Patentes, o procedimento para proteção patentária em vários países.

- **TRIPS (*Trade Related Aspects of Intellectual Rights Including Trade in Counterfeit Goods*)**

O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio constitui uma tentativa de regular e proteger diferentes bens imateriais no mundo. Trata dos direitos de autor e conexos, marcas, indicações geográficas, desenhos industriais, patentes, topografias de circuitos integrados, proteção do segredo de negócio e controle da concorrência desleal e estabelece princípios básicos quanto "à Existência, à Abrangência e ao Exercício dos Direitos de Propriedade Intelectual".



**Lista de Tabelas,
Gráficos e Quadros**

Tabela 1 – Atividade Técnica _____	14
Tabela 2 – Produto do PPA _____	15
Tabela 3 – Depósito de Pedido de Patentes _____	16
Tabela 4 – Despachos de Patentes _____	17
Tabela 5 – Recursos e Nulidades de Patentes _____	17
Tabela 6 – Pedidos de Patentes Publicados _____	17
Tabela 7 – Decisões e Pipelines _____	18
Tabela 8 – Composição dos Indicadores no Resultado Obtido na Ação “Concessão de Registro de Marca” em 2005 _____	27
Tabela 9 – Evolução dos Resultados Obtidos entre 2002 e 2005, Referentes à Decisão de Marcas _____	27
Tabela 10 – Pedidos Depositados e Despachos em Pedidos de Marcas _____	29
Tabela 11 – Despachos em Registros de Marcas _____	30
Tabela 12 – Despachos Relativos a Transferências e a Anotações Diversas _____	30
Tabela 13 – PPA / 2005 – Demonstrativo de Execução Física _____	41
Tabela 14 – Fluxo de Processos _____	43
Tabela 15 – Número de Certificados de Averbação por Categoria Contratual _____	43
Tabela 16 – Certificados de Averbação Segundo os Principais Setores de Atividade _____	44
Tabela 17 – Número de Certificados de Averbação Segundo os Principais Países Fornecedores de Tecnologia _____	45
Tabela 18 – Número de Certificados de Averbação por Unidade da Federação da Empresa Cessionária _____	45
Tabela 19 – Depósitos e Decisões Finais de Desenho Industrial _____	46
Tabela 20 – Depósito de Pedido de Registro de Desenho Industrial de Nacionais _____	47
Tabela 21 – Desenho Industrial Nacional Depositado por Estado _____	48
Tabela 22 – Demanda por Registro de Programa de Computador _____	49
Tabela 23 – Programa de Computador por Estado _____	50
Tabela 24 – Seminários e Cursos para Gestores de Tecnologia Distribuídos por Região _____	55
Tabela 25 – Cursos para Instituições Parceiras ou Ministérios, Distribuídos por Instituição _____	56
Tabela 26 – Eventos com Participação de Técnicos do INPI, Divididos por Região _____	57
Tabela 27 – Professores Universitários Participantes do Desafio SEBRAE, Distribuídos por Região _____	59
Tabela 28 – Buscas Realizadas e Atendimentos a Usuários Externos _____	62
Tabela 29 – Documentação Técnica de Patentes _____	62
Tabela 30 – Biblioteca de Documentação Tecnológica _____	63
Tabela 31 – Depósito de Marcas da Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados _____	73

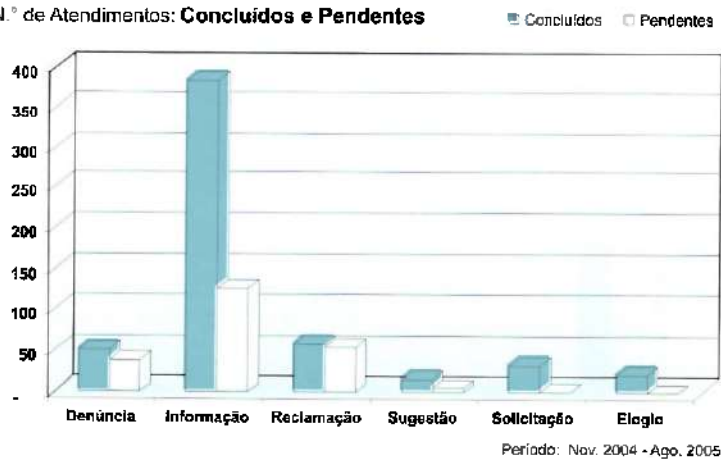
Tabela 32 – Depósito de Patentes da Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados	74
Tabela 33 – Entradas de Pedidos de Averbação e Franquia – DIRTEC da Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados	75
Tabela 34 – Depósitos de Programas de Computador da Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados – 2005	76
Tabela 35 – Depósitos de Desenho Industrial da Sede, Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados	77
Tabela 36 – Arrecadação de Sede, das Divisões Regionais, das Representações e dos Postos Avançados	78
Tabela 37 – Entrada de Ações e Offícios	95
Tabela 38 – Resumo	96
Tabela 39 – Sentenças	96
Tabela 40 – Apresentação Anual de Estoque	96
Tabela 41 – Apresentação em Juízo	97
Tabela 42 – Apresentação de Processos por Estados	98
Tabela 43 – Dotação LOA + Créditos	102
Tabela 44 – Demonstrativo da Receita por Fonte – 2005	105
Tabela 45 – Comportamento da Receita por Conta Contábil 2005	106
Tabela 46 – Comparativo da Receita 2003 X 2004 X 2005	107
Tabela 47 – Comparativo das Despesas Realizadas por Grupo	108
Tabela 48 – Demonstrativo da Execução Física das Ações do Programa Propriedade Intelectual	111
Tabela 49 – Número de Estagiários por Mês em 2005	120
Tabela 50 – Execução Orçamentária 2005	121
Tabela 51 – Movimentação de Pessoal	124
Tabela 52 – Inativos	125
Tabela 53 – Passivos Lançados no Sistema	126
Tabela 54 – Atendimento Médico-Ambulatorial	127
Tabela 55 – Atendimento Odontológico	129
Tabela 56 – Atendimento Serviço Social	130
Tabela 57 – Convênio INPI – FIA	131
Tabela 58 – Beneficiários PAS – 2004/2005	134
Tabela 59 – Contratos de Obra, Manutenção e Serviço Continuado	142
Tabela 60 – Movimentação do Almoxarifado	148
Tabela 61 – Decomposição Financeira – Ano de 2005	149
Gráfico 1 – Evolução da Produtividade da Diretoria de Marcas em 2005, Medida em Despachos/Dia	28
Gráfico 2 – Variação de Depósitos e Concessões por Residentes entre 2004 e 2005	29

Gráfico 3 – Composição da Receita – 2005	107
Gráfico 4 – Gráfico Comparativo – 2004 – 2005 / Programa de Capacitação de Recursos Humanos	119
Gráfico 5 – Inexigibilidade / Dispensas de Licitações	142
Gráfico 6 – Publicações	144
Gráfico 7 – Atendimento do <i>HelpDesk</i> no Ano de 2005	154
Gráfico 8 – Utilização dos Servidores <i>WEB</i> no ano de 2005	154
Quadro 1 – Atendimentos da Ouvidoria – 2004/2005	82
Quadro 2 – Número de Especialistas por Diretoria	83
Quadro 3 – Ações Desenvolvidas – 2005	132
Quadro 4 – Situação de Processos e Serviços	138
Quadro 5 – Gastos Registrados até 31/12/2005	139
Quadro 6 – Sistemas em Operação	151
Anexo I – Gráficos Ouvidoria	183
Anexo II – Acompanhamento da Execução Orçamentária da Despesa - Analítico Sede	189
Anexo III – Acompanhamento da Execução Orçamentária da Despesa - Analítico Divisões Regionais	193



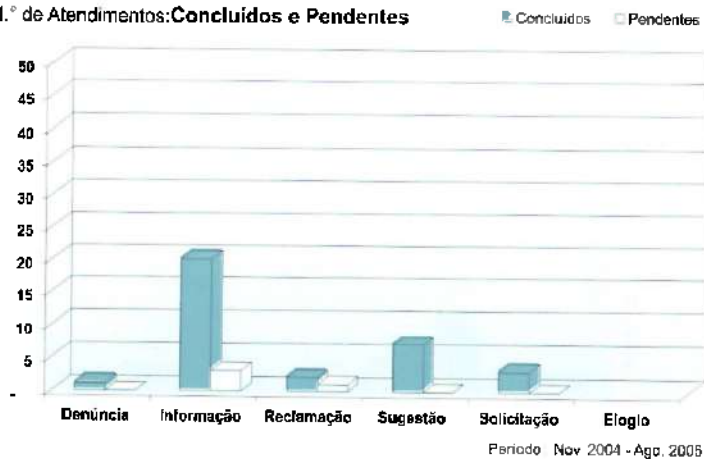
Anexo I-GRÁFICOS OUVIDORIA

N.º de Atendimentos: **Concluídos e Pendentes**



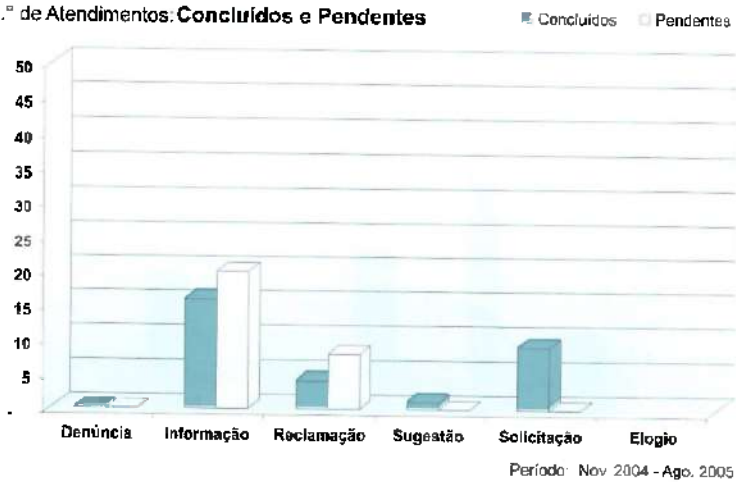
CGRH

N.º de Atendimentos: **Concluídos e Pendentes**



DIRPA

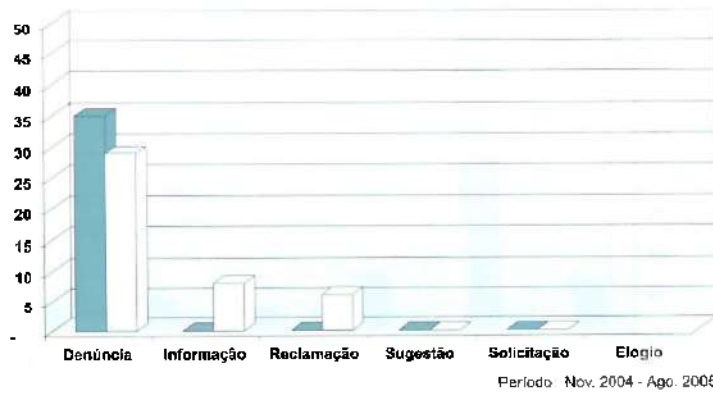
N.º de Atendimentos: **Concluídos e Pendentes**



COMISSÃO DE CONDUTA

N.º de Atendimentos: **Concluídos e Pendentes**

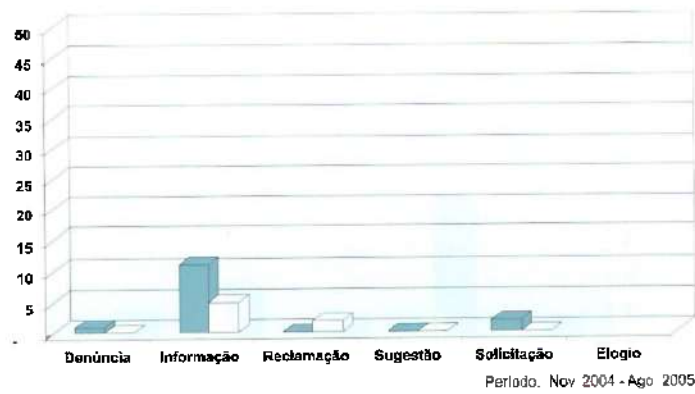
■ Concluídos ■ Pendentes



DIRTEC

N.º de Atendimentos: **Concluídos e Pendentes**

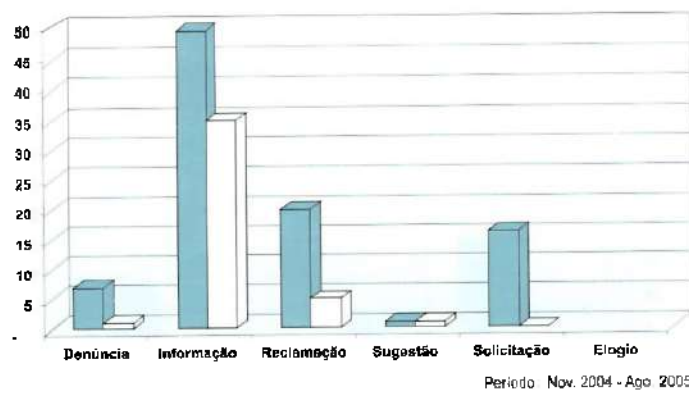
■ Concluídos ■ Pendentes



DIRMA

N.º de Atendimentos: **Concluídos e Pendentes**

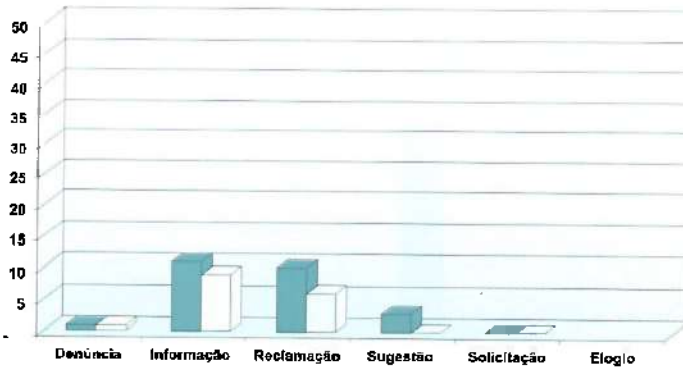
■ Concluídos ■ Pendentes



CGMI

N.º de Atendimentos: **Concluídos e Pendentes**

■ Concluídos □ Pendentes

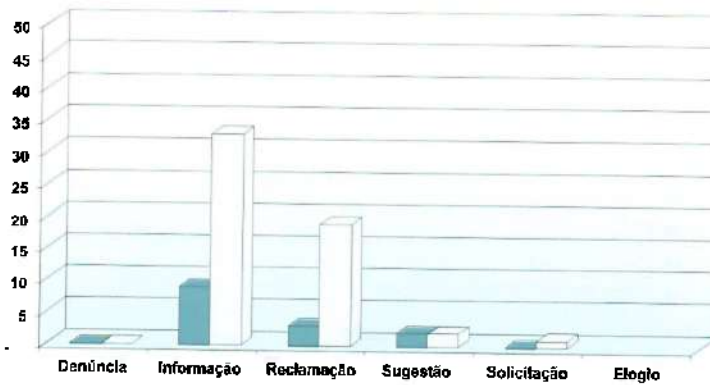


Período: Nov. 2004 - Ago. 2005

DAS

N.º de Atendimentos: **Concluídos e Pendentes**

■ Concluídos □ Pendentes

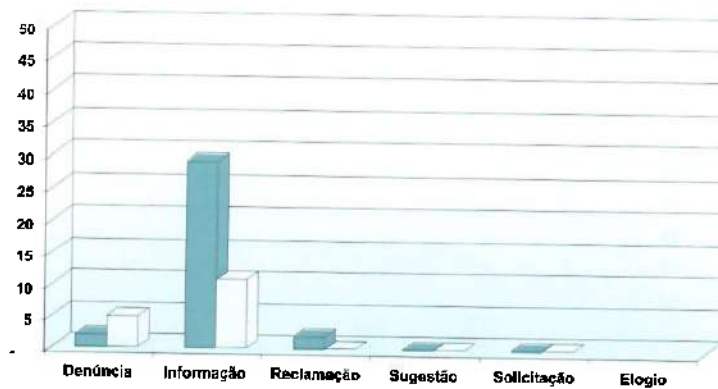


Período: Nov. 2004 - Ago. 2005

COCAPI

N.º de Atendimentos: **Concluídos e Pendentes**

■ Concluídos □ Pendentes



Período: Nov. 2004 - Ago. 2005

OUVIDORIA

N.º de Atendimentos: **Concluídos e Pendentes**

■ Concluídos □ Pendentes

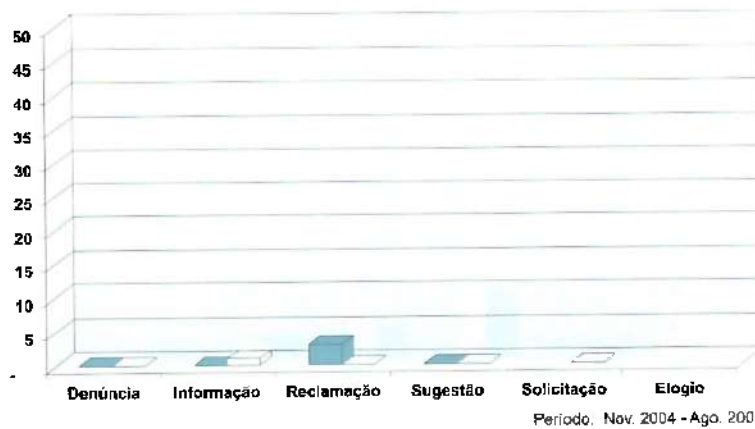


PROC

N.º de Atendimentos: **Concluídos e Pendentes**

Período: Nov. 2004 - Ago. 2005

■ Concluídos □ Pendentes

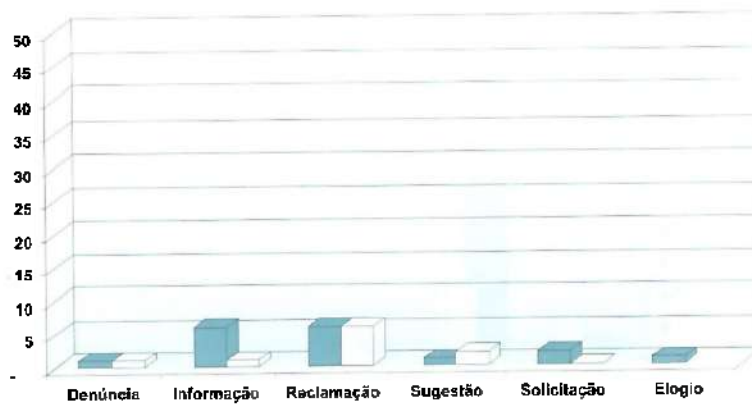


Período: Nov. 2004 - Ago. 2005

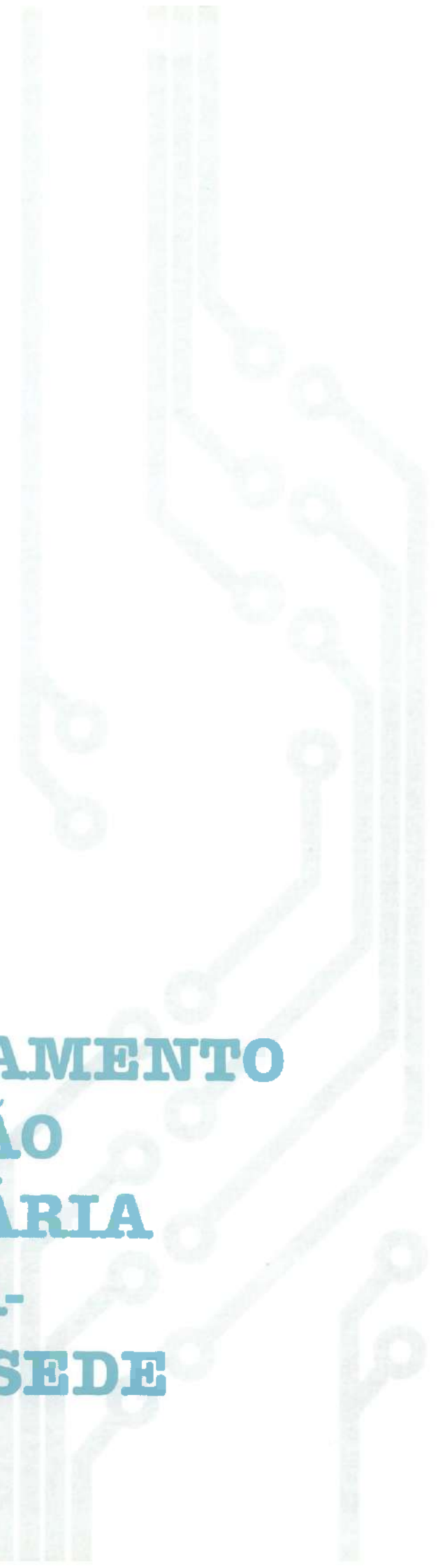
DART

N.º de Atendimentos: **Concluídos e Pendentes**

■ Concluídos □ Pendentes



Período: Nov. 2004 - Ago. 2005




**ANEXO II -
ACOMPANHAMENTO
DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA
DA DESPESA-
ANALÍTICO SEDE**

ANEXO II – Acompanhamento da Execução Orçamentária da Despesa – Analítico Sede

Programa/Ação/Subação	Plano Interno	Fls	Desticado	Disponível	Pre-Empenhado	Empenhado e Liquidado	Empenhado	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Liquidado	
																					Out
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais																					
Cumprimento de Sentença Judicial Transmitida em Juízo (Processos) emitida pela União, Autarquias e Fundações Públicas																					
Pessoal e Encargos Sociais / Sentenças Judiciais																					
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica																					
Provisões: Iniciais																					
00.407.770 491.762 217.378																					
Concessão de Registro de Marca																					
0050 2.649.364																					
0050 1.529.337																					
0050 427.027																					
0050 671.694																					
Patentes																					
0050 1.767.300																					
0050 1.285.800																					
0050 370.000																					
0050 131.900																					
SOFTWARE																					
0050 -																					
Tecnologia																					
0090 148.096																					
0090 148.096																					
Gestão e Administração do Programa																					
50.355.000 419.716 217.273																					
Remuneração de Pessoal Ativo do União e Encargos Sociais																					
0050 30.707.516																					
0050 11.008																					
0050 24.029.076																					
0050 9.368.000																					
0050 130.000																					
0050 30.000																					
0050 191.400																					
0050 94.000																					
0050 25.000																					
0050 2.850																					
0050 405.800																					
0050 363.800																					
0050 209.000																					
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL																					
19.039.494 297.750																					
0050 498.294																					
0050 679.359																					
0050 84.950																					
0050 17.443																					
0050 7.952.972																					
0050 6.036.506																					
0050 1.263.211																					
0050 1.500																					
0050 529.369																					
0050 61.925																					
0050 1.264.265																					
Gestão e Administração de Recursos Humanos																					
0050 1.895.635																					
0050 24.461																					
0050 812.160																					
0050 912.643																					
0050 9.809																					
Gestão e Administração de Intermediários																					
0050 5.297.468																					
0050 52.409																					
0050 4.493.436																					
0050 1.653																					
Gestão e Administração de Recursos Humanos																					
0050 200.030																					
0050 352																					
0050 69.888																					
0050 109.887																					
0050 1.903																					

Programa/Subprograma	Piano Interm. Fte.	Detalhes	Dispersão	Part. Empregados	Part. Empregados a Laborar	Empenho	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Líquido
Gestão e Administração da Representação do INPI/Bahia Localização de Mão-de-Obra Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica Obrigações Fiscais e Contribuições Atividades Operacionais e Administrativas Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	0250	11.427,2	-	-	11.427,2	-	4.187	10.538	10.829	11.408	6.504	13.091	4.726	7.602	10.707	1.716	32.883	14.272	
	0250	16.800	-	-	16.800	-	4.187	6.736	7.668	5.904	6.504	13.448	1.885	6.536	10.071	1.716	22.218	9.147	
	0250	9.147	-	-	9.147	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.153
	0250	3.183	-	-	3.183	-	-	-	637	656	-	-	-	-	318	626	-	-	2.142
Gestão e Administração da Representação do INPI/Estado de Pernambuco Natural de Consumo Outros Serviços Terceiros Pessoa Física Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica Outros Serviços Terceiros Pessoa Física Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica Equipamentos e Material Permanente	0250	68.743	289	-	69.033	-	1.493	1.329	1.329	1.649	11.972	4.530	9.581	8.849	4.437	4.128	4.128	13.187	80.233
	0250	482	-	-	482	-	-	-	-	200	5.200	2.400	3.600	5.200	230	230	1.785	3.600	23.400
	0250	24.400	208	-	24.608	-	1.431	1.329	1.448	1.448	8.234	1.521	3.172	2.512	4.248	4.195	7.868	20.867	
	0250	2.450	-	-	2.450	-	-	-	-	517	669	269	469	637	-	289	-	-	2.140
Gestão e Administração da Representação do INPI/Pernambuco Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	0250	6.700	-	-	6.700	-	765	-	765	-	452	-	1.078	-	665	-	-	-	3.000
	0250	7.228	-	-	7.228	-	689	298	319	382	-	382	-	1.646	-	1.646	-	3.028	7.228
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica Indenizações e Restituições	0250	7.200	-	-	7.200	-	689	298	319	382	-	382	-	1.646	-	1.646	-	3.000	7.200
	0250	29	-	-	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Auxílio-Administração aos Servidores e Empregados	0250	1.287.909	-	-	1.287.909	-	81.073	91.351	91.351	91.351	91.351	91.351	90.919	90.462	89.770	90.824	89.251	256.863	65.971
	0250	1.287.909	-	-	1.287.909	-	81.073	91.351	91.351	91.351	91.351	91.351	90.919	90.462	89.770	90.824	89.251	256.863	65.971
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	0250	900.800	-	-	900.800	-	63.807	63.807	63.807	63.807	63.807	63.807	60.337	60.463	60.463	60.463	59.971	184.743	70.880
	0250	900.000	-	-	900.000	-	63.807	63.807	63.807	63.807	63.807	63.807	60.337	60.463	60.463	60.463	59.971	184.743	70.880
Reforma do Edifício-Sede do INPI Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	0250	221.953	-	-	221.953	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	221.953
	0250	221.953	-	-	221.953	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	221.953
Implementação do Sistema SIGEPOL de Busca no Banco de Dados do INPI Fornecimento de Patentes Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	0250	860.000	-	-	860.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	860.000
	0250	900.000	-	-	900.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	900.000
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica Diária Outros Serviços Terceiros Pessoa Física Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	0250	571.331	8.863	-	580.248	-	19.650	8.426	8.426	8.426	8.426	85.377	34.951	107.437	68.875	38.774	33.679	119.846	858.948
	0250	900.500	-	-	900.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	900.500
	0250	207.910	7.258	-	215.168	-	-	2.928	4.537	4.537	4.537	8.727	23.754	24.950	16.286	3.724	15.940	200.616	
	0250	278.411	798	-	279.243	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	279.243
Assistência Pré-Estável aos Dependentes dos Servidores e Empregados Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	0250	57.000	-	-	57.000	-	5.248	5.028	5.028	4.894	4.894	4.894	4.894	4.797	5.084	4.773	4.688	19.208	87.008
	0250	57.000	-	-	57.000	-	5.248	5.028	5.028	4.894	4.894	4.894	4.894	4.797	5.084	4.773	4.688	19.208	87.008
Bolsas e Despesas com Locomoção Localização de Mão-de-Obra Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	0250	949.546	-	-	949.546	-	-	-	277.740	34.588	32.663	36.467	52.523	20.704	75.073	62.541	105	1.05	948.493
	0250	419.400	-	-	419.400	-	-	-	277.740	34.588	32.663	36.467	52.523	20.704	75.073	62.541	105	1.05	418.400
	0250	529.146	-	-	529.146	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	529.146
	0250	529.146	-	-	529.146	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	529.146
Suprimento de Bens, Materiais e Serviços de Pessoal Nível Superior - FUCAPESDF Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	0250	429.000	-	-	429.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	429.000
	0250	429.000	-	-	429.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	429.000
Concessão de Registro de Invenções Geográficas Localização de Mão-de-Obra	0250	33.528	-	-	33.528	-	1.043	-	15.828	16.668	-	-	-	-	-	-	-	-	33.528
	0250	33.528	-	-	33.528	-	1.043	-	15.828	16.668	-	-	-	-	-	-	-	-	33.528
Concessão do Registro de Desenho Industrial Localização de Mão-de-Obra	0250	186.862	-	-	186.862	-	722	13.000	171.330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	186.862
	0250	186.862	-	-	186.862	-	722	13.000	171.330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	186.862
Dispensação de Cultiva da Propriedade Intelectual Diária Pesquisas e Despesas com Locomoção Outros Serviços Terceiros Pessoa Física Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica Outros Serviços Terceiros Pessoa Física Indenizações e Restituições	0250	612.833	14.159	-	626.992	-	-	-	-	-	-	4.176	37.335	10.232	101.819	4.175	35.743	577.808	
	0250	8.819	7.341	-	16.160	-	-	-	-	-	-	4.176	17.160	5.068	8.428	4.175	35.667	8.160	39.182
	0250	291.600	-	-	291.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	291.600
	0250	1.428	-	-	1.428	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.428
Repasse FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR - FUCAPESDF Outros Despesas Correntes	0250	600.000	-	-	600.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600.000
	0250	600.000	-	-	600.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600.000
Concessão Técnica para Modernização dos Serviços Relativos à Propriedade Intelectual Diária	0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



**ANEXO III -
ACOMPANHAMENTO
DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA
DA DESPESA-
ANALÍTICO DIVISÕES
REGIONAIS**

ANEXO III – Acompanhamento da Execução Orçamentária da Despesa – Analítico Divisões Regionais

Programa/Ação/Subação	Plano Interno	Ft.	Pror. Não-Destinação	Destinação	Disponível	Empenhado	Empenho Legalizado	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Liquidação	
																					2007.734
Propriedade Intelectual			2.897.734	29.467	2.609.269	-	47	2.608.222	-	180.397	223.824	226.375	156.632	245.199	256.735	260.706	223.129	209.003	236.620	322.860	2.609.222
Gestão e Administração do Programa			2.897.736	29.467	2.609.269	-	47	2.608.222	-	180.397	223.126	226.375	156.632	245.199	256.735	260.706	223.129	209.003	236.620	322.860	2.609.222
Gestão e Administração da Delegação do INPI Federal - UG - 183048	DEMPER		423.788	-	423.788	-	47	423.741	-	12.507	25.113	35.193	25.332	30.665	11.223	65.753	33.775	30.036	34.255	90.570	423.741
Outras Despesas Correntes			423.788	-	423.788	-	47	423.741	-	12.507	25.113	35.193	25.332	30.665	11.223	65.753	33.775	30.036	34.255	90.570	423.741
Outras Despesas Correntes - Investimento			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material de Consumo	0250		-	-	1.266	-	-	-	-	-	413	-	-	-	460	-	393	-	640	-	1.266
Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	0250		-	-	640	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	640
Locação de Imóveis	0250		-	-	8.006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.723	1.033	1.048	1.040	1.040	-	2.050
Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	0250		-	-	408.782	-	-	-	-	8.321	55.133	34.170	25.332	30.425	1.112	64.120	32.334	29.249	33.206	91.526	408.782
Exercícios Anteriores	0250		-	-	752	-	-	-	-	-	-	-	-	427	-	-	-	-	-	-	752
Indenizações e Restituições	0250		-	-	-	-	-	-	-	5.081	-	-	-	60	-	-	-	-	-	-	5.141
Gestão e Administração da Delegação do INPI - UG - 183042	DEMPER		421.321	-	421.321	-	47	421.321	-	25.151	35.309	32.897	32.158	31.150	32.191	31.733	32.703	30.081	35.635	90.686	421.321
Outras Despesas Correntes			421.321	-	421.321	-	47	421.321	-	25.151	35.309	32.897	32.158	31.150	32.191	31.733	32.703	30.081	35.635	90.686	421.321
Outras Despesas Correntes - Investimento			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material de Consumo	0250		-	-	764	-	-	-	-	-	-	-	-	-	223	-	-	-	-	-	764
Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	0250		-	-	13.705	-	-	-	-	250	923	693	300	313	653	759	1.057	-	-	-	223
Locação de Imóveis	0250		-	-	6.707	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.707
Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	0250		-	-	367.203	-	-	-	-	27.020	34.866	32.044	30.816	29.660	30.699	30.669	30.669	30.081	33.190	87.261	367.203
Obrigações Tributárias e Contributivas	0250		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios Anteriores	0250		-	-	3.927	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.927
Gestão e Administração da Delegação do INPI Distrito Federal - UG - 183043	DEMPER		402.308	29.467	432.001	-	47	432.001	-	34.206	38.280	54.173	10.023	31.028	33.124	35.526	47.045	36.144	48.332	68.131	432.001
Outras Despesas Correntes			402.308	29.467	432.001	-	47	432.001	-	34.206	38.280	54.173	10.023	31.028	33.124	35.526	47.045	36.144	48.332	68.131	432.001
Outras Despesas Correntes - Investimento			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material de Consumo	0250		-	-	7.076	-	-	-	-	1.120	811	688	352	802	677	1.138	459	-	-	-	223
Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	0250		-	-	9.363	-	-	-	-	1.120	811	688	352	802	677	1.138	459	-	-	-	223
Locação de Imóveis	0250		-	-	416.400	-	-	-	-	33.298	36.686	53.704	9.971	30.852	32.167	32.923	37.338	35.823	45.706	66.131	416.400
Obrigações Tributárias e Contributivas	0250		-	-	61	-	-	-	-	61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61
Exercícios Anteriores	0250		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gestão e Administração da Delegação do INPI Goiás - UG - 183044	DEMPER		450.727	-	450.727	-	47	450.727	-	36.558	35.331	30.577	5.598	60.732	38.843	37.048	36.270	41.596	32.242	67.543	450.727
Outras Despesas Correntes			450.727	-	450.727	-	47	450.727	-	36.558	35.331	30.577	5.598	60.732	38.843	37.048	36.270	41.596	32.242	67.543	450.727
Outras Despesas Correntes - Investimento			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas			-	-	1.959	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.959
Material de Consumo	0250		-	-	3.962	-	-	-	-	-	-	-	-	-	379	325	1.098	-	-	-	379
Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	0250		-	-	1.868	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.868
Locação de Imóveis	0250		-	-	78.716	-	-	-	-	5.922	5.923	5.922	5.922	5.922	5.922	5.922	5.922	5.922	5.922	5.922	78.716
Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	0250		-	-	364.827	-	-	-	-	29.058	20.402	32.595	4.872	57.077	30.414	10.636	20.282	13.676	28.617	61.800	364.827
Obrigações Tributárias e Contributivas	0250		-	-	256	-	-	-	-	78	-	-	-	-	107	-	-	-	-	-	256
Exercícios Anteriores	0250		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	0250		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente	0250		-	-	1.858	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,858
Gestão e Administração da Delegação do INPI Minas Gerais - UG - 183045	DEMPER		639.532	-	639.532	-	47	639.532	-	68.764	64.614	65.319	63.630	62.280	63.056	62.280	62.076	62.076	62.076	62.076	639.532
Outras Despesas Correntes			639.532	-	639.532	-	47	639.532	-	68.764	64.614	65.319	63.630	62.280	63.056	62.280	62.076	62.076	62.076	62.076	639.532
Outras Despesas Correntes - Investimento			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas			-	-	4.233	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,233
Material de Consumo	0250		-	-	3.101	-	-	-	-	-	-	-	-	-	557	643	616	-	-	-	3,101
Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	0250		-	-	13.717	-	-	-	-	1.200	735	735	680	680	1.420	1.326	1.326	1.326	1.326	1,326	13,717
Locação de Imóveis	0250		-	-	62.899	-	-	-	-	1.641	1.641	1.641	1.641	1.641	1.641	1.641	1.641	1.641	1.641	1,641	62,899
Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	0250		-	-	81.340	-	-	-	-	65.843	62.470	62.470	62.470	62.470	62,470	62,470	62,470	62,470	62,470	62,470	81,340
Obrigações Tributárias e Contributivas	0250		-	-	4.444	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,444
Exercícios Anteriores	0250		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	0250		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente	0250		-	-	4.233	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,233
TOTAL - PESSOAL			2.897.734	29.467	2.609.269	-	47	2.608.222	-	180.397	223.824	226.375	156.632	245.199	256.735	260.706	223.129	209.003	236.620	322.860	2.609.222
TOTAL - MATERIAIS E SERVIÇOS CORRENTES			2.897.736	29.467	2.609.269	-	47	2.608.222	-	180.397	223.126	226.375	156.632	245.199	256.735	260.706	223.129	209.003	236.620	322.860	2.609.222
TOTAL - INVESTIMENTO			0,000	0,000	0,000	-	0,000	0,000	-	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
TOTAL - PRECATORIOS			0,000	0,000	0,000	-	0,000	0,000	-	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
TOTAL - GERAL			2.897.734	29.467	2.609.269	-	47	2.608.222	-	180.397	223.824	226.375	156.								